



DEZEMBRO 2015

RELATÓRIO & CONTAS

Toyota Caetano Portugal, S.A.

01

GERAL 03

Corpos Sociais	04
Árvore do Grupo	05
Informação Geral.....	06

02

RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO 07

Relatório Único de Gestão.....	08
Anexo ao Relatório Único de Gestão	27

03

CONTAS INDIVIDUAIS 30

Demonstrações Financeiras	31
Anexo às Demonstrações Financeiras	36

04

CONTAS CONSOLIDADAS 70

Demonstrações Financeiras	71
Notas às Demonstrações Financeiras.....	77

05

PARECERES 125

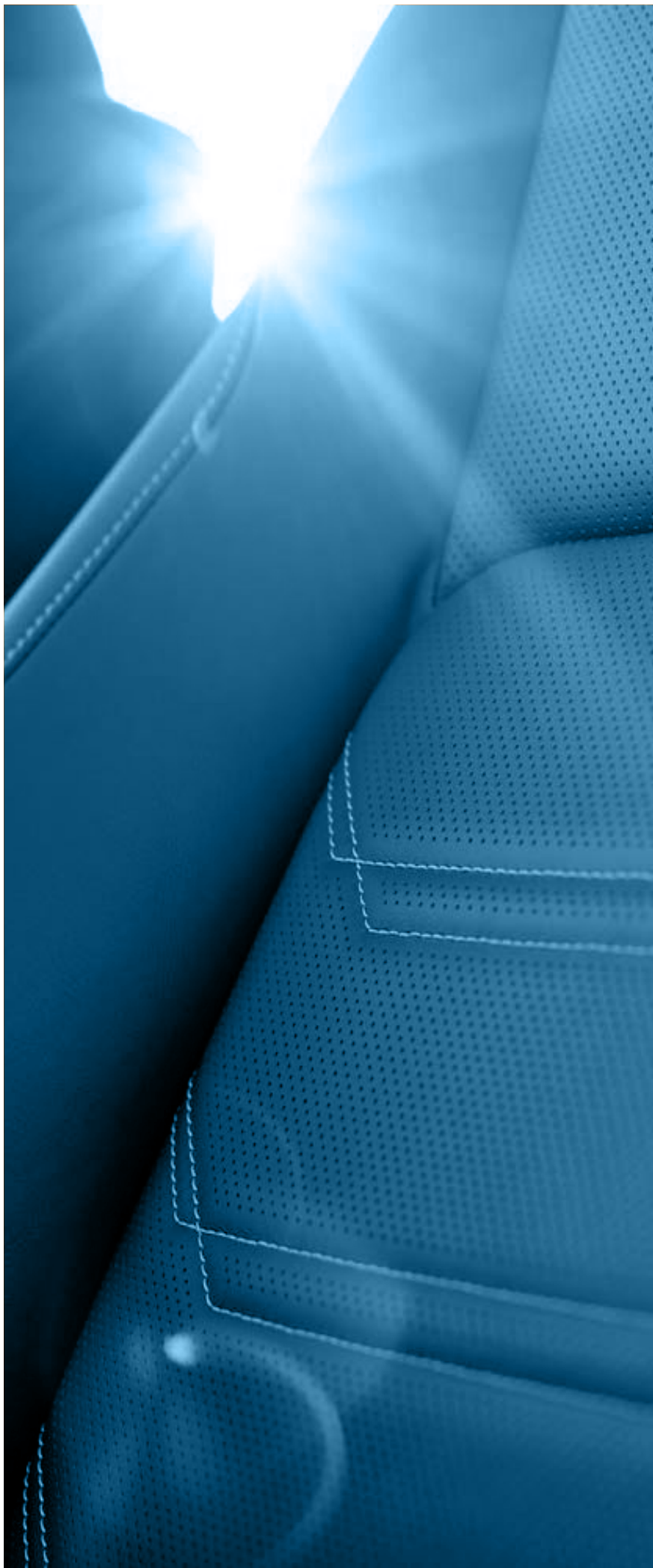
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	126
Declaração do Conselho Fiscal.....	127
Certificação Legal das Contas (Individual)	128
Certificação Legal das Contas (Consolidada)	130
Declaração da Comissão e Remunerações.....	132

06

GOVERNO SOCIETÁRIO 133

01

GERAL



CORPOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José Lourenço Abreu Teixeira Presidente

Manuel Fernando Monteiro da Silva Vice-Presidente

Maria Olívia Almeida Madureira Secretário

Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Reis da Silva Ramos Presidente & CEO

Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal

Salvador Acácio Martins Caetano Vogal

Miguel Pedro Caetano Ramos Vogal

Nobuaki Fujii Vogal

Matthew Peter Harrison Vogal

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes Vogal

Yoichi Sato Suplente

CONSELHO FISCAL

José Domingos da Silva Fernandes Presidente

Alberto Luís Lema Mandim Vogal

Maria Lívia Fernandes Alves Suplente

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

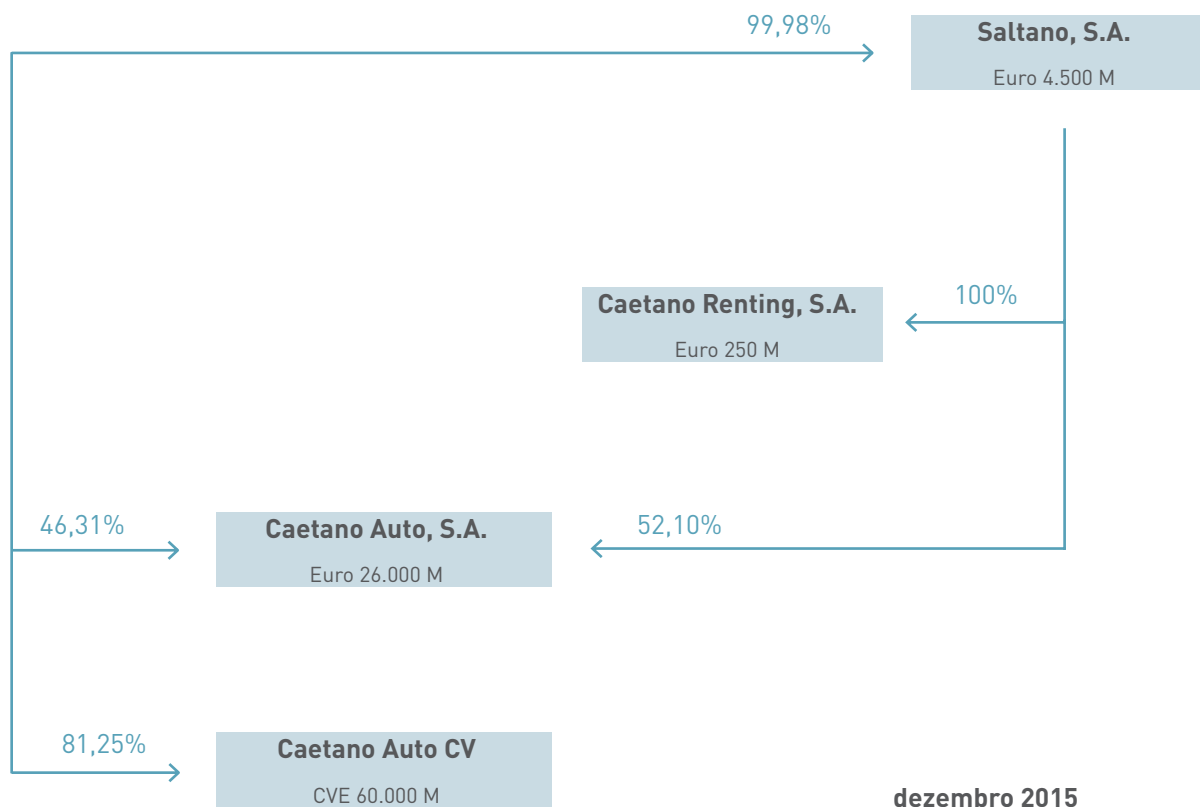
PricewaterhouseCoopers & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, representada por **José Pereira Alves** ou por **José Miguel Dantas Maio Marques**

António Joaquim Brochado Correia Suplente

ÁRVORE DO GRUPO

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Euro 35.000 M



INFORMAÇÃO GERAL

SEDE

Avenida Vasco da Gama, 1410

4431-956 Vila Nova de Gaia

Telef. 227 867 000 – Fax 227 867 215

UNIDADE FABRIL DE OVAR

Estrada Nacional 109 - Nr. 1427 - 3885 – 100 Arada

Telef. 256 790 000 - Fax. 256 790 008

DIREÇÃO REGIONAL SUL

Carregado

Estrada Nacional 3 - Km 1 - 2580 - 595 Carregado

Telef. 263 857 244 - Fax 263 857 204

Data de Constituição: 4 de julho de 1946

N.I.P.C. 500 239 037

Conservatória Registo Comercial de Vila Nova de Gaia Nº 500239037

Capital Social: EUR 35 000 000

Admitida à cotação a totalidade do Capital Social na Bolsa de Valores de Lisboa

02

RELATÓRIO
ÚNICO DE GESTÃO



MENSAGEM DO PRESIDENTE

JOSÉ RAMOS | PRESIDENTE | TOYOTA CAETANO PORTUGAL

O ano de 2015 foi de otimismo moderado. Com um contexto político e social relativamente estável, sobretudo até outubro, os níveis de confiança na nossa economia deram sinais de recuperação, ainda que de forma ténue.

Apesar de ligeiros progressos, continuamos a viver num clima de incertezas e de enormes desafios para Portugal que acarretam responsabilidades a diferentes níveis e intervenientes.

Do ponto de vista político e legislativo, mais do que nunca, defendo a necessidade de consensos que ponham em primeiro lugar os Portugueses e o País, acima das conquistas partidárias e ideológicas. A manutenção do equilíbrio e da confiança de todos os setores da atividade económica requer um pacto de regime para medidas cruciais para o País, sobretudo na área legislativa, pelo impacto que tem nas empresas. Dessa forma, evitar-se-ão constantes alterações que comprometem a nossa credibilidade junto dos investidores externos, como também os planos de negócios e a gestão corrente das empresas. Estas não podem sobreviver à ameaça premente da alteração de regras “a meio do jogo”, como acontece sobretudo nas empresas do setor automóvel que, constantemente, são foco privilegiado na arrecadação de impostos.

A Toyota chegou a Portugal há 47 anos através de uma *joint venture* com a Salvador Caetano para a comercialização de automóveis da marca. Passados três anos (em 1971), aprofunda esta parceria com a instalação em Ovar da primeira Fábrica da Toyota na Europa.

Esta longa relação, que já passou por diferentes contextos políticos, económicos e sociais, provou a sua solidez em 2015 com o arranque da produção do Land Cruiser Série 70, para exportação para a África do Sul. Num ambiente de austeridade e precaridade económica nacional, este projeto permitiu dar continuidade à sustentabilidade e crescimento das operações desta fábrica.

Os elevados padrões de qualidade e excelência assegurados nas linhas de produção da Toyota Caetano Portugal, que se destacam entre as demais unidades industriais do maior fabricante de automóveis do mundo e as estreitas relações com o *Top Management* da Toyota Motor Corporation, foram a principal razão para a Toyota Motor Corporation trazer para Portugal a produção deste novo e importante modelo da marca.

Esta aposta possui um interesse estratégico para o setor automóvel português e para a economia nacional, contribuindo para o aumento das exportações e para a criação de emprego.



Por seu lado, o mercado automóvel nacional registou um novo crescimento significativo face ao ano de 2014. Embora sejam boas notícias para o setor, importa realçar que o mercado continua 11% abaixo da média dos últimos quinze anos.

Acompanhando esta onda de recuperação na venda de automóveis, também a Toyota Caetano Portugal refletiu uma evolução positiva e estamos orgulhosos por apresentar, uma vez mais, um assinalável crescimento da nossa atividade comercial. Terminámos 2015 com um incremento de 13,4% face ao ano transato e com uma quota de mercado de 4,6%.

Apesar da recuperação do setor, estou mais preocupado do que nunca com o crescimento da importação de veículos usados que, em 2015, representou 25% do total da venda de automóveis no nosso País, fruto do recente desagravamento fiscal deste tipo de operação.

Na atividade de Veículos Industriais continuamos a ser líderes com uma quota de mercado de 40,4%.

Apesar de nos depararmos com grande adversidade, estes números e acontecimentos provam a capacidade da Toyota Caetano Portugal para transformar desafios em crescimento, sempre orientada para ajustamentos de custos, tanto a nível operacional, como estrutural. Mas, mais importante do que isto, destaco o contributo de uma Equipa composta por Pessoas apaixonadas pelo que fazem e empenhadas em partilhar o que vão conquistando. Estes são Valores que nos diferenciam diariamente no desempenho da nossa atividade e que colocamos no serviço de excelência que prestamos.

2016 será certamente mais um ano de exigência e de novos desafios para o setor automóvel, pelo que reafirmo o nosso compromisso e empenho para continuarmos a crescer de forma sustentável e responsável, criando valor na forma como desenvolvemos os nossos negócios e na relação com os nossos Clientes.

José Ramos

[Presidente & CEO Toyota Caetano Portugal]

INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 245º, número 1, alínea a) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados a seguir apresentados, bem como os respetivos Anexos em concordância com o disposto nos artigos 447º e 448º do Código Soc. Comerciais. Para cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal, será apresentada, uma indicação dos principais acontecimentos ocorridos no período e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

UNIDADE FABRIL DE OVAR

O ano de 2015 foi marcado pelo término da produção do modelo Dyna – fevereiro, e pelo início da produção do novo modelo Land Cruiser Série 70 (LC70) – julho.

Foram produzidas 1.629 viaturas (348 Dyna; 1281 LC70).

Na atividade “Pre Delivery Inspection” foram transformadas/preparadas 4.353 unidades.

De referir ainda, que o número total de colaboradores, sofreu um incremento proveniente da preparação e produção do novo modelo.

PRODUÇÃO	2015	2014	2013	2012	2011
Unidades Físicas Toyota	1.629	1.664	1.111	1.381	2.025
Unidades Físicas Transformadas/Preparadas	4.353	3.271	2.339	2.174	4.274
Total Colaboradores	192	170	181	190	214

O ano de 2015 foi ainda marcado pelos seguintes acontecimentos:

- 7 a 13 janeiro - Auditoria da Toyota Motor Europe: Facilities Assessment (Avaliação da Gestão dos Equipamentos Críticos);
- 30 junho – Teve lugar o Shipping Quality Confirmation Meeting (SQCM) do LC70 a ser produzido nesta unidade fabril;
- 10 julho – Cerimónia de Line-off Land Cruiser Série 70, com a presença do Vice Primeiro-Ministro, Paulo Portas, Vice-Presidente Executivo da Toyota Motor Corporation, Didier Leroy, CEO da Toyota Motor Europe, Johan Van Zyl e também do Presidente da TAB, Takahiro Iwase;
- 27 e 28 julho - Auditoria da APCER aos nossos sistemas de Gestão da Qualidade (renovação) e Ambiente (seguimento) ISO 9001:2008 e ISO 14001:2012.

PERSPETIVAS

Para 2016, as perspetivas operacionais da Divisão Fabril de Ovar são logicamente positivas.

De facto, e após termos efetuado em 2015 o arranque do Projeto LC70, o ano 2016 vai certamente contribuir para consolidar a boa e longa relação entre a Toyota Motor Corporation e a Toyota Caetano Portugal S.A.

O projeto atrás mencionado vai continuar a contribuir positivamente e de forma cada vez mais significativa para o desenvolvimento da economia nacional, uma vez que toda a produção se destina à exportação e o veículo em causa continua a ter uma muita boa aceitação no mercado de destino. Ainda durante 2016, prevê-se uma *minor change* na viatura em causa assim como um aumento de produção que rondará os 26%.

ATIVIDADE COMERCIAL - VIATURAS

ENQUADRAMENTO DO MERCADO TOTAL

O ano de 2015 apresentou um crescimento face ao verificado em 2014, de 24%, totalizando 213.645 unidades comercializadas.

As viaturas de passageiros e as viaturas comerciais registaram um comportamento positivo face ao período homólogo, com uma variação positiva de 25% e 19%, respetivamente.

De destacar, como fatores justificativos do desempenho do mercado:

- 1) No ano de 2015, Portugal registou uma melhoria nos principais indicadores macroeconómicos, que acabaram por registar valores positivos, salientando-se a evolução dos índices de confiança do consumidor e do comércio por grosso e retalho e também o PIB.
- 2) Esta melhoria do contexto económico teve especial impacto no mercado dos *rent-a-car*, resultando num crescimento mais acentuado das viaturas de passageiros .

VIATURAS TOYOTA

Em 2015, as vendas Toyota apresentaram um crescimento de 13% no seu total, atingindo as 9.582 unidades, traduzindo-se numa perda de quota de mercado de -0,4 p.p. face a 2014 (quota de mercado total de 4,5%).

O desempenho Toyota fica a dever-se essencialmente:

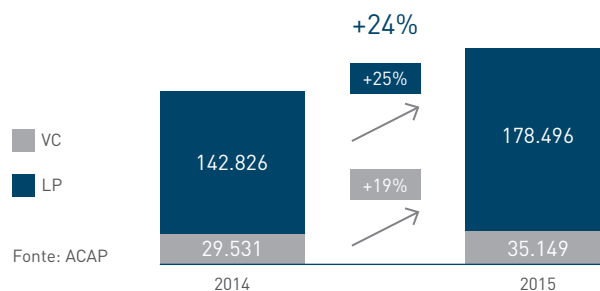
- 1) Ao desempenho dos modelos Yaris e Auris que, apesar do aumento do volume de vendas, perderam quota de mercado fruto da agressividade comercial dos concorrentes nestes segmentos de mercado e à transição de modelo no caso do Auris;
- 2) Ao desempenho da generalidade dos modelos comerciais Toyota. De salientar a performance do modelos Hilux, que incrementou a sua quota de mercado e terminou uma vez mais como líder de vendas no seu segmento. No caso do modelo Dyna, apesar de ter mantido a liderança pelo 9º ano consecutivo no segmento Chassis-Cabine, a sua quota reduziu devido a encontrar-se na fase final do ciclo de vida do produto.

De salientar a forte pressão concorrencial sentida nos Segmentos B (utilitários) & C (pequenos familiares) - campanhas promocionais agressivas ao longo de todo o ano.

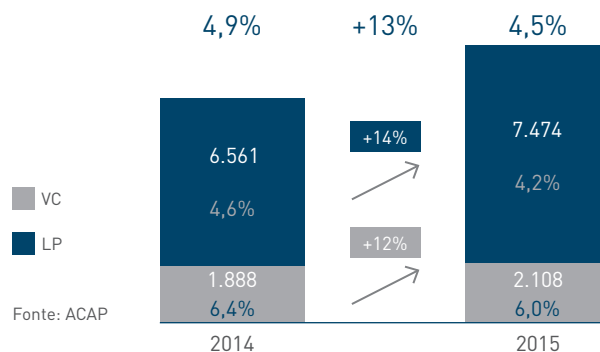
Para 2016, as prioridades e os objetivos globais definidos passam por:

- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas - Yaris e Auris, baseado no lançamento de séries especiais do Yaris e no primeiro ano de vendas do Novo Auris;
- Lançamento do Novo Modelo C-HR, que representa o alargamento da gama Toyota ao importante segmento C-Crossover, um dos segmentos com maior crescimento nos últimos anos e que representou, em 2015, 7% do total dos veículos ligeiros de passageiros;
- Potenciar as vendas ao cliente empresa (segmento mais representativo do mercado automóvel);
- Reforçar a imagem e valor da marca através da inovadora tecnologia Híbrida, sustentada pelo lançamento do Novo RAV4 Híbrido, da Nova Geração Prius e do Novo Modelo C-HR.
- Potenciar a gama de comerciais que será renovada com o lançamento das Novas Gerações dos modelos Proace e Hilux.

EVOLUÇÃO DO MERCADO



EVOLUÇÃO TOYOTA: 2015 vs 2014



ENQUADRAMENTO DO MERCADO PREMIUM

O Mercado Premium registou também uma evolução positiva face ao ano anterior, apresentando um crescimento de 23% e totalizando 43.847 unidades comercializadas, representando cerca de 25% da totalidade do mercado de passageiros.

VIATURAS LEXUS

Num ambiente concorrencial complexo, com uma intensa agressividade comercial dos concorrentes nos segmentos C-Premium e D-Premium, a marca Lexus apresentou um crescimento de 15%. Em 2015, a Lexus registou 338 matrículas, traduzindo-se numa quota de 0,8% no mercado premium, em linha com a quota de 2014.

O acréscimo acentuado nas vendas da Lexus em 2015 ficou a dever-se ao Novo Modelo NX 300h que representou o alargamento da oferta da Lexus no importante segmento dos SUV Premium.

Para 2016, os objetivos globais definidos passam por:

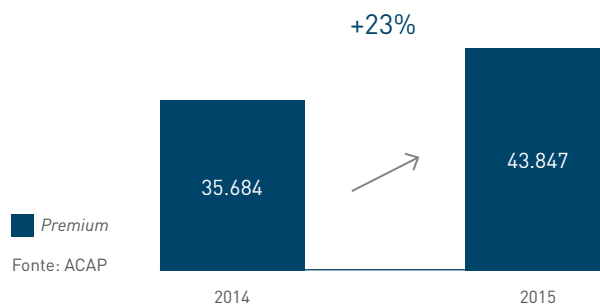
- Reforçar o posicionamento de inovação, alavancado na oferta alargada e exclusiva de viaturas híbridas com design avançado;
- Lançamento de novos produtos: novo modelo RC 300h e 200t, nova geração RX 450h e novo modelo GS F;
- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas – CT 200h, IS 300h e NX 300h.

EVOLUÇÃO VENDAS HÍBRIDAS TOYOTA E LEXUS

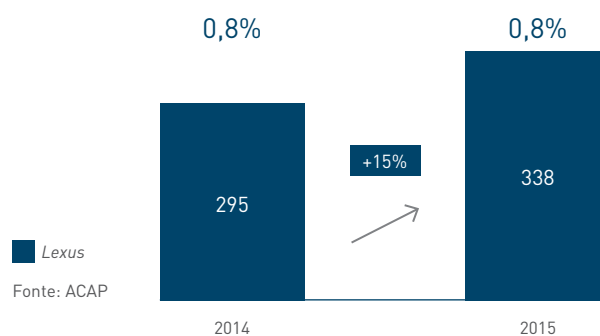
Em 2015, foi de destacar o desempenho dos Híbridos Toyota e Lexus que registaram um crescimento de 49% face a 2014, que se traduziu numa quota de mercado das viaturas híbridas de 48,3%. Em 2015, as viaturas híbridas representaram já 21,6% (+5 p.p. vs 2014) das vendas de ligeiros de passageiros Toyota e Lexus.

Este desempenho ficou a dever-se a uma ampla e renovada oferta de viaturas híbridas, num total de 12 modelos – 6 Toyota e 6 Lexus – e ao enfoque na divulgação e promoção dos benefícios da tecnologia híbrida.

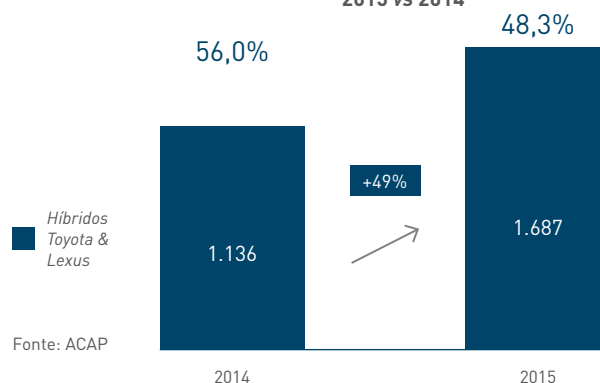
EVOLUÇÃO DO MERCADO PREMIUM



EVOLUÇÃO LEXUS: 2015 vs 2014



EVOLUÇÃO TOYOTA E LEXUS HÍBRIDOS: 2015 vs 2014



PERSPETIVAS 2016

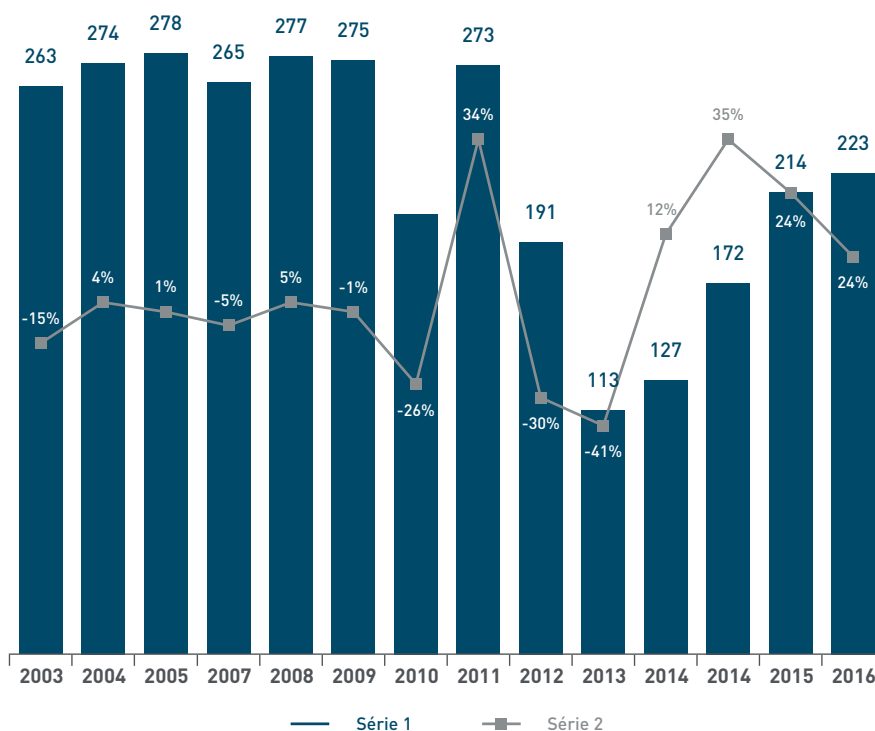
Dada a conjuntura económica atual e atendendo às últimas previsões do Banco de Portugal publicadas no Boletim Económico de dezembro, o ano de 2016 perspetiva-se como sendo um período positivo para o nosso País.

É expectável para a totalidade dos indicadores macroeconómicos uma evolução positiva quando comparada com o ano de 2015.

Face a este enquadramento, a previsão de Mercado para 2016 assume um crescimento de 4% face ao ano anterior, situando-se em torno das 223.000 unidades:

EVOLUÇÃO MERCADO AUTOMÓVEL

(em milhares)



Face às condições descritas, o objetivo para 2016 é de comercialização de 10.445 unidades, Toyota e Lexus, representando este valor um acréscimo de 5% comparativamente ao ano de 2015 e resultando numa quota de mercado de 4,7%.

APÓS-VENDA

VENDAS GLOBAIS

(Milhares Euros)

PRODUÇÃO	VENDAS 2014	VENDAS 2015	CRESC. % 2015/2014
Peças/Acessórios/Merchandising	32.522	34.666	6,60%
Serviços Extracare/Assistência Total	1.057	1.398	32,30%
Total	33.579	36.064	7,40%

A Divisão de Após-Venda Toyota apresentou no final de 2015, uma faturação total de 34,7 milhões de Euros, em peças, acessórios e merchandising. Este valor corresponde a um crescimento de 6,6% relativamente ao ano de 2014.

Relativamente à faturação dos serviços Extracare e Assistência Total registou-se um crescimento de 32,3% face a 2014.

VENDA DE PEÇAS GENUÍNAS TOYOTA (MARCA A)

(Milhares Euros)

PEÇAS	VENDAS 2014	VENDAS 2015	CRESC. % 2015/2014
Genuínas Toyota	27.445	29.693	8,20%

A venda de peças Genuínas Toyota (marca A) representou 85,7% do total das vendas de Peças, Acessórios e Merchandising de 2015.

A faturação totalizou 29,7 milhões de Euros, +8,2% que o valor acumulado em 2014. Esta performance está fortemente relacionada com a venda de peças para as campanhas técnicas em vigor no ano de 2015 (+185% face a 2014).

Assim, no ano de 2015, e como resultado dessas campanhas, venderam-se peças no valor de 3,8 milhões de Euros. Em 2014, as vendas para campanhas técnicas totalizaram 1,3 milhões de Euros. Estas vendas contribuíram para o crescimento significativo face a 2014, tanto na marca A, como na rede de concessionários, assim como para a performance relativamente aos orçamentos definidos.

ATIVIDADE

A rede de Assistência Oficial Toyota constituiu o principal cliente da Divisão de Após-Venda. Para este cliente destinou-se 93,9% da faturação global de 2015, o equivalente a 32,5 milhões de Euros. Este valor representa um crescimento de 10,0% quando comparado com o realizado em 2014.

Apesar da recuperação verificada na venda de viaturas durante o ano de 2015, a atividade de Após-Venda continuou a ser influenciada negativamente pela diminuição e envelhecimento do parque automóvel e pela redução da quilometragem média percorrida pelas viaturas.

Neste contexto, a TCAP manteve o seu empenho na dinamização de programas que contribuam para a recuperação e desenvolvimento da atividade do Após-Venda do ramo automóvel, com especial incidência para a retenção dos clientes às oficinas Toyota:

Algumas ações concretas são de referir:

- Lançamento na rede Toyota do desafio anual VCI (Value Chain Index). Esta iniciativa, incentiva os concessionários Toyota a atingirem bons desempenhos em alguns indicadores considerados estratégicos para o negócio do Após-Venda. São esses indicadores: os programas proativos de aviso ao cliente, o processo de receção ativa, os serviços de retenção de clientes (seguros, contratos de manutenção, Apoio 24, ...), a dinamização da venda de acessórios e a implementação do serviço para híbridos.
- Prolongamento da oferta do Contrato de Manutenção 3 anos/45.000 Km na aquisição dos modelos Auris, Verso e Corolla. Os Contratos de Manutenção, que garantem a visita das viaturas Toyota às oficinas da rede, são atualmente a principal ferramenta de retenção de clientes.
- Lançamento dos Contratos de Manutenção Integrais para os clientes de viaturas novas Toyota. Estes contratos, abrangem as necessidades integrais da viatura, nomeadamente a Manutenção Programada, a Manutenção Preventiva e a Manutenção Corretiva.
- Extensão da oferta do Serviço 5+ (destinado a clientes possuidores de viaturas com mais de 5 anos oferecendo-lhes condições bem mais vantajosas). Com os novos desenvolvimentos no Serviço 5+, para além de preços fixos na mudança de óleo e filtro, passam a haver preços nacionais na substituição de travões e embraiagens.
- Lançamento do Programa de Acessórios de 2015 (Incentivo Extra), com vista à dinamização na venda deste produto.

- Formação da rede, no que respeita à realização de contactos proativos ao cliente (Manutenção, ITV).
- Atualização dos postais de aviso, com a criação de um novo segmento. Este novo segmento, visa atingir o target de clientes de viaturas Toyota, com mais de 5 anos, que não efetuam a manutenção programada há mais de 3 anos. Pretende-se com este novo formato de postal, convidá-los a realizar a pré-inspeção, e em paralelo, a substituição do óleo e filtro no âmbito do serviço Toyota 5+.
- Divulgação e formação do Processo de Receção Ativa pela rede de concessionários Toyota. Esta é uma nova forma de trabalhar a relação com os Clientes Toyota, através de um acompanhamento desde a marcação do serviço, passando pela receção junto da viatura, até ao acompanhamento comercial após entrega. O objetivo é otimizar as oportunidades de negócio através de um atendimento personalizado e humanizado em que o Assessor de Serviço procura vender o produto/serviço certo, ao Cliente certo, no momento certo e assim conquistar a sua confiança e recomendação.
- Desenvolvimento dos Contratos de Manutenção para as novas gerações Auris e Avensis.
- Divulgação contínua do negócio dos pneus, inserido em campanhas específicas das diversas marcas.
- Formação transversal de técnicos & certificação das oficinas da rede Toyota, bem como especialização em tecnologia híbrida (Hybrid Service).

MÁQUINAS INDUSTRIAIS

EQUIPAMENTO INDUSTRIAL TOYOTA

	MERCADO			VENDAS TOYOTA + BT				
	2014	2015	VARIAÇÃO	2014		2015		VARIAÇÃO
			%	Qtd.	Quota	Qtd.	Quota	%
Empilhadores Contrabalançados	1023	1025	0,2	307	30,0	295	28,8	-3,9
Equipamento de Armazém	1153	1856	61,0	316	27,4	870	46,9	175,3
TOTAL MMC	2176	2881	32,4	623	28,6	1165	40,4	87,0

Fonte: ACAP

MERCADO

No ano de 2015, o mercado de Máquinas de Movimentação de Carga consolidou a trajetória ascendente que já se tinha verificado em 2014, registando um crescimento de 32,4%.

Não obstante, é importante notar que este crescimento verificou-se essencialmente no segmento de Equipamentos de armazém onde a variação do volume de vendas face ao ano anterior foi de 61%. Esta variação deve-se essencialmente a negócios de frota concluídos no ano em apreço.

Relativamente ao segmento de Empilhadores Contrabalançados o mercado praticamente manteve-se (+0,2%) o que correspondeu a mais 2 unidades vendidas.

VENDAS TOYOTA + BT

Relativamente às vendas de Empilhadores Contrabalançados Toyota registou-se um decréscimo de 3,9% comparativamente com igual período do ano anterior, situando a nossa quota de mercado nos 28,8%.

Quanto às vendas de Equipamentos Armazém BT, verificou-se um crescimento invulgar de 175,3%, situando a nossa quota de mercado nos 46,9%. Este crescimento é justificado pelo facto de ter sido a BT a fechar os grandes negócios de frota que influenciaram significativamente o mercado e consequentemente fizeram elevar a nossa quota para níveis próximos dos 47%.

Em termos de ranking de vendas, a Toyota + BT manteve a liderança de Mercado de Máquinas de Movimentação de Cargas com uma quota de mercado de 40,4%, bem destacado do 2º lugar, que registou uma quota de 17%.

PERSPETIVAS 2016

Dado o crescimento de mercado anormalmente elevado registado em 2015, e face à atual conjuntura político-económica, prevê-se que em 2016 o mercado não cresça, podendo mesmo registar um ligeiro decréscimo.

Relativamente ao desempenho da Toyota + BT, perspetivamos manter a liderança de mercado, embora com uma quota mais baixa, uma vez que as condições verificadas em 2015 (negócios significativos de frota) não se repetirão em 2016.

QUALIDADE & AMBIENTE

Ciente do seu papel na comunidade onde está inserida, a Toyota Caetano Portugal tem priorizado ao longo dos anos a implementação de uma política de transparência e abertura, materializando a sua estratégia de sustentabilidade, numa gestão ética, social e ambientalmente correta.

Durante o ano de 2015, o reconhecimento da estratégia definida encontra-se bem patente nas ações implementadas e nos resultados obtidos:

- No âmbito do seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente, destacou-se a realização de auditorias internas e externa (entidade certificadora – SGS), consolidando as práticas de gestão de excelência baseadas nos referenciais normativos ISO 9001 e ISO 14001.
- A gestão da qualidade *Kaizen Lean* faz parte do ADN da Toyota Caetano Portugal, assente principalmente na cultura *Toyota Way*, onde destacamos o respeito pelas pessoas e a melhoria contínua (*Kaizen*). Com a perspetiva de reforçar a atividade *Kaizen Lean*, durante este ano realizaram-se várias ações de melhoria, entre as quais destacamos a metodologia *Toyota Business Practices* (TBP), *Kaizen* diário, 5S e Sugestões *Kaizen*.
- Pelo segundo ano consecutivo, a Toyota Caetano Portugal participou no relatório anual sobre Desenvolvimento Sustentável *Carbon Disclosure Project* (CDP), promovendo a transparência corporativa e a contabilização da pegada de carbono da organização. O resultado alcançado em 2015 foi 91 D, tendo a Toyota Caetano Portugal sido distinguida com o prémio CDP “Improvement Award – Portugal”.

(A missão do *Carbon Disclosure Project* (CDP) é compilar e distribuir informação de alta qualidade que motive os investidores, as empresas e os governos a adotar medidas de promoção do desenvolvimento sustentável e competitividade empresarial.)

- O posicionamento da tecnologia híbrida encontra-se na base das propostas de mobilidade sustentável que a Toyota disponibiliza. Juntamente com a Toyota Motor Europe, a Toyota Caetano Portugal tem vindo a desenvolver uma forte estratégia de massificação de carros híbridos e plug-in no mercado nacional, contribuindo amplamente para uma direta e efetiva redução de emissões de CO₂, aumentando a penetração desta tecnologia no mercado nacional em 2015.
- A Toyota cumpriu o projeto de “1 Toyota, 1 Árvore” referente a 2015, com a plantação de 10.000 árvores distribuídas pelas regiões de Alcanena e Vilar de Mouros. Esta campanha de responsabilidade ambiental da Toyota, que devolve à floresta uma árvore por cada automóvel vendido, foi realizada em 2 ações, com a atribuição de 5.000 árvores por cada zona. Em todas elas, a marca realizou uma plantação simbólica envolvendo clientes de viaturas Toyota híbridas e convencionais, entidades públicas de diversos quadrantes, como escolas, grupo de escuteiros, entre outros.

Tendo iniciado o projeto “1 Toyota, 1 Árvore” em 2005, a Toyota Caetano Portugal já contribuiu com mais de 120.000 árvores cedidas a um dos patrimónios mais valiosos de Portugal, a floresta.

- A Toyota alcançou pelo 6º ano a distinção de marca automóvel de confiança e marca de confiança ambiente dos portugueses em 2015, segundo a votação dos leitores da revista *Seleções do Reader's Digest*. Ocupando o lugar de destaque desde 2010, altura em que a Toyota foi eleita Marca de Confiança pela primeira vez, na edição de 2015 os portugueses reforçaram a sua escolha de confiança na Toyota.
- A Toyota Caetano Portugal, promoveu a candidatura da SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves) à bolsa internacional “Programa de Atividades de Âmbito Ambiental” da Toyota Motor Corporation. Até ao momento, o “Programa de Atividades de Âmbito Ambiental” da Toyota já soma em 53 países o apoio a 304 projetos, 26 deles adicionados recentemente sendo um destes projetos português. A seleção foi feita por um júri constituído por representantes da Toyota e da área onde os projetos foram examinados com base na sua sustentabilidade, extensão territorial e capacidade de atender às necessidades locais. De entre os 26 novos projetos ambientais, 16 foram japoneses, sendo os restantes provenientes de África, Ásia e apenas um da Europa, o projeto português da SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves).

- Realizou-se também a Campanha Mês Verde (*Green Month Campaign*) em conjunto com a Toyota Motor Europe, para sensibilização de todos os colaboradores da organização. O tema deste ano foi “Preserve e Mantenha a Natureza para o Futuro”.
- A Toyota Caetano Portugal, reforçou o seu apoio à Rede de Concessionários em matéria de ambiente, encontrando-se a preparar o seu alinhamento com o “Desafio Ambiental Toyota 2050 – *Toyota Global Challenge*”.

RECURSOS HUMANOS

GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Nos últimos anos, o contexto social e empresarial nacional sofreu grandes alterações, tendo a Toyota Caetano Portugal acompanhado esta evolução, gerindo a função de Recursos Humanos com vista a responder aos novos desafios. Nesse pressuposto, em 2015, é encetado um processo profundo de reestruturação desta área com a criação de uma estrutura específica que integra valências humanas e materiais capazes de responder a um sistema integrado de gestão e desenvolvimento do Capital Humano.

A par da componente administrativa, que já se encontrava devidamente sustentada, foi incrementada a aposta no desenvolvimento das Pessoas suportada ainda pelo fortalecimento da comunicação interna, como meio para atrair e reter talento. Esta estratégia global, de resultados expectáveis a curto, médio e longo prazo, assenta nos seguintes eixos de intervenção: salários e benefícios; formação e desenvolvimento; carreiras e compensações; marca e comunicação.

Identificados e sistematizados os procedimentos e percepções existentes na empresa no que concerne às atividades de organização e gestão integrada de Pessoas, a atuação intervém em sete dimensões, a desenvolver por etapas: agregar (recrutamento e seleção); aplicar (acolhimento e integração); recompensar (salários e benefícios); desenvolver (formação e aprendizagem); reter (gestão de desempenho e desenvolvimento de carreira); monitorar (gestão por objetivos); e comunicar (marketing interno, responsabilidade social e *corporate brand*).

A suportar esta intervenção e a par da reorganização da Equipa, iniciou-se este ano o processo de consulta ao mercado para a substituição da plataforma informática RH, coexistindo com a contínua simplificação dos processos administrativos e a reestruturação do “Portal do Colaborador”. Ainda no domínio digital, destacamos o incremento de ferramentas BPM (*Business Process Management*), as quais aumentam a eficácia e eficiência e preconizam a inovação, flexibilidade e melhoria contínua.

Estas novas funcionalidades são extensivas a toda a TCAP e permitirão a sistematização e visualização de indicadores que conciliam a área de *payroll* com o desenvolvimento, contribuindo para a disponibilização crescente de dados analíticos significativos e relevantes de apoio à gestão.

Paralelamente, 2015 foi o ano de revisão do Modelo Organizacional, o qual congrega a definição dos planos e grupos funcionais, balizando salários e benefícios, alinhando pressupostos inerentes à gestão de desempenho, evolução de carreiras e planeamento das atividades de formação e desenvolvimento.

Este modelo permitirá sustentar cada vez mais as várias práticas que norteiam o percurso do Colaborador dentro da Empresa, desde o seu recrutamento e seleção até à sua saída, para as quais também estão a ser criados os respetivos modelos específicos, procedimentos e ferramentas.

A atualização da descrição, análise e qualificação das funções, além de apoiar uma gestão cada vez mais justa e eficaz das Pessoas no seu envolvimento profissional, responde a requisitos das auditorias de certificação da qualidade.

Em articulação com os resultados operacionais da TCAP e tendo em mente o contexto macro português, os resultados desta reestruturação, que ainda está no início, são visíveis no conjunto de indicadores de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas que a seguir apresentamos.

No que concerne ao Quadro de Pessoal, e apesar de estarmos num ano ainda marcado pela austeridade, assiste-se a um acréscimo de quase 5%, em comparação com 2014.

Nº COLABORADORES	2014	2015	VARIAÇÃO
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - GAIA	251	253	2
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - OVAR	170	192	22
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - CARREGADO	73	73	0
Total	494	518	24

O rejuvenescimento global da equipa em harmonia com a partilha de conhecimento continua a ser uma das preocupações, tendo-se verificado a um ligeiro decréscimo na idade média, face a 2014.

IDADE MÉDIA	2014	2015	VARIAÇÃO
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - GAIA	45,86	46,20	+0,34
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - OVAR	44,32	43,48	-0,84
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - CARREGADO	44,12	43,77	-0,35
Média / Total	45,07	44,85	-0,22

No que respeita à política salarial e atendendo à conjuntura económica reveladora de alguns indicadores de retoma, assim como aos resultados operacionais da Empresa, 2015 foi alvo de um aumento salarial de 3% para todos os colaboradores com salários inferiores a 1.000,00 Euros mensais.

No âmbito da reorganização geral, alocámos competências específicas à área de recrutamento e seleção, para além do desenvolvimento de um modelo específico, assim como de ferramentas e procedimentos.

Com vista a aumentar a prospeção de talento para a nossa Organização, melhorou-se a aplicação do site da Toyota Caetano e estendeu-se a rede de parceiros, nomeadamente IEFP e Instituições de Ensino. Realce ainda para o investimento no LinkedIn como uma solução de atração e seleção de talentos e como potenciador da marca empregadora

Nesta continuidade, aumentamos a integração de estágios profissionais e curriculares, apresentando um acréscimo significativo que se evidencia no quadro seguinte:

Nº ESTÁGIOS	2014	2015	VARIAÇÃO
Estágios profissionais	16	35	+119%
Estágios curriculares	12	20	+67%
Total	28	55	+96%

Dando continuidade a um domínio que é referência a nível nacional, a formação manteve a atividade nas duas áreas de intervenção – Formação de Ativos e Formação de Jovens.

No que respeita à melhoria de competências vitais para a nossa atividade, é de destacar o envolvimento da quase totalidade dos Colaboradores em ações de formação, atingindo uma média de 37 horas/Colaborador. Paralelamente, e seguindo uma história que começou em 1983, os nossos cinco centros de formação – Gaia, Ovar, Braga, Carregado e Sintra – continuam a preparar jovens para o setor automóvel em geral e para as nossas estruturas em particular, registando um índice de empregabilidade superior a 91% após concluído o ciclo formativo de três anos, equivalente ao 12º Ano de Escolaridade.

O quadro seguinte evidencia a atividade de formação realizada quer pelos Colaboradores e pelos Jovens:

FORMAÇÃO COLABORADORES	2014	2015	VARIAÇÃO
Nº Participantes	456	516	+ 13%
Volume de Formação (Horas)	16.222	19.141	+ 18%

FORMAÇÃO DE JOVENS (APRENDIZAGEM)	2014	2015	VARIAÇÃO
Nº Participantes	535	497	- 7%
Volume de Formação (Horas)	596.957	618.815	+ 3,6%

Como corolário desta estratégia que alia a parte administrativa de RH com a área de desenvolvimento de Pessoas e a área de marketing interno, registre-se que a comunicação tem vindo a transformar-se cada vez mais, e em alinhamento com as diretrizes mundiais da Marca Toyota, um elemento determinante para reforçar o envolvimento e comprometimento dos Colaboradores, assim como um apoio ao desenvolvimento de habilidades necessárias para estes se transformarem em verdadeiros embaixadores da Organização e da Marca.

De forma sucinta, destacamos a este nível o envolvimento do universo Toyota na Inauguração, em julho, da Linha de Montagem do Land Cruiser na Fábrica de Ovar, as festividades de Natal, assim como ações de saúde e bem-estar.

Dando continuidade a uma longa tradição de trabalho em responsabilidade social. Foram ao longo do ano ainda desenvolvidas iniciativas educativas com a comunidade local, em particular a ação do Porto Futuro, programa em que durante um dia os jovens experimentam um posto de trabalho dentro da Toyota Caetano Portugal, e que visa aproximar os estudantes do mundo do trabalho e da vida empresarial.

A aplicação de competências de Marketing à gestão de Recursos Humanos virá cada vez mais a contribuir para atrair, desenvolver e reter capital humano com valor na TCAP com o fim último de contribuir mais e melhor para a satisfação máxima das necessidades dos nossos Clientes finais.

CAETANO AUTO, S.A.

Segundo dados do Banco de Portugal, em 2015, o nosso País confirmou a trajetória de retoma iniciada em 2013, suportada sobretudo no crescimento das exportações.

Especificamente quanto ao mercado automóvel, este cresceu de forma significativa relativamente a 2014 e as marcas que representamos, Toyota e Lexus, registaram crescimentos de 13,4% e 14,6% respetivamente. A Caetano Auto com a sua dimensão nacional representa já 70% das vendas da marca Toyota.

Neste contexto, a Caetano Auto foi responsável em 2015 pela matrícula de 5.843 unidades de veículos novos, contra as 5.008 unidades de 2014, evidenciando assim uma melhoria significativa.

Quanto ao negócio das viaturas usadas, este foi fortemente influenciado pelo crescimento da atividade dos novos, considerando as designadas “retomas” que servem de pagamento parcial à venda dessas unidades novas. Assim, as vendas de viaturas usadas em 2015 atingiram as 5.393 unidades contra as somente 4.281 de 2014.

Nos serviços de Após-Venda, apesar da redução do parque automóvel dos últimos anos, a Caetano Auto conseguiu crescer cerca de 5,5% em 2015 relativamente ao ano anterior, atingindo uma faturação global superior aos 50 milhões de Euros.

A atividade de peças, especificamente, teve o contributo positivo da faturação da marca Caetano Glass que potenciou de forma significativa a venda de vidros automóvel.

Em sede de investimentos, a Caetano Auto despendeu em 2015 mais de 1 milhão de euros em instalações, para ampliar a área de trabalho na atividade de colisão em Santarém e também em equipamento administrativo e oficial.

Em resultado dos considerandos atrás descritos, a Caetano Auto encerrou o exercício de 2015 com um resultado líquido positivo a exemplo do já acontecido no exercício anterior. A estabilidade económica-financeira terá sido atingida, sendo desejável que, no mínimo, as condições do mercado se mantenham em 2016.

CAETANO AUTO CV, S.A.

Os indicadores do Crescimento Económico disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística em Cabo Verde, registaram um aumento ao longo do último período do ano.

Comparativamente a 2014, o crescimento económico registou então uma evolução positiva. Mesmo assim, a conjuntura económica continua frágil.

Durante 2016, Cabo Verde terá eleições para a Assembleia Nacional, Presidenciais e Municipais, de onde resultam sempre incertezas para o futuro do País e alguma contração natural da procura até à clarificação eleitoral.

Alguns investimentos significativos em infraestruturas turísticas irão surgir em 2016, podendo aportar perspetivas adicionais para o negócio de veículos comerciais da Marca.

ATIVIDADE COMERCIAL

VIATURAS

SEGMENTO	MARCA	2014	2015	VARIAÇÃO	
				QTD	%
Veículos Ligeiros Passageiros	Toyota	91	84	+7	+8,33%
	Daihatsu	0	5	-5	-100,00%
Veículos Comerciais Ligeiros	Toyota	185	151	+34	+22,52%
Veículos Comerciais Pesados	Toyota	21	15	+6	+40,00%
		297	255	+42	+16,47%

Comparando com igual período de 2014, a Caetano Auto CV, S.A. vendeu (+42) unidades correspondentes a um crescimento de 16% no negócio de viaturas.

Os modelos que mais contribuíram para a evolução positiva registada foram sem dúvida a Dyna, Hiace e Hilux, juntamente com o novo modelo Yaris.

No sentido inverso, registou-se alguma redução nas unidades Corolla comercializadas, até pelo aproximar do fim da vida deste modelo, em tempos determinante na nossa atividade.

APÓS-VENDA

VENDAS	2015	2014	VARIÇÃO	
			QTD	%
Peças/Acessórios	158.817	139.772	+19.045	+13,63%
Oficina (Mão-de-Obra)	32.915	34.597	-1.682	-4,86%
	191.732	174.369	+17.363	+9,96%

(Valores em Milhares ECV)

Ao nível do Após-Venda, registou-se um decréscimo de venda da Mão-de-Obra [-4,86%] centrando-se o desvio principalmente na colisão.

Ao nível das vendas de peças e acessórios, o ano 2015 registou um aumento de +13,63%.

A parceria com a ENACOL, na exploração dos serviços rápidos e venda de peças no posto da Assomada em N'Hagar, registou um aumento de (+42%) em comparação com o período homólogo de 2014. Em fevereiro de 2015, arrancámos com o novo posto da Enacol na Achada de S. Filipe o que se traduziu num volume de faturação de mais de 12,5 MECV.

Ao nível da avaliação do PGO+, a Caetano Auto obteve o resultado de 81,5%, o que coloca ao nível de algumas instalações europeias.

De tudo o atrás descrito, resultou um claro crescimento da atividade, com o conseqüente impacto positivo na rentabilidade apurada, a qual se aproximou claramente da normalidade deste mercado africano.

CAETANO RENTING, S.A.

A frota média da Empresa ao longo de 2015 foi de 1146 unidades, cerca de mais 13% do que no ano anterior. Contudo, terminou o exercício de 2015 com 1038 unidades em frota, o que representa um aumento de 24,16%, em comparação com igual período de 2014.

A estrutura da frota de viaturas pode ser detalhada como segue:

- Veículos Ligeiros/Comerciais Passageiros: 723 uts (69,65%)
- Máquinas Industriais: 315 uts (30,35%)

Verifica-se que o negócio das Máquinas Industriais tem vindo a crescer, representando já 30,35% da frota da Empresa.

O Volume de Negócios atingiu os 3,7 Milhões de Euros, o que significa um acréscimo de cerca de 5% face ao pretérito exercício.

Tendo em consideração os factos acima reportados, a Empresa pode apresentar Resultados Líquidos marginalmente positivo cumprindo assim no essencial os objetivos traçados para o exercício em apreço.

SALTANO, S.A.

A Saltano, no desenvolvimento da sua atividade de gestão de participações sociais e no exercício em análise manteve basicamente inalteradas as suas participações.

O exercício de 2015 encerra com Capitais Próprios no montante de 19,2 milhões de Euros, a que corresponde um total de ativo líquido de 22,8 milhões de Euros, traduzindo um adequado Grau de Autonomia Financeira, de 84%.

Para dar cumprimento às disposições contabilísticas legais, a Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A., contabiliza as participações financeiras em que exerce controlo ou influência significativa pelo método de equivalência patrimonial. Em 2015, o valor das referidas participações ascende a cerca de 20,7 milhões de Euros.

PERSPETIVAS PARA 2016

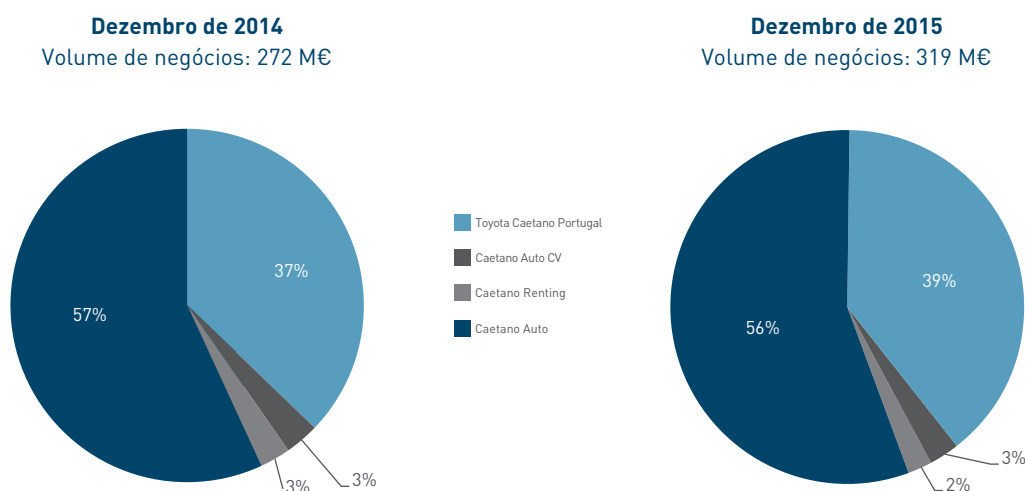
Para 2016, prevê-se que a atividade decorra em condições de normalidade.

ATIVIDADE FINANCEIRA

ANÁLISE CONSOLIDADA

No decorrer do ano de 2015, o perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal permaneceu inalterado, face ao final do exercício de 2014.

No período em análise o volume de negócios consolidado atingiu um valor de cerca de 319 milhões de Euros, o que representa um incremento de 17,5%, comparativamente com obtido no período homólogo de 2014. Para este incremento contribuiu de forma significativa, o crescimento do mercado automóvel em Portugal, nomeadamente da marca Toyota, representada pela Toyota Caetano Portugal, bem como os impactos do arranque do projeto de montagem (Unidade Fabril de Ovar) e comercialização para o mercado sul-africano do modelo LC70. Apesar da sua reduzida dimensão, o mercado automóvel em Cabo Verde também contribuiu para a evolução favorável deste indicador.



Na prossecução da estratégia de implementação da marca, foi necessário incorrer em algum sacrifício da margem de comercialização que, combinado com um adequado controlo dos custos de estrutura, se materializou num E.B.I.T.D.A. consolidado de cerca de 24 milhões de Euros, 30,6% acima do conseguido em 2014. Neste resultado encontram-se contemplados cerca de 2,9 milhões de Euros, referentes a situações que não se encontram diretamente relacionadas com a atividade operacional, provenientes nomeadamente da indemnização do sinistro ocorrido no Complexo do Carregado, e de mais-valias registadas com a alienação de propriedades de investimento.

Os resultados financeiros, representando um custo de 2,1 milhões de Euros, comparativamente aos 1,3 milhões de Euros registados em período homólogo de 2014, expressam as necessidades acrescidas de financiamento em que o Grupo Toyota Caetano Portugal incorreu, de forma a fazer face ao crescimento de atividade e, conseqüentemente, à constituição de inventários capazes de responder à procura acrescida dos mercados de destino dos seus produtos.

Da conjugação dos agregados acima, decorre um resultado antes de impostos de cerca de 8,2 milhões de Euros, que compara com os 4,9 milhões de Euros registados em 2014.

O grau de autonomia financeira situou-se em 48,8% e continua a demonstrar uma perfeita estabilidade na estrutura de capitais do Grupo.

No sentido de sintetizar a evolução da atividade e desempenho do Grupo Toyota Caetano Portugal, apresenta-se no quadro seguinte um conjunto de agregados comparativos na unidade monetária milhares de Euros:

	DEZ'14	DEZ'15	VARIAÇÃO
Volume de negócios	271.640	319.308	17,5%
Lucro Bruto	56.036	55.300	-1,3%
% (f) vendas	20,6%	17,3%	
Fornecimentos e serviços externos	33.447	36.417	8,9%
% (f) vendas	12,3%	11,4%	
Gastos com o pessoal	35.838	38.673	7,9%
% (f) vendas	13,2%	12,1%	
E.B.I.T.D.A.	18.326	23.932	30,6%
% (f) vendas	6,7%	7,5%	
Resultado operacional	6.231	10.270	64,8%
% (f) vendas	2,3%	3,2%	
Resultados financeiros	-1.343	-2.105	-56,7%
% (f) vendas	-0,5%	-0,7%	
Resultados antes de impostos	4.888	8.165	67,0%
% (f) vendas	1,8%	2,6%	
Financiamento bancário líquido	38.375	52.448	36,7%
Grau de autonomia financeira	52,0%	48,8%	

De acordo com as últimas estimativas de desenvolvimento económico em Portugal, entendemos como expectável, apesar de algumas medidas restritivas introduzidas no Orçamento de Estado para 2016, a manutenção de algum crescimento no setor automóvel, o que proporcionará ao Grupo o reforço da sua sustentabilidade no mercado.

GESTÃO DE RISCOS

CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc).

RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em Cabo Verde, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

A descrição pormenorizada deste ponto encontra-se expressa no Relatório do Governo da Sociedade.

AÇÕES PRÓPRIAS

A sociedade não adquiriu, nem alienou ações próprias durante o exercício. À data de 31 de dezembro de 2015, a sociedade não detinha ações próprias.

DECLARAÇÃO

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao ano de 2015, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta sociedade e das suas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas mais significativos com que se defrontam.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de Euros 6.474.875,07 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

a) Para a conta de reservas não distribuíveis por lucros em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial.

Eur 1.142.681,70

b) Para dividendos a atribuir ao capital, 0,15 Eur por ação, o que atento o seu número 35.000.000 de ações, perfaz

Eur 5.250.000,00

c) O remanescente para a conta de Resultados Transitados

Eur 82.193,37

OUTROS ASSUNTOS / AGRADECIMENTOS

Desde a conclusão do ano de 2015 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes susceptíveis de serem mencionados.

Este relatório não ficaria concluído, sem expressarmos o nosso reconhecimento às pessoas ou entidades que, de algum modo, tenham contribuído para o desenvolvimento da atividade da Empresa ou para os resultados que foram alcançados em 2015, designadamente:

- Os nossos Clientes e Concessionários, pelo estímulo que nos transmitiram através da confiança depositada nos nossos produtos e pela distinção da sua preferência;
- Às Entidades Bancárias, pela colaboração demonstrada ao par da evolução da nossa atividade;
- Aos restantes Órgãos Sociais, pela cooperação mantida em todos os momentos;
- A todos os Colaboradores, pela dedicação com que se envolveram na concretização dos objetivos da Empresa.

Vila Nova de Gaia, 1 de abril de 2016

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Nobuaki Fujii

Matthew Peter Harrison

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

[Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com a alínea c) do nº 1 do artigo 9.º e do número 7 do artigo 14.º, ambos do Regulamento 5/2008 da CMVM]

Em cumprimento do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2015, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham quaisquer ações ou obrigações da mesma.

Declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não realizaram durante o exercício de 2015 quaisquer aquisições, onerações ou cessações de titularidade que tenham por objeto ações ou obrigações da Sociedade.

Mais se declara, quanto aos valores mobiliários da sociedade detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais, o seguinte:

- a GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A. não teve movimentos (da qual o Senhor **Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano** é Presidente do Conselho de Administração, a Senhora **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é Vice-Presidente do Conselho de Administração e os Senhores **Eng.º José Reis da Silva Ramos** e **Eng.º Miguel Pedro Caetano Ramos** são Vogais do Conselho de Administração) pelo que em 31 de dezembro de 2015, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de 1 euro cada.
- a FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO não teve movimentos (da qual o Senhor **Eng.º José Reis da Silva Ramos** é Presidente do Conselho de Administração, a Senhora **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é cônjuge do Presidente do Conselho de Administração, os Senhores **Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano** e **Dr. Rui Manuel Machado de Noronha Mendes** são Vogais do Conselho de Administração) pelo que em 31 de dezembro de 2015, detinha 138.832 ações, com o valor nominal de 1 euro cada.
- a COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A. não teve movimentos (da qual a Senhora **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é Presidente do Conselho de Administração, o Senhor **Eng.º José Reis da Silva Ramos** é cônjuge da Presidente do Conselho de Administração) pelo que em 31 de dezembro de 2015, detinha 393.252 ações, com o valor nominal de 1 euro cada.
- a COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A. não teve movimentos (da qual a Senhora **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é Presidente do Conselho de Administração, o Senhor **Eng.º José Reis da Silva Ramos** é cônjuge da Presidente do Conselho de Administração, o Senhor **Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano** é Vogal do Conselho de Administração) pelo que, em 31 de dezembro de 2015 detinha 290 ações, com o valor de 1 euro cada.

Para o efeito previsto na parte final do número 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade), declara-se que:

- **Eng.º José Reis da Silva Ramos**, Presidente do Conselho de Administração, é titular de:
 - 39,49%¹ do capital social do Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

¹ Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge.

- **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
 - 39,49%¹ do capital social do Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

¹ Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge.

- **Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:

- 39,49%¹ do capital social do Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

¹ Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- **Eng.º Miguel Pedro Caetano Ramos**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:

- 0,00223% do capital social do Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade.

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Dando cumprimento ao estipulado no número 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se de seguida a lista dos acionistas que, em 31 de dezembro de 2015, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social desta sociedade, bem como dos acionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas percentagens de capital:

ACIONISTAS Titulares de pelo menos 10%	AÇÕES			
	DETIDAS ¹ 31.12.2014	ADQUIRIDAS 2015	ALIENADAS 2015	DETIDAS ² 31.12.2015
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000	-	-	9.450.000

¹ Capital social em 31.12.2014: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

² Capital social em 31.12.2015: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

ACIONISTAS Titulares de pelo menos 50%	AÇÕES			
	DETIDAS ¹ 31.12.2014	ADQUIRIDAS 2015	ALIENADAS 2015	DETIDAS ² 31.12.2015
GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A.	21.288.281	-	-	21.288.281

¹ Capital social em 31.12.2014: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

² Capital social em 31.12.2015: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

(Nos termos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

À data de 31 de dezembro de 2015, os acionistas com participações qualificadas no capital da sociedade são os seguintes:

ACIONISTA	AÇÕES	% DOS DIREITOS DE VOTO
Grupo Salvador Caetano - S.G.P.S., S.A.	21.288.281	60,824
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000	27,000
Salvador Fernandes Caetano (Herdeiros de)	1.399.255	3,998

03

CONTAS
INDIVIDUAIS



INDICADORES FINANCEIROS

	DEZ-15	(Euros) DEZ-14
VOLUME DE NEGÓCIOS	256.808.132	217.989.797
<i>CASH-FLOW</i> BRUTO	14.016.201	10.395.330
RESULTADO LÍQUIDO	6.474.875	3.753.725
GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDOS	1.892.774	1.283.173
GASTOS COM O PESSOAL	15.524.042	14.522.674
INVESTIMENTO LÍQUIDO	16.958.121	7.096.223
FUNDO DE MANEIO BRUTO	71.434.242	80.325.170
VAB	38.449.031	32.414.197
UNIDADES VENDIDAS	14.678	12.253
VOLUME DE EMPREGO	519	509

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	NOTAS	31/DEZ/15	31/DEZ/14
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	5	27.501.209	19.498.505
Propriedades de investimento	6	15.584.625	15.150.587
Goodwill	7	611.997	611.997
Ativos intangíveis	8	942.316	0
Participações financeiras	9	39.916.532	40.885.543
Outros ativos financeiros	10	59.504	59.504
Ativos por impostos diferidos	11	1.586.483	2.354.141
Total ativo não corrente		86.202.665	78.560.277
ATIVO CORRENTE			
Inventários	12 e 19	58.717.810	48.084.649
Clientes	13 e 19	87.035.232	86.526.015
Adiantamento a fornecedores		482.675	836.231
Estado e outros entes públicos	11	971.895	929.440
Acionistas	14	804.641	685.529
Outras contas a receber	15	387.157	1.296.800
Outros ativos financeiros	10	3.432.799	3.432.799
Diferimentos	16	565.688	184.734
Caixa e depósitos bancários	4	8.024.428	9.104.055
Total ativo corrente		160.422.324	151.080.251
Total do ativo		246.624.989	229.640.528
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado		35.000.000	35.000.000
Reservas legais		7.498.903	7.498.903
Outras reservas		68.828.210	70.418.653
Resultados transitados		0	219.893
Ajustamentos em ativos financeiros		5.190.943	5.698.991
Excedentes de revalorização		6.195.184	6.195.184
Outras variações no capital próprio		106.058	112.494
Resultado líquido do período		6.474.875	3.753.725
Total do capital próprio	17	129.294.173	128.897.845
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	20	24.128.967	20.113.488
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	25	3.534.000	3.200.000
Passivos por impostos diferidos	11	329.109	363.957
Total Passivo não corrente		27.992.076	23.677.445
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	22	31.698.659	26.404.409
Adiantamento de clientes		383.786	224.574
Estado e outros entes públicos	11	8.250.374	9.708.056
Acionistas		11.998	10.511
Financiamentos obtidos	20	36.450.473	26.716.616
Outras contas a pagar	15	6.601.069	7.873.022
Diferimentos	16	5.847.849	5.978.288
Passivos financeiros detidos para negociação	23	94.532	149.762
Total Passivos corrente		89.338.740	77.065.238
Total do passivo		117.330.816	100.742.683
Total do capital próprio e do passivo		246.624.989	229.640.528

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	NOTAS	31/DEZ/15	31/DEZ/14
Vendas e serviços prestados	26	256.808.132	217.989.797
Subsídios a exploração	18	2.349.144	2.028.385
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	9	1.142.682	755.212
Variação nos inventários da produção	12	-3.804.553	5.305.085
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-212.713.834	-186.084.390
Fornecimentos e serviços externos	28	-38.677.933	-32.991.116
Gastos com o pessoal	29	-15.524.042	-14.522.674
Imparidade de inventários	12,19	377.462	
Imparidade de dívidas a receber	13,19	-5.338	-190.897
Aumentos/reduções de justo valor	23	55.231	-30.240
Outros rendimentos e ganhos	31	37.064.386	28.400.946
Outros gastos e perdas	31	-9.757.147	-8.788.728
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		17.314.189	11.871.379
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6 e 8	-7.579.064	-6.136.301
Imparidades de ativos depreciáveis/amortizáveis			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.735.125	5.735.078
Juros e rendimentos similares obtidos	32	202.728	358.021
Juros e gastos similares suportados	32	-2.095.502	-1.641.195
Resultado antes de impostos		7.842.351	4.451.905
Imposto sobre o rendimento do período	11	-1.367.476	-698.180
Resultado líquido do período		6.474.875	3.753.725
Resultado por ação	33	0,18	0,11

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIÁÇÕES CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	35.000.000	7.498.903	75.561.244	-2.642.591	7.098.991	6.195.184	108.293	219.893	129.039.918
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:									
Aplicação do resultado				219.893				-219.893	0
Perdas Atuariais			-2.500.000		-1.400.000				-3.900.000
Outras alterações no Capital Próprio			-2.642.591	2.642.591			4.202		4.202
			-5.142.591	2.862.484	-1.400.000		4.202	-219.893	4.202
Resultado Líquido do período								3.753.725	3.753.725
Resultado Integral								-146.275	-146.275
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	35.000.000	7.498.903	70.418.653	219.893	5.698.991	6.195.184	112.494	3.753.725	128.897.844
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	35.000.000	7.498.903	70.418.653	219.893	5.698.991	6.195.184	112.494	3.753.725	128.897.844
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:									
Aplicação do resultado				198.513	755.212			-953.725	0
Perdas Atuariais			-258.850		-283.650				-542.500
Outras alterações no Capital Próprio					-979.610		-6.436		-986.046
			-258.850	198.513	-508.048		-6.436	-953.725	-1.528.546
Resultado Líquido do período								6.474.875	6.474.875
Resultado Integral								4.952.765	4.952.765
Operações com detentores de capital no período									
Dividendos distribuídos			-1.331.594	-418.406				-2.800.000	-4.550.000
			-1.331.594	-418.406			0	-2.800.000	-4.550.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	35.000.000	7.498.903	68.828.210	0	5.190.943	6.195.184	106.058	6.474.875	129.294.173

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2015		2014	
Recebimentos de Clientes	337.945.478		279.727.582	
Pagamentos a Fornecedores	-309.005.017		-269.838.599	
Pagamentos ao Pessoal	-8.557.827		-9.313.416	
Fluxo gerado pelas Operações		20.382.635		575.567
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-710.630		-656.816
Outros Recebimentos/Pagamentos		-25.254.542		-15.051.004
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		-5.582.537		-15.132.252
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros			3.123.853	
Ativos Fixos Tangíveis	4.393.169		3.493.715	
Subsídios ao Investimento				
Juros e Rendimentos Similares			109	
Dividendos		4.393.169		6.617.677
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros				
Ativos Fixos Tangíveis	-5.211.243		-1.386.303	
Ativos Fixos Intangíveis	-946.670	-6.157.913		-1.386.303
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		-1.764.744		5.231.374
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Locação Financeira	8.647.614		4.981.341	
Financiamentos Obtidos	6.185.217	14.832.831	14.710.054	19.691.395
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos				
Amortização de Contratos de Locação Financeira	-2.217.437		-1.190.706	
Juros e Custos Similares	-1.787.537		-1.182.488	
Dividendos	-4.560.202	-8.565.176	-6.261	-2.379.455
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		6.267.655		17.311.940
CAIXA E EQUIVALENTES				
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		9.104.055		1.692.993
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		8.024.428		9.104.055
Variações de Caixa e seus Equivalentes		-1.079.626		7.411.062

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, tendo como atividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados, bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência pós-venda.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota, Lexus e BT para Portugal, encabeçando um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) que se apresenta da seguinte forma, a 31 de dezembro de 2015:

EMPRESAS	SEDE
Com sede em Portugal:	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
Com sede noutros países:	
Caetano Auto CV, S.A. (“Caetano Auto CV”)	Praia (Cabo Verde)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a empresa Movicargo – Movimentação Industrial, Lda foi alienada deixando de fazer parte do perímetro do Grupo Toyota Caetano.

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Toyota Caetano irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a estrutura entendida como mais adequada a uma correta leitura e apreensão das principais políticas contabilísticas adotadas, bem como dos factos mais relevantes ocorridos no período em análise respeitando o Sistema de Normalização Contabilística em vigor no exercício de 2015. Deste modo, as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aprovadas pelo Decreto-Lei nº 158/2009.

Aqueles factos que não estão relatados neste Anexo foram considerados como não relevantes para a correta leitura das demonstrações financeiras anexas.

Os valores mencionados no presente Anexo encontram-se expressos em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a empresa opera.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Toyota Caetano, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) e estabelecidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor no exercício de 2015. De referir que não há quaisquer disposições do SNC que tenham sido derogadas pela empresa.

2.1 EFEITOS FUTUROS DAS ALTERAÇÕES AO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (SNC)

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2016, o qual, tendo por base os elementos que dispomos originará os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras da Sociedade:

"O *goodwill* passará a ser amortizado num período da sua vida útil, a qual poderá ser até um período de 10 anos, o que implicará um impacto no resultado do exercício de 2016 no mínimo em cerca de 61,2 milhares de Euros".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativo intangível

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e compreendem despesas de investigação e desenvolvimento, estas últimas, constituídas principalmente por despesas com o desenvolvimento tecnológico associado à produção na fábrica de Ovar do novo modelo Land Cruiser Série 70 (LC70), para exportação, e Programas de Software Informático (Nota 8).

As amortizações correspondentes são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com um período de vida útil estimado de três anos.

b) Ativo fixo tangível e Propriedades de investimento

Os ativos fixos tangíveis, bem como as propriedades de investimento, têm como critério de mensuração o custo de aquisição deduzido de depreciações e imparidades. No entanto, os bens adquiridos até 31 de dezembro de 1997 contêm efeitos de reavaliações de acordo com as seguintes disposições legais:

- Decreto-Lei 430/78, de 27 de dezembro
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei 31/98, de 11 de fevereiro

Os referidos itens foram mensurados na data de transição de acordo com o descrito na NCRF 3.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras ativos tangíveis	4 - 8

Como resultado do efeito das reavaliações legais incluídas no custo (conforme referido acima), as reintegrações do período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aumentadas. Uma parte (40%) deste montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), pelo que 40% das depreciações de exercícios futuros relativamente ao efeito das reavaliações de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento ainda não depreciados não serão aceites para efeitos de determinação da matéria coletável de IRC, tendo a Empresa registado os correspondentes passivos por impostos diferidos (Nota 11).

Quando o valor líquido contabilístico excede o valor recuperável do ativo, é efetuado o seu reajustamento para o valor recuperável estimado, através de reconhecimento de uma imparidade de ativos.

Os ganhos ou perdas resultantes do abate ou alienação são apurados pela diferença entre o valor recebido e a quantia escriturada do ativo e reconhecidos como rendimento ou gasto na demonstração de resultados.

c) Locação financeira

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, conseqüentemente, o custo do ativo é registado como investimento e as correspondentes responsabilidades são registadas como financiamentos obtidos. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o investimento amortizado de acordo com a vida útil dos bens (Notas 5 e 21).

d) Investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo encontram-se registados ao MEP.

Pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), os investimentos em participações financeiras são registadas pelo custo, ajustado pelo valor correspondente da participação da Empresa nos resultados líquidos das Empresas participadas, pelas variações de capital próprio e pelos dividendos recebidos

A Empresa regista os dividendos atribuídos pelas empresas em que participa como uma redução direta ao valor da sua participação financeira uma vez que o seu equivalente já tinha sido reconhecido pela apropriação em MEP dos resultados das subsidiárias.

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a subsidiária detém sobre uma entidade.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Investimentos em subsidiárias e associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do critério da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. Ganhos ou perdas realizados em transações entre o Grupo e as suas subsidiárias e associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias e associadas são considerados reduções do investimento detido.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos, quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa subsidiária, associada ou empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa subsidiária, associada ou empreendimentos conjuntos, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo "Provisões" para fazer face a essas obrigações.

e) Instrumentos Financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- Instrumentos financeiros ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade

Inclui todos os ativos financeiros, passivos financeiros e instrumentos de capital próprio que satisfaçam pelo menos uma das seguintes condições:

- a entidade designa os referidos ativos e passivos, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade, sendo que os mesmos cumprem com os seguintes critérios: a) sejam instrumentos à vista ou com maturidade definida; b) os retornos para o detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; c) não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.
- contratos para conceder ou contrair empréstimos que: a) não possam ser liquidados em base líquida; b) quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e c) a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
- instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas (Outros Ativos Financeiros - Nota 10);
- Suprimentos concedidos à Saltano, S.G.P.S., S.A. (Outros Ativos Financeiros - Nota 10);
- Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar (Notas 13, 14, 15, 22 e 34).

Instrumentos financeiros ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados

Um ativo ou passivo financeiro é classificado nesta categoria se não preencher as condições para ser classificado como instrumento financeiro ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Instrumentos financeiros derivados não designados para efeitos de contabilidade de cobertura – Nota 23.

f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor recuperável.

Encontram-se também constituídos ajustamentos para depreciação de inventários tendo em vista a cobertura de eventuais desvalorizações a ocorrer nos stocks de viaturas usadas (Nota 12).

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, os gastos gerais de fabrico e os serviços executados no exterior.

g) Subsídios e apoios do governo

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de ativos fixos são registados, na rubrica de Outras variações no Capital Próprio, quando recebidos, e reconhecidos na Demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração são registados nos exercícios em que são recebidos (Nota 18).

h) Benefícios dos Empregados

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades ("Associados") por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 dezembro de 2013.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das prestações devidas, a empresa segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o "Current Unit Credit Method".

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente em Outras Reservas.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data do Balanço representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas atuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 25).

i) Impostos sobre o rendimento

O montante total de imposto sobre o rendimento a pagar é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no perímetro fiscal Toyota Caetano Portugal, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do referido perímetro (Nota 11).

O imposto corrente sobre o rendimento reconhecido como gasto é calculado com base no resultado tributável da Toyota Caetano Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

j) Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento de recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de Diferimentos, Outras Contas a Pagar (credores por acréscimos de gastos) e Outras Contas a receber (devedores por acréscimos de rendimentos) (Notas 15 e 16).

l) Indemnizações ao pessoal

A Empresa tem como política registar como um gasto operacional do exercício os encargos com rescisões de contratos de trabalho no momento em que os mesmos são acordados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram pagas indemnizações por rescisão de contratos de trabalho no montante de, aproximadamente, 118.000 Euros (aproximadamente 51.000 Euros em 31 de dezembro de 2014) (Nota 29).

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 19).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Toyota Caetano Portugal sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

n) Ativos e Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Toyota Caetano Portugal, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

o) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

p) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registados como ganho ou perda na Demonstração dos Resultados do exercício.

q) Rédito

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito da venda é reconhecido na Demonstração dos Resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para a Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

r) Juízos de Valor, Julgamentos e estimativas e Pressuposto relativos ao futuro

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- Teste de imparidade realizado ao *goodwill*;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

s) Eventos subsequentes e Principais fontes de incerteza das estimativas

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras incorporam estimativas que não apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

RUBRICAS	31/DEZ/15	31/DEZ/14
Numerário	81.274	82.372
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	7.943.154	9.017.119
Equivalentes a Caixa		4.564
Caixa e Depósitos Bancários	8.024.428	9.104.055

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

2015	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRO ATIVO FIXO TANGÍVEL	INVESTIMENTO EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO								
Saldo final 31/12/2014	3.908.048	31.403.771	50.826.485	35.140.756	6.042.756	2.903.102	69.000	130.293.919
Aumentos	37.978	1.219.037	2.187.423	12.079.581	24.688	18.721	328.459	15.895.889
Alienações			-24.166	-5.044.199		-1.609		-5.069.974
Transferências e abates		-140.131	-899.991			-10.775		-1.050.897
Saldo final 31/12/2015	3.946.027	32.482.677	52.089.751	42.176.138	6.067.444	2.909.440	397.459	140.068.937
DEPRECIACÕES								
Saldo final 31/12/2014		28.826.155	48.384.892	24.788.935	5.972.853	2.822.580		110.795.415
Aumentos		455.223	1.047.563	5.069.271	43.754	29.564		6.645.376
Alienações			-24.166	-3.881.348		-1.609		-3.907.123
Transferências e abates		-124.935	-830.229			-10.775		-965.939
Saldo final 31/12/2015		29.156.443	48.578.059	25.976.858	6.016.608	2.839.761		112.567.729
Valor líquido	3.946.027	3.326.234	3.511.692	16.199.281	50.836	69.679	397.459	27.501.209

2014	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRO ATIVO FIXO TANGÍVEL	INVESTIMENTO EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo final 31/12/2013	3.908.048	31.385.731	50.146.808	33.092.903	6.030.711	2.885.603	338.776	127.788.580
Aumentos		18.041	679.677	7.197.570	13.762	17.499	69.000	7.995.549
Alienações				-5.149.717	-1.716			-5.151.433
Transferências e abates							-338.776	-338.776
Saldo final 31/12/2014	3.908.048	31.403.771	50.826.485	35.140.756	6.042.756	2.903.102	69.000	130.293.919
DEPRECIACÕES								
Saldo final 31/12/2013		28.411.749	47.639.795	23.921.827	5.922.284	2.791.637		108.687.292
Aumentos		414.406	745.097	4.447.321	52.286	30.943		5.690.053
Alienações				-3.580.214	-1.716			-3.581.930
Transferências e abates								
Saldo final 31/12/2014		28.826.155	48.384.892	24.788.935	5.972.853	2.822.580		110.795.415
Valor líquido	3.908.048	2.577.616	2.441.593	10.351.821	69.903	80.522	69.000	19.498.505

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 1.303.335 Euros.

Os aumentos registados no período em Edifícios e Equipamento Básico e Ferramentas devem-se essencialmente aos investimentos efetuados na Fábrica de Ovar para a produção do modelo Land Cruiser Série 70, LC70, para o mercado de África do Sul.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014 os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como se segue:

MÁQUINAS INDUSTRIAIS	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
2015	17.023.229	4.547.283	12.475.946
2014	7.315.355	1.751.599	5.563.727

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pela Toyota Caetano que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os ganhos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” e ascenderam a 3.275.409 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (3.443.276 Euros em 31 de dezembro de 2014).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

2015	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
ATIVO BRUTO			
Saldo final 31/12/2014	9.850.956	32.071.453	41.922.409
Aumentos		2.045.360	2.045.360
Alienações	-68.273	-290.724	-358.997
Transferências e abates		-1.819.706	-1.819.706
Saldo final 31/12/2015	9.782.683	32.006.383	41.789.066
DEPRECIÇÕES			
Saldo final 31/12/2014		26.771.822	26.771.822
Aumentos		462.530	462.530
Alienações		-29.072	-29.072
Transferências e abates		-1.000.839	-1.000.839
Saldo final 31/12/2015		26.204.441	26.204.441
Valor líquido	9.782.683	5.801.942	15.584.625

2014	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
ATIVO BRUTO			
Saldo final 31/12/2013	9.850.956	31.062.501	40.913.457
Aumentos		670.177	670.177
Alienações			
Transferências e abates		338.776	338.776
Saldo final 31/12/2014	9.850.956	32.071.453	41.922.409
DEPRECIAÇÕES			
Saldo final 31/12/2013		26.325.574	26.325.574
Aumentos		446.248	446.248
Alienações			
Transferências e abates			
Saldo final 31/12/2014		26.771.822	26.771.822
Valor líquido	9.850.956	5.299.631	15.150.587

Os movimentos ocorridos no período devem-se essencialmente à aquisição da parte de construção do Pavilhão B localizado nas instalações Fabris de Gaia e ao efeito do sinistro do edifício localizado no Pólo Industrial do Carregado, ocorrido em 3 de março de 2015. Também durante o período, ocorreu a alienação do edifício industrial localizado em Pedroso, Vila Nova de Gaia, com artigo matricial U-12942.

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 4.525.822 Euros.

Adicionalmente, de acordo com avaliações e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 61,9 milhões de Euros. As avaliações externas realizadas em fins de 2012, 2014 e 2015, a alguns imóveis, não identificaram qualquer nova situação de imparidade.

Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pela Empresa para os demais imóveis, à inexistência generalizada de grandes obras em 2015, à inexistência de sinistros relevantes em 2015 exceto no caso do imóvel do Carregado e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção das Administrações de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2015, exceto no caso do imóvel do Carregado, acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2012 e 2013.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 pode ser detalhado como se segue:

IMÓVEL	LOCALIZAÇÃO	TIPO DE AVALIAÇÃO	DEZ-15		DEZ-14	
			VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO
Instalações Fabris	V.N. Gaia	Interna	3.454.289	11.448.000	1.626.278	9.048.000
Instalações Fabris	V.N. Gaia	Interna	273.052	788.000	614.811	802.000
Instalações Fabris	Carregado	Interna	5.135.484	21.518.000	6.002.898	23.828.000
Armazém industrial	V.N. Gaia	Interna	1.044.637	6.003.000	1.146.993	6.003.000
Instalações Comerciais	Lisboa	Interna	1.199.980	1.247.000	1.229.368	1.247.000
Terreno	Leiria	Interna	355.125	797.000	355.125	797.000
Instalações Comerciais	Cascais	Interna	125.331	834.000	133.676	834.000
	Cascais	Interna	277.980	950.000	291.367	950.000
	Prior Velho	Externa	2.943.103	15.550.000	2.943.103	14.655.000
	Loures	Interna	201.122	849.000	205.172	849.000
	Vila Franca Xira	Interna	458.457	1.648.000	480.536	1.648.000
	Benavente	Interna	116.065	302.000	121.262	302.000
			15.584.625	61.934.000	15.150.590	60.963.000

O justo valor das avaliações das propriedades de investimento que é objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes (Método de mercado, Método do custo, Método do rendimento e Método do uso).

7. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito à Atividade BT (empilhadores) resultante da aquisição da filial Movicargo, cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado, sendo efetuados testes de imparidade com uma periodicidade anual.

Para efeitos de desenvolvimento do teste de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis da empresa e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. e taxas de desconto que refletem os riscos inerentes ao negócio.

Em 31 de dezembro de 2015 o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, resumem-se no seguinte quadro:

DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	
Goodwill	611.997
Período Utilizado	Projeções de <i>cash flows</i> para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) ⁽¹⁾	0%
Taxa de desconto utilizada ⁽²⁾	9,22%

¹ Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no *business plan*

² Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2015, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo o *goodwill* (612 milhares de Euros), não excede o seu valor recuperável (18 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável, não irá originar perdas de imparidade.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações, foram os seguintes:

2015	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO"	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
ATIVO BRUTO			
Saldo final 31/12/2014	0	991.705	991.705
Aumentos	1.394.907	18.567	1.413.474
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2015	1.394.907	1.010.272	2.405.179
DEPRECIACIONES			
Saldo final 31/12/2014	0	991.705	991.705
Aumentos	464.969	6.189	471.158
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2015	464.969	997.894	1.462.863
Valor líquido	929.938	12.378	942.316

2015	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO"	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
ATIVO BRUTO			
Saldo final 31/12/2013	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações		-417	-417
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2014	0	991.705	991.705
DEPRECIACIONES			
Saldo final 31/12/2013	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações		-417	-417
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2014	0	991.705	991.705
Valor líquido	0	0	0

Os aumentos registados no período devem-se a despesas com o desenvolvimento tecnológico associado à produção na fábrica de Ovar do novo modelo Land Cruiser Série 70, (LC70), para exportação.

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015 e a 31 de dezembro de 2014, as participações financeiras são como se segue:

	MOVICARGO	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO	MEP AJUSTAMENTOS	TOTAL
31 dezembro 2013	408.453	16.978.418	4.654.269	19.998.902	501.369	42.541.411
Aquisições						0
Ganhos / Perdas		1.209	-52.039	314.153		263.323
Outros Movimentos no Capital						0
Alienações/Liquidações	-400.590					-400.590
Outros (Margens Passivo)					-1.400.000	-1.400.000
Outros	-7.863				-110.739	-118.602
Dividendos Recebidos						0
31 dezembro 2014	0	16.979.627	4.602.231	20.313.055	-1.009.370	40.885.543
Aquisições						0
Ganhos / Perdas		45.942	124.139	142.442		315.522
Outros Movimentos no Capital		-460.136		-495.188	-24.285	-979.610
Alienações/Liquidações						0
Outros (Perdas Atuariais)		-648.200		-751.800	1.116.350	-283.650
Outros					-18.273	-18.273
Dividendos Recebidos						0
31 dezembro 2015	0	15.917.233	4.726.371	19.208.508	64.422	39.916.533

Os ganhos e perdas atribuíveis às empresas subsidiárias evidenciados na Demonstração de Resultados (1.142.682 Euros) incluem:

- Resultados apropriados da empresas subsidiárias	312.522
- Variação de margem intra-grupo (Nota 16)	848.432
- Outros	18.272

Apresenta-se em seguida, a evolução de percentagens de participação em empresas do grupo:

	CAETANO AUTO		CAETANO AUTO CV		SALTANO	
	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Capital Próprio	34.378.472	36.673.060	5.817.785	5.664.980	19.212.351	20.317.120
Resultado Líquido	99.226	2.612	152.805	-64.056	142.470	314.216
% Direta	46,30%	46,30%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%
% Indireta	98,40%	98,40%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%

Resumem-se em seguida as posições financeiras e resultados das operações das subsidiárias em 31/12/2014 e 31/12/2015:

31/12/2015	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO
ATIVO			
Corrente	47.146.673	6.142.745	2.054.105
Não Corrente	50.210.634	1.493.829	20.739.683
PASSIVO			
Corrente	56.929.407	1.818.789	3.581.438
Não Corrente	6.049.428		
Capital Próprio	34.378.472	5.817.785	19.212.351
Rendimentos	197.262.523	9.023.052	145.307
Gastos	-197.163.298	-8.870.247	-2.836
Resultado Líquido	99.226	152.805	142.470
31/12/2014	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	SALTANO
ATIVO			
Corrente	52.811.859	4.993.138	2.057.887
Não Corrente	52.337.702	1.505.496	21.842.211
PASSIVO			
Corrente	63.631.669	833.654	3.583.249
Não Corrente	4.844.831		
Capital Próprio	36.673.060	5.664.980	20.317.120
Rendimentos	173.728.943	7.965.446	357.577
Gastos	-173.726.332	-8.029.502	-43.361
Resultado Líquido	2.612	-64.056	314.216

10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

RUBRICAS	2015	2014
ATIVOS NÃO CORRENTES		
Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas	59.504	59.504
ATIVOS CORRENTES		
Suprimentos concedidos a Saltano, S.G.P.S., S.A. (Nota 14)	3.432.799	3.432.799

A rubrica Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas deve-se a pequenos investimentos da Caetano Components transferidos aquando da dissolução da referida Empresa.

Ambos os ativos financeiros mencionados encontram-se mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Refira-se, no entanto, que relativamente aos investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto, Saltano e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

O detalhe dos montantes e natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados no período findo em 31 de dezembro de 2015, pode ser resumido como se segue:

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	IMPOSTO DIFERIDO ATIVO	IMPOSTO DIFERIDO PASSIVO	REFLETIDO EM RESULTADOS	REFLETIDO EM CAPITAL PRÓPRIO
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais	1.062.592		84.929	
40% das amortizações resultantes das reavaliações legais efetuadas		(48.576)	(3.572)	
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações		(165.772)	(24.428)	
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº 7 Lei 30/G 2000			(5.136)	
Reserva Cativa		(88.374)		
Valorização de instrumentos derivados	21.270		12.427	
Prejuízos Fiscais RETGS	502.621		706.201	
Subsídio ao Investimento		(26.387)		1.711
Total	1.586.483	(329.109)	770.419	1.711

A linha de prejuízos fiscais de RETGS no valor de 502.621 Euros resulta dos prejuízos fiscais reconhecidos/utilizados pelas empresas pertencentes ao regime.

Refira-se que os resultados futuros orçados pelas empresas que compõem o perímetro fiscal evidenciam total capacidade de recuperação do montante de ativo por imposto diferido relevado em Balanço.

Adicionalmente, a rubrica da demonstração dos resultados "Impostos sobre o rendimento" foi determinada como se segue:

Imposto sobre o rendimento do período findo em 31 de dezembro de 2015	597.057
Impostos diferidos líquidos do período	770.419
	1.367.476

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos", em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, é como se segue:

RUBRICAS	2015	2014
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas 2013 (RETGS)	614.257	609.384
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas 2014 (RETGS)	337.077	
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (imposto estimado)	-597.057	-359.391
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (retenções na fonte suportadas, Pagamento especial por conta e pagamento por conta)	697.478	793.433
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (RETGS)	-79.861	-113.985
Total Ativo	971.895	929.440
Imposto s/ Veículos	1.590.785	2.209.294
Direitos Aduaneiros	272.437	71.802

Imposto Sobre o Valor Acrescentado	5.769.793	6.840.673
Outras Contribuições e Impostos	617.359	586.288
Total Passivo	8.250.374	9.708.056

A variação do saldo de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (RETGS) com cada uma das subsidiárias decompõe-se da seguinte forma:

Saltano	-596
Caetano Renting	-48.519
Caetano Auto	128.976
	79.861

A rubrica do passivo “Estado e outros entes públicos”, em 31 de dezembro de 2015, não inclui dívidas em situação de mora.

A reconciliação do encargo de imposto efetivo com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, pode ser analisada como se segue:

	DEZ/15	DEZ/14
Resultado Antes de Imposto	7.842.351	4.451.905
Variações Patrimoniais - Regime Transitório		24.314
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial (art.º18, nº18)	-1.142.682	-755.212
Reversão de perdas por imparidades tributadas	-383.915	-257.795
Mais valias contabilísticas	-3.845.010	-1.276.446
Diferença negativa entre mais valias e menos valias		-729.411
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49)	-55.231	
Benefícios Fiscais	-34.576	-110.536
Rendimentos não sujeitos a imposto	-5.461.413	-3.129.399
Depreciações e amortizações (art.º 34, nº1), perdas por imparidades de ativos depreciáveis ou amortizáveis (art.º 35, nº4) e desvalorizações excecionais (art.º 38) não aceites como gastos	113.009	144.052
50% Mais valias fiscais	1.922.505	529.025
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49)		30.240
Outros	387.633	59.538
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	2.423.147	762.856
Lucro tributável	4.804.085	2.109.675
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal 21%	1.008.858	485.225
Derrama Municipal 1,5 %	72.061	31.645
Derrama Estadual	99.123	18.290
Encargo Imposto teórico	1.180.042	535.161
Imposto diferido do exercício	64.219	-869
Tributação Autónoma	123.216	163.888
Encargo de Imposto Efetivo	1.367.476	698.180

O valor de Imposto estimado referido no detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” é como se segue:

Coleta (70% matéria coletável *21%)	302.657
Derrama Municipal 1,5 %	72.061
Derrama Estadual	99.123
Tributação Autónoma	123.216
	597.057

O valor do imposto calculado acima no montante de 1.008.858 Euros, regularizou o Imposto diferido ativo por prejuízos fiscais registado em períodos anteriores, no montante de 706.201 Euros.

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Mercadorias	45.952.257	38.034.011
Matérias-primas, subsidiária e de consumo	10.080.953	3.938.945
Produtos Acabados e Intermédios	1.613.906	5.503.201
Produtos e trabalhos em curso	1.070.695	985.953
Perdas por imparidade - Mercadorias (Nota 19)	0	-377.462
	58.717.810	48.084.649

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período findo a 31 de dezembro de 2015 é como se segue:

RUBRICAS	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências iniciais	38.034.011	3.938.945	41.972.957
Compras	189.815.042	36.959.044	226.774.086
Existências finais	45.952.257	10.080.953	56.033.209
	181.896.797	30.817.037	212.713.834

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período findo a 31 de dezembro de 2015 é como se segue:

RUBRICAS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	TOTAL
Existências iniciais	1.613.906	1.070.695	2.684.601
Existências finais	5.503.201	985.953	6.489.154
	-3.889.294	84.741	-3.804.553

13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

RUBRICAS	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Ativo Corrente		
Clientes		
Conta Corrente	86.862.871	86.518.477
Cobrança Duvidosa	5.940.234	5.940.234
Perdas em Imparidade Acumuladas (Nota 19)	5.767.873	5.932.696
	87.035.232	86.526.015

14. EMPRESAS DO GRUPO TOYOTA CAETANO PORTUGAL

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal, que em 31 de dezembro de 2015 e 2014 se encontram refletidas nas rubricas do balanço "Clientes", "Fornecedores", "Acionistas", e "Outros Ativos Financeiros" podem ser resumidos como se segue:

	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Contas a Receber	49.477.654	52.739.811
Contas a Pagar	-857.707	-690.805

ACIONISTAS

Empresas do Grupo inseridas no "RETGS" (Nota11)		
Saltano, S.G.P.S., S.A.	147.394	147.990
Caetano Renting, S.A.	-538.122	-489.603
Caetano Auto, S.A.	1.195.369	1.027.142
	804.641	685.529

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS (NOTA 10)

Suprimentos Concedidos		
Saltano, S.G.P.S., S.A.	3.432.799	3.432.799

CLIENTES E FORNECEDORES (NOTAS 13 E 22)

Apresenta-se em seguida o quadro-resumo de saldos e fluxos (contas de Clientes e Fornecedores) com empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

2015	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	OUTROS	RENDIMENTOS
CAETANO AUTO CV, S.A.	503.406	200	4.879.290				200		81.672
CAETANO RENTING, S.A.	7.989.083	77.874	9.599.154	7.445.972	-36.585		69.007	197.400	519.898
CAETANO AUTO, S.A.	40.985.166	779.632	125.612.573	409.912	-831.890		7.269.721	9.898.988	2.052.240
Total	49.477.654	857.707	140.091.017	7.855.884	-868.476		7.338.927	10.096.388	2.653.809

2014	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	OUTROS	RENDIMENTOS
CAETANO AUTO CV, S.A.	46.727		4.418.290				786		1.563
CAETANO RENTING, S.A.	6.234.771	78	9.155.979	8.365.070			69.007	94.633	300.414
CAETANO AUTO, S.A.	46.458.313	690.727	113.571.668	474.719	-1.144.087		5.279.656	7.737.070	1.276.948
Total	52.739.811	690.805	127.145.937	8.839.789	-1.144.087		5.349.448	7.831.704	1.578.925

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

O detalhe da rubrica de Outras Contas a Pagar e a Receber é o seguinte:

OUTRAS CONTAS A PAGAR	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Juros a liquidar	92.530	248.128
Campanhas de promoção de vendas	2.072.912	2.327.476
Encargos com férias e subsídios de férias	1.960.865	1.825.889
Especialização de Gastos afetos a viaturas vendidas	949.923	1.788.944
Outros fornecimentos externos	154.746	459.226
Garantias	66.336	72.911
Imposto s/ Veículos de viaturas	526.486	481.714
Pessoal	262.939	263.375
Publicidade	143.873	18.529
Royalties	108.164	115.434
Seguros	262.294	271.396
Total	6.601.069	7.873.022

OUTRAS CONTAS A RECEBER - ATIVO CORRENTE	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Recuperação de campanhas de promoção de vendas		978.000
Recuperação encargos logística	335.530	48.249
Aluguer Equipamentos	4.241	10.427
Outros contas a receber	47.385	260.123
Total	387.157	1.296.800

16. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe destas rubricas era como se segue:

GASTOS A RECONHECER	2015	2014
Seguros	91.734	76.683
Juros de Papel Comercial	50.144	10.923
Outros Gastos a Reconhecer	423.810	97.128
Total	565.688	184.734

RENDIMENTOS A RECONHECER	2015	2014
Juros debitados a clientes	6.457	6.994
Recuperação sinalética	539.568	641.414
Diferimento margem intra-grupo	1.432.744	2.281.176
Contratos de Manutenção de Viaturas	3.692.098	2.617.692
Outros Rendimentos a Reconhecer	176.982	431.012
Total	5.847.849	5.978.288

A rubrica de Outros Rendimentos a Reconhecer refere-se essencialmente a recebimentos antecipados, rendas de máquinas de aluguer.

A rubrica de Contratos de Manutenção de Viaturas refere-se a Plano de Manutenção Programada adquiridos pelos Clientes aquando da compra de viaturas por um prazo máximo de 5 anos ou de Kms, que iniciou no final de 2012.

17. CAPITAL PRÓPRIO

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S.), S.A	60,82%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

De referir que a empresa-mãe Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A. se encontra sediada na Avenida Vasco da Gama, n.º 1410, Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia.

DIVIDENDOS

Durante 2015 foram distribuídos dividendos no valor total de 4.550.000 Euros (2.800.000 Euros a título de aplicação de resultado de 2014 e 1.750.000 Euros na sequência de nova deliberação de Assembleia Geral).

O Conselho de Administração vai apresentar uma proposta no sentido de serem pagos dividendos no montante de 5.250.000 Euros. Esta proposta deve ser aprovada em Assembleia Geral.

RESERVA LEGAL

A Reserva Legal já se encontra totalmente constituída nos termos da legislação comercial em vigor (20% do capital social), pelo que já não é necessário que num mínimo de 5% dos Resultados Líquidos anuais seja destinado à sua dotação. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

OUTRAS RESERVAS

Correspondem a Reservas Livres criadas pela empresa (68.539.522 Euros) acrescidas de uma Reserva Cativa referente a Prémio FEDER líquido de efeito fiscal (288.688 Euros).

EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação forem alienados.

AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS

Ajustamentos resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Inclui os Subsídios ao Investimento reconhecidos conforme exigido pela NCRF 22 (Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo).

Os montantes distribuíveis em Capital Próprio, excluindo Resultado Líquido do Período apresentam um total de 68.539.522 Euros na rubrica Reservas Livres.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 2015

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de Euros 6.474.875,07 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

- a) Para a conta de reservas não distribuídas por lucros em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial.
Eur 1.142.681,70
- b) Para dividendos a atribuir ao capital, 0,15 Eur por ação, o que atento o seu número 35.000.000 de ações, perfaz
Eur 5.250.000,00
- c) O remanescente para a conta de Resultados Transitados
Eur 82.193,37

18. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

O detalhe do registo contabilístico dos subsídios e apoios do Governo recebidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é como se segue (Nota 3 g):

PROGRAMA	SUBSÍDIOS RECEBIDOS EM PERÍODOS ANTERIORES	SUBSÍDIO RECEBIDO NO PERÍODO	RECONHECIDO NO PERÍODO	DIFERIDO PARA PERÍODOS FUTUROS
POE1.2 – SIME A candidatura 00/07099	124.883		8.147	116.735
FEDER	392.773			392.773
Sub-total Incentivo ao investimento	517.656		8.147	509.508
Programa Formação de Aprendizagem e Ativos		2.349.144	2.349.144	
Sub-total Incentivo à exploração		2.349.144	2.349.144	

19. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de Imparidades e Provisões:

RUBRICAS 31/DEZ/2015	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDOS FINAIS
Imparidade Clientes	5.932.696	16.190	-170.161	-10.852	5.767.873
Imparidade Inventários	377.462			-377.462	0
	6.310.157	16.190	-170.161	-388.314	5.767.872

RUBRICAS 31/DEZ/2014	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDOS FINAIS
Imparidade Clientes	6.273.895	215.887	-532.096	-24.990	5.932.696
Imparidade Inventários	377.462				377.461
	6.651.357	215.887	-532.096	-24.990	6.310.157

Os reforços e reversões de ajustamentos evidenciados em 2015 e 2014 no quadro supra, resultam de avaliação interna efetuada à quantia recuperável de contas a receber e de inventários.

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E GASTOS SUPORTADOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe do financiamento obtido era como se segue:

	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Financiamento c/Corrente Caucionada	10.000.000	10.000.000
Papel Comercial	21.700.000	13.400.000
Financiamento Bancário	1.842.105	1.842.105
Loações Financeiras	2.908.367	1.201.833
Outros Financiamentos Obtidos		272.678
Passivo Corrente	36.450.473	26.716.616
Financiamento Bancário	13.210.527	15.052.632
Loações Financeiras	10.918.440	5.060.856
Passivo Não Corrente	24.128.967	20.113.488

Os financiamentos obtidos encontram-se mensurados pelo custo amortizado, sendo que a taxa efetiva implícita nos referidos financiamentos coincide com a respetiva taxa nominal.

Os juros respeitantes aos Programas de Papel Comercial e Financiamentos Bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, sendo acrescidos de um "spread" que varia entre 165 e 375 pontos percentuais.

A linha de Outros Financiamentos Obtidos é constituída por um montante relativo a um subsídio reembolsável ao investimento recebido em 2009 cuja ultima amortização ocorreu em janeiro de 2015.

Apresenta-se em seguida detalhe da maturidade dos financiamentos em aberto a 31 de dezembro de 2015:

	2016	2017	2018	2019	>2020	TOTAL
Financiamento Bancário c/ Corrente Caucionada	10.000.000					10.000.000
Papel Comercial	21.700.000					21.700.000
Financiamento Bancário	1.842.105	6.210.526	7.000.000			15.052.632
Loações Financeiras	2.908.367	2.949.873	2.870.666	3.036.822	2.061.080	13.826.808
	36.450.473	9.160.400	9.870.666	3.036.822	2.061.080	60.579.440

O detalhe dos gastos suportados com os financiamentos obtidos a 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como se segue (Nota 32):

	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Papel Comercial	292.248	136.706
Financiamentos Bancários correntes	174.216	266.930
Financiamentos Bancários não corrente	575.245	454.343
Loações Financeiras	537.775	218.932
Instrumentos Financeiros Derivados	84.897	58.307
Outros	11.843	22.459
Passivo Corrente	1.676.225	1.157.678

O detalhe das condições contratualizadas no âmbito dos instrumentos financeiros supra enunciados encontra-se enunciado na Nota 23.

Detalhamos, em seguida, o valor em aberto em balanço relativo a financiamentos obtidos para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis:

- Financiamento Bancário: 6.052.632.

21. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas de

contratos de locação financeira de equipamento de transporte de movimentação de carga no montante de 6.262.689 Euros, as quais se encontram incluídas na rubrica “Financiamentos Obtidos” (Nota 20).

Apresenta-se em seguida o plano de pagamentos dos contratos de locação financeira em aberto a 31 de dezembro de 2015:

CONTRATO	BEM LOCADO	CURTO PRAZO	2017	2018	MÉDIO/LONGO PRAZO		
					2019 E SEGUINTE	TOTAL NÃO CORRENTE	TOTAL
Diversos	Equipamento Industrial						
	Capital	2.908.367	2.949.873	2.870.666	5.097.901	10.918.441	13.826.808
	Juros	601.882	455.617	309.055	214.480	979.152	1.581.034

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos ativos locados.

22. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

23. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Toyota Caetano Portugal existentes em 31 de dezembro de 2015 respeitam a:

SWAP TAXA DE JURO

Trata-se de um instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro associado a um contrato de mútuo (*cash flow hedge*), que contribui para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designado para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor do referido instrumento financeiro derivado em 31 de dezembro de 2015 era negativo em 94.532 Euros (em 31 de dezembro de 2014 era negativo em 149.762 Euros) e compreende à data de 31 de dezembro de 2015 uma exposição de 6.052.632 Euros desde 22 de dezembro de 2015 pelo prazo remanescente de 1 ano e 3 meses.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 31 de dezembro de 2015 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração *cash flows* futuros e risco estimados.

É intenção da Toyota Caetano Portugal deter este instrumento até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelo referido instrumento.

24. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Por Fianças Prestadas	1.500.000	2.500.000
A.T.A.	4.000.000	4.000.000
Outras Garantias Financeiras	994.671	996.396
Total	6.494.671	7.496.396

O montante apresentado relativo A.T.A. refere-se a caução prestada à Autoridade Tributária e Aduaneira - Direção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de inventários alvo de importação.

Na sequência de financiamentos contratados no valor de 11,1 milhões de Euros a Toyota Caetano concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contratação dos referidos financiamentos, em cerca de 25,1 milhões de Euros.

25. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

FUNDO DE PENSÕES

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades ("Associados") por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 dezembro de 2013.

Este Fundo de Pensões constituído previa, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006, foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP - Instituto de Seguros de Portugal as necessárias de marches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de "benefício definido" a um plano de "contribuição definida", entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito, foi enviado em 18 de dezembro 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os atuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os atuais trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi por esta Empresa rececionada uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros

de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou, na referida aprovação, que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008, tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 0%, 0% e 2,3%, respetivamente.

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2015 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 1 janeiro 2015	20.218.005
Custo dos serviços correntes	44.694
Custo dos juros	732.402
(Ganhos) e perdas atuariais	616.619
Pagamentos de Pensões	[1.484.800]
Responsabilidades em 31 dezembro 2015	20.126.920

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos acima referidos, durante o exercício de 2015, foi como se segue:

RUBRICAS	PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDO	TOTAL
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2014	16.986.766	3.937.544	20.924.308
Contribuições	399.100	396.944	796.044
Retorno real dos ativos do plano	618.464	157.645	776.109
Pagamentos de Pensões	-1.484.800	31.854	-1.516.654
Utilização de conta Reserva			
Transferências entre Associados	73.636	-22.243	51.393
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2015	16.593.166	4.438.034	21.031.200

definido, foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2015
Ações	9,0%	1.493.385
Obrigações	39,8%	6.604.080
Imobiliário	37,4%	6.205.844
Liquidez	10,7%	1.775.469
Outros Ativos	3,1%	514.388
Total	100%	16.593.166

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afecto pode ser resumido como se segue:

	2015	2014
Valor da responsabilidade	20.126.920	20.218.005
Valor do fundo	16.593.166	16.986.766

A responsabilidade líquida da Toyota Caetano acima evidenciada encontra-se acautelada através da provisão em cerca de 3,5 milhões de Euros (3,2 milhões de Euros em 31 dezembro de 2014), refletida em Balanço na rubrica Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego.

26. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos durante o exercício de 2015 e 2014 foi como se segue:

	2015	2014	VAR (%)	2015	2014	VAR (%)	2015	2014	VAR (%)
	MERCADO INTERNO			MERCADO EXTERNO			TOTAL		
Viaturas Ligeiras	169.620.505	155.221.023	9%	29.306.075	13.983.740	110%	198.926.580	169.204.763	18%
Veículos Pesados				243.519	415.390	-41%	243.519	415.390	-41%
Máquinas Industriais	17.057.891	11.000.369	55%	66.436	100.940	-34%	17.124.327	11.101.309	54%
Peças e Acessórios	36.128.615	33.093.150	9%	524.409	580.029	-10%	36.653.024	33.673.179	9%
Outros	3.852.059	3.583.725	7%	8.623	11.432	-25%	3.860.682	3.595.157	7%
	226.659.070	202.898.267	12%	30.149.061	15.091.531	100%	256.808.132	217.989.797	18%

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014, o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

31/DEZ/2015	NACIONAL				EXTERNO				TOTAL
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS		EQUIPAMENTO INDUSTRIAL		VEÍCULOS AUTOMÓVEIS		EQUIPAMENTO INDUSTRIAL		
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇO OFICIAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇO OFICIAL	
RÉDITOS									
Vendas e Serviços Prest.	13.152.446	194.339.004	17.036.151	2.052.875	25.231.427	4.899.430	88.176	8.623	256.808.132
Prov. Suplem. Alug. Máq.				11.371.255					21.740
RESULTADOS									
Resultados op. s/efeito MEP	-2.658.678	7.906.319	846.898	1.658.136	-783.698	353.001	19.624	6.665	8.592.443
Encargos de fin. líq.	37.312	1.763.447	12.842	5.997	28.013	12.790	325	16	1.892.773
Resultados em associadas									1.142.681
Resultados líquidos	-2.695.990	5.319.915	722.318	1.430.802	-811.711	294.634	16.714	5.758	6.474.875
OUTRAS INFORMAÇÕES									
Ativos	41.180.066	166.310.423	11.494.005	2.422.197					246.624.989
Passivos	9.609.144	87.981.554	1.311.987	320.755					117.330.816
Investimentos Fin. (1)									39.916.532
Dispendios de cap. fixo (2)	5.225.897	1.867.815	24.541	42.730					16.958.120
Depreciações (3)	1.352.891	2.001.875	55.401	41.403					7.579.064
31/DEZ/2014									
	NACIONAL				EXTERNO				TOTAL
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS		EQUIPAMENTO INDUSTRIAL		VEÍCULOS AUTOMÓVEIS		EQUIPAMENTO INDUSTRIAL		
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇO OFICIAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇO OFICIAL	
RÉDITOS									
Vendas e Serviços Prest.	13.364.282	176.375.155	11.146.958	2.024.771	10.850.627	4.128.531	88.040	11.432	217.989.797
Prov. Suplem. Alug. Máq.				9.904.240					12.900
RESULTADOS									
Resultados op. s/efeito MEP	-1.304.760	3.431.116	306.608	1.278.832	-1.014.367	260.370	910	8.824	4.979.866
Encargos de fin. líq.	-319	459.828	-2.139	421	117	4.250	376	-5	1.283.173
Resultados em associadas	6.834	848.720				-51.646			755.212
Resultados líquidos	-1.297.607	3.475.157	272.914	1.130.037	-1.014.484	174.749	472	7.805	3.753.725
OUTRAS INFORMAÇÕES									
Ativos	43.381.979	152.142.838	14.825.945	2.196.886					229.640.527
Passivos	7.844.907	79.488.438	4.412.767	655.157					100.742.683
Investimentos Fin. (1)									
Dispendios de cap. fixo (2)	1.585.813	1.602.704	83.080	59.881					7.096.222
Depreciações (3)	1.371.297	1.385.902	71.841	51.781					6.136.301

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Subcontratos	25.068	24.935
Trabalhos Especializados	2.973.510	2.696.568
Publicidade e Propaganda	14.404.005	12.991.969
Vigilância e Segurança	288.198	303.108
Honorários	673.667	678.163
Comissões	132.522	172.444
Conservação e Reparação	736.072	677.958
Outros	2.819.726	2.437.656
Serviços Especializados	22.027.699	19.957.865
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	105.943	64.185
Livros e Documentação Técnica	230.249	217.526
Material de Escritório	228.188	183.111
Artigos para Oferta	18.024	22.758
Outros	10.698.067	7.609.807
Materiais	11.280.471	8.097.387
Eletricidade	462.902	409.973
Combustíveis	450.487	469.759
Água	56.312	61.540
Energia e Fluidos	969.701	941.272
Deslocações e Estadas	1.110.748	1.010.756
Transporte de Pessoal	99.547	91.436
Transporte de Mercadorias	965.827	743.718
Deslocações, Estadas e Transportes	2.176.122	1.845.910
Rendas e Alugueres	347.489	392.304
Comunicação	350.771	437.769
Seguros	762.487	689.618
Royalties	339.332	299.027
Contencioso e Notariado	10.293	10.779
Limpeza, Higiene e Conforto	388.501	294.252
Serviços Diretos	2.198.873	2.123.748
Total Fornecimentos e Serviços Externos	38.677.933	32.991.116

29. GASTOS COM O PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Remunerações Órgãos Sociais	358.512	358.416
Remunerações ao Pessoal	9.084.354	9.562.102
Benefícios Pós-Emprego	628.053	235.542
Indemnizações	117.941	51.159
Encargos sobre Remunerações	2.963.085	2.315.672
Seguros Acidentes de Trabalho	191.326	218.109
Gastos de Ação Social	1.221.283	1.063.747
Outros Gastos com o Pessoal	959.487	717.927
Total Gastos com o Pessoal	15.524.042	14.522.674

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número médio de pessoal foi o seguinte:

RUBRICA	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Empregados	363	379
Pessoal afeto à Produção	152	123
	516	502

30. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações fixas dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Conselho de Administração	347.183	347.183
Conselho Fiscal	8.400	8.450

31. OUTROS GASTOS E RENDIMENTOS OPERACIONAIS

As rubricas Outros Gastos e Rendimentos Operacionais da Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 detalham-se da seguinte forma:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Impostos	617.636	684.595
Descontos de Pronto-Pagamento Concedidos	7.271	10.501
Dividas Incobráveis	895	371.000
Perdas em Inventários	52.604	77.904
Perdas em Investimentos não Financeiros	941.161	14.858
Outros Gastos e Perdas	8.137.580	7.629.870
	9.757.147	8.788.728

A rubrica de Perdas em Investimentos não Financeiros inclui para além das perdas na alienação de ativos fixos tangíveis as perdas resultantes do incêndio que deflagrou no início do ano nas Instalações fabris do Carregado no valor de 903.826 Euros.

A rubrica de Outros Gastos e Perdas inclui gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidos aos concessionários.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Rendimentos Suplementares	32.082.889	26.822.185
Descontos de Pronto-Pagamento Obtidos	7.753	32.182
Recuperação de Dividas Incobráveis	79	3.154
Ganhos em Inventários	63.263	137.575
Ganhos em Investimentos não Financeiros	4.832.146	1.329.357
Outros Rendimentos e Ganhos	78.257	76.494
	37.064.386	28.400.946

Os rendimentos suplementares referem-se a rendas de aluguer de equipamento e edifícios, serviços prestados (ex: Gráfica do Grupo) e recuperação de despesas diversas (ex: garantias), contratos de manutenção e serviços sociais.

Os ganhos em Investimentos não Financeiros incluem, para além das mais-valias de alienação de ativos fixos tangíveis, indemnizações recebidas por sinistros destacando-se a recebida na sequência do incêndio que deflagrou no início do ano nas Instalações fabris do Carregado, no valor de 2.310.344 Euros.

32. RESULTADOS FINANCEIROS

JUROS E GASTOS SIMILARES	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Juros Suportados	1.676.225	1.157.678
Outras Gastos e Perdas Financeiros	419.277	483.517
	2.095.502	1.641.195

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Juros Obtidos	202.728	358.021

33. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

JUROS E GASTOS SIMILARES	31/DEZ/2015	31/DEZ/2014
Resultado		
Básico	6.474.875	3.753.725
Diluído	6.474.875	3.753.725
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,18	0,11

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

33. OUTRAS PARTES RELACIONADAS

O detalhe dos saldos e transações entre a Empresa e as entidades relacionadas para além das referidas na Nota 14, pode ser resumido como se segue:

EMPRESA RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	77								2.268
CAETANO BAMERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	375.096	7.798	3.307.051	2.012	-22.672		210.386	267.566	466.937
CAETANO ACTIVE (SUL), LDA	-599		397						444
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE) S.A.	34		177						767
CAETANO DRIVE SPORT URBAN (NORTE)S.A.	-920		4.553						5.347
CAETANO FORMULA (NORTE), S.A.	1.274		3.004						1.196
CAETANO MOTORS, S.A.	-325		3.592						58
CAETANO PARTS, LDA	1.639	532	2.066		-9.250		210		7.104
CAETANO POWER, S.A.	2.061		4.191						4.846
CAETANO RETAILSGPS, S.A.	21.253		-275						69.121
CAETANO STAR (SUL), S.A.	1.305		1.449						8.479
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, LDA	1.121		2.085						1.447
PLATINIUM V H - IMPORTAÇÃO AUTOMÓVEIS, S.A.	9.048							1.604	23.218
CAETANO UK LIMITED									300
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	7.412.082		54.406		2.001.951		143.588	1.500	3.443.218
CAETANO AERONAUTIC	238.028		62.662						233.382
CAETSU, S.A.		346.288	24.752	2.640			2.701.989	310	
CARPLUS-COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	1.048	555	1.075						5.990
CHOICE CAR-COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	461								2.494
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, S.A.	6.102	29.948	263.352	73.923			363.898	30.920	26.207
GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A.	102								102
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS), LDA	56.813								61.245
IBERICAR AUTO NIPON, S.A.	15.525			24.897					
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	164.163	98.637	172.928	33.667	608.664		162.805	1.864	74.129
MDS AUTO - MEDIAÇÃO SEGUROS, S.A.	1.119	3.772							2.519

EMPRESA RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	ARECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S.A.	185.226	294	2.083				239		58.754
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	122.326	582.969	156		75.978		2.346.537	7.050	300.653
LIDERA SOLUCIONES SL							15.141		
MOVICARGO	115.609	75.041		2.488.545	751		48.103	1.974.877	20.535
SEARAS MORENAS, LDA									17
CENTRAL SOLAR CASTANHOS	102								102
PV LOIRAL	102								102
GLOBALWATT S.G.P.S., S.A.									51
SALVADOR CAETANO AUTO ÁFRICA, S.G.P.S., S.A.	31								26
VAS AFRICA									563
DRIVE ANGOLA, S.A.	300								300
ROBERT HUDSON, LTD	34.857		33.302						6.492
SALVADOR CAETANO EQUIPAMENTOS, S.A.			238						6
CAETANO FÓRMULA EAST ÁFRICA, S.A.									177
CAETANO FÓRMULA WEST ÁFRICA, S.A.	55								2.255
CAETANO FÓRMULA MOÇAMBIQUE, S.A.	300								1.131
CAETANO EQUIPAMENTOS, S.A.									315
CAETANO MOVE ÁFRICA, S.A.									17
ATLÂNTICA	5.111								
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	534	135.073	425		1.271.076		88.676		4.427
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	1.036								
POAL	17.806								
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.		681							
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, S.A.		18.344			80.210		137.772	6.500	166
LUSO ASSISTÊNCIA									1.669
ISLAND RENT									2.103
CIBERGUIA	9.954								
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, LDA	315								769
TOYOTA MOTOR CORPORATION	88	5.826.371		36.096.544	1.364.157			192.979	1.033
TOYOTA MOTOR EUROPE	6.110.804	16.654.953	24.860.001	156.454.466				439.312	10.136.253

35. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

LIQUIDAÇÕES DE IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2011 a 2015 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para a empresa, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do Agente.

Em janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável à Toyota Caetano Portugal, tendo no entanto, o referido Agente apresentado recurso em setembro de 2011, aguardando-se nova decisão.

Durante o exercício de 2012 foram apresentadas alegações e contra-alegações de recurso para o supremo Tribunal de Justiça.

Em 2014, a empresa foi notificada do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça tendo a pagar uma indemnização por danos indiretos e não patrimoniais. A esta indemnização serão deduzidos os valores a receber e respetivos juros relativos a um processo instaurado pela empresa contra o agente.

É convicção da Administração de que não resultarão quais quer tipo de responsabilidades para a Empresa decorrentes do desfecho deste processo.

36. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

37. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

38. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2015 foi como se segue:

	31.12.2015
Honorários Totais referentes revisão legal de contas	29.500

39. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 1 de abril de 2016.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2015, e até à presente data, não se observaram quiasquer factos relevantes susceptíveis de serem mencionados,

O Contabilista Certificado

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Nobuaki Fujii

Matthew Peter Harrison

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04

CONTAS
CONSOLIDADAS



INDICADORES FINANCEIROS

	DEZ '15	DEZ '14	DEZ '13
VENDAS	319.307.542	271.639.918	222.923.191
<i>CASH-FLOW</i> BRUTO	20.569.096	16.286.390	13.004.089
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	2.105.152	1.343.024	1.743.901
GASTOS COM O PESSOAL	38.673.292	35.838.481	34.924.650
INVESTIMENTO LÍQUIDO	22.915.693	13.022.095	4.791.647
VOLUME DE EMPREGO	1.567	1.492	1.478
RESULTADO LÍQUIDO COM INT. MINORITÁRIOS	6.166.789	3.960.251	-2.416
RESULTADO LÍQUIDO SEM INT. MINORITÁRIOS	6.134.247	3.973.763	60.656
GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA	48,76%	52,01%	64,01%

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	NOTAS	31/DEZ/15	31/DEZ/14
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Goodwill	8	611.997	611.997
Ativos intangíveis	5	1.460.526	654.916
Ativos fixos tangíveis	6	83.589.227	74.805.462
Propriedades de investimento	7	16.665.199	17.345.321
Investimentos disponíveis para venda	9	3.463.450	3.119.634
Ativos por impostos diferidos	14	2.248.042	3.179.411
Clientes	11	46.553	108.556
Total ativo não corrente		108.084.994	99.825.297
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	10 e 24	82.163.203	69.990.056
Clientes	11 e 24	56.830.687	57.493.329
Outras dívidas de terceiros	12	3.146.581	4.417.305
Estado e outros entes públicos	21	1.254.043	997.206
Outros ativos correntes	13	3.074.581	3.215.482
Caixa e equivalentes a caixa	15	11.364.954	12.530.999
Total ativo corrente		157.834.049	148.644.377
Total do ativo		265.919.043	248.469.674
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	16	35.000.000	35.000.000
Reserva legal	16	7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação	16	6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão	16	(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor	9 e 16	382.767	38.951
Outras reservas	16	74.490.374	76.591.909
Resultado consolidado líquido do exercício		6.134.247	3.973.763
Total do capital próprio		128.006.237	127.603.472
Interesses não controlados	17	1.647.295	1.630.768
Total do capital próprio		129.653.532	129.234.240
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos Obtidos	18	27.011.863	23.137.232
Responsabilidades por pensões	23	5.700.000	5.000.000
Provisões	24	303.252	311.551
Passivos por impostos diferidos	14	1.723.613	1.798.006
Total de passivos não correntes		34.738.728	30.246.789
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos Obtidos	18	36.801.453	27.768.843
Fornecedores	19	36.237.691	31.579.655
Outras dívidas a terceiros	20	1.265.885	1.740.504
Estado e outros entes públicos	21	9.663.087	10.938.452
Outros passivos correntes	22	17.464.135	16.811.429
Instrumentos financeiros derivados	25	94.532	149.762
Total de passivos correntes		101.526.783	88.988.645
Total do passivo e capital próprio		265.919.043	248.469.674

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	31/DEZ/15	31/DEZ/14
Rendimentos operacionais:			
Vendas	29	299.879.607	252.557.779
Prestações de serviços	29	19.427.935	19.082.141
Outros rendimentos operacionais	32	46.228.677	35.569.623
Variação da produção	10	(3.825.916)	5.332.436
Total de rendimentos operacionais		361.710.303	312.541.979
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	10	(260.181.357)	(220.936.623)
Fornecimentos e serviços externos	30	(36.416.747)	(33.447.294)
Gastos com o pessoal	31	(38.673.292)	(35.838.481)
Amortizações e depreciações	5, 6 e 7	(13.662.625)	(12.094.953)
Provisões e perdas por imparidade	24	494.055	(1.124.266)
Outros gastos operacionais	32	(3.000.555)	(2.869.726)
Total de gastos operacionais		(351.440.521)	(306.311.343)
Resultados operacionais		10.269.782	6.230.636
Gastos e perdas financeiros	33	(2.193.639)	(1.527.526)
Rendimentos e ganhos financeiros	33	88.487	184.503
Resultados antes de impostos		8.164.630	4.887.613
Impostos sobre o rendimento	26	(1.997.841)	(927.362)
Resultado líquido consolidado do exercício		6.166.789	3.960.251
Resultado líquido consolidado das operações continuadas atribuível:			
ao Grupo		6.134.247	3.973.763
a interesses não controlados		32.542	(13.512)
		6.166.789	3.960.251
Resultado líquido consolidado atribuível:			
ao Grupo		6.134.247	3.973.763
a interesses não controlados		32.542	(13.512)
		6.166.789	3.960.251
Resultados por ação:			
de operações continuadas	27	0,175	0,114
de operações descontinuadas		-	-
Básico		0,175	0,114
de operações continuadas	27	0,175	0,114
de operações descontinuadas		-	-
Diluído		0,175	0,114

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	TOTAL DE RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	SUBTOTAL	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	260.693	80.429.549	92.689.091	60.656	127.749.747	1.646.250	129.395.997
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Aplicação do resultado consolidado de 2013	-	-	-	-	-	60.656	60.656	(60.656)	-	-	-
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	(221.742)	-	(221.742)	-	(221.742)	-	(221.742)
Perdas atuariais	-	-	-	-	-	(3.900.000)	(3.900.000)	-	(3.900.000)	-	(3.900.000)
	-	-	-	-	(221.742)	(3.839.344)	(4.061.086)	(60.656)	(4.121.742)	-	(4.121.742)
Resultado Líquido Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	3.973.763	3.973.763	(13.512)	3.960.251
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	(221.742)	(3.900.000)	(4.121.742)	3.973.763	(147.979)	(13.512)	(161.491)
Operações com detentores de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição a Interesses não controlados	-	-	-	-	-	1.704	1.704	-	1.704	(1.970)	(266)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	38.951	76.591.909	88.629.709	3.973.763	127.603.472	1.630.768	129.234.240
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	38.951	76.591.909	88.629.709	3.973.763	127.603.472	1.630.768	129.234.240
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Aplicação do resultado consolidado de 2014	-	-	-	-	-	3.973.763	3.973.763	(3.973.763)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	(982.798)	(982.798)	-	(982.798)	-	(982.798)
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	343.816	-	343.816
Perdas atuariais	-	-	-	-	-	(542.500)	(542.500)	-	(542.500)	-	(542.500)
	-	-	-	-	343.816	2.448.465	2.792.281	(3.973.763)	(1.181.482)	-	(1.181.482)
Resultado Líquido Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	6.134.247	6.134.247	32.542	6.166.789
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	343.816	(542.500)	(198.684)	6.134.247	5.935.563	32.542	5.968.105
Operações com detentores de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição a Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.015)	(16.015)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(4.550.000)	(4.550.000)	-	(4.550.000)	-	(4.550.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	382.767	74.490.374	86.871.990	6.134.247	128.006.237	1.647.295	129.653.532

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	31/DEZ/15	31/DEZ/14
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses não controlados	6.166.789	3.960.251
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, passíveis de serem reciclados por resultados:		
Varição do justo valor de investimentos disponíveis para venda	343.816	-221.742
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, não recicláveis por resultados:		
Perdas atuariais liquidadas de imposto	-542.500	-3.900.000
	5.968.105	-161.491
Rendimento integral consolidado do período		
Atribuível a:		
Acionistas da empresa mãe	5.935.563	-147.979
Interesses não controlados	32.542	-13.512

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(Euros)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	DEZ-15		DEZ-14	
Recebimentos de Clientes	320.519.560		258.877.084	
Pagamentos a Fornecedores	-304.217.012		-254.913.057	
Pagamentos ao Pessoal	-31.079.100		-29.101.017	
Fluxo gerado pelas Operações		-14.776.552		-25.136.990
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-781.675		-605.798
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional		23.936.800		13.882.357
Fluxo das Atividades Operacionais		8.378.573		-11.860.431
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros				
Propriedade de Investimento	4.245.461		64.386	
Ativos Fixos Tangíveis	2.807.093		3.201.773	
Ativos Intangíveis				
Subsídios de Investimento				
Juros e Rendimentos Similares	74.737		239.951	
Dividendos		7.127.291		3.506.110
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros	-6.755		-474	
Propriedade de Investimento				
Ativos Fixos Tangíveis	-11.404.398		-3.685.759	
Ativos Intangíveis	-1.474.235	-12.885.388	-254.581	-3.940.814
Fluxo das Atividades de Investimento		-5.758.097		-434.704
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos	23.352.632		20.557.895	
Subsídios e doações		23.352.632		20.557.895
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos	-17.893.476		-545.356	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	-2.333.471		-1.489.251	
Juros e Gastos Similares	-2.349.775		-1.430.728	
Dividendos	-4.562.431	-27.139.153	-6.261	-3.471.596
Fluxo das Atividades de Financiamento		-3.786.521		17.086.299
CAIXA E EQUIVALENTES				
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 15)		12.530.999		7.676.781
Varição do Perímetro (Nota 4)				-63.054
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 15)		11.364.954		12.530.999
Varição de Caixa e Seus Equivalentes		-1.166.045		4.791.164

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Nobuaki Fujii; Matthew Peter Harrison; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e é a empresa-mãe de um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua atividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.2.c).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia, em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2015.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

A) IMPACTO DE ADOÇÃO DE NORMAS E INTERPRETAÇÕES QUE SE TORNARAM EFETIVAS A 1 DE JANEIRO DE 2015:**(i) Normas:**

- **Melhorias às normas 2011 – 2013**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

(ii) Interpretações:

- **IFRIC 21** (nova), 'Taxas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 17 de junho de 2014). A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

B) NORMAS, ALTERAÇÕES A NORMAS EXISTENTES E INTERPRETAÇÕES QUE JÁ FORAM PUBLICADAS E CUJA APLICAÇÃO É OBRIGATÓRIA PARA PERÍODOS ANUAIS QUE SE INICIEM EM OU APÓS 1 DE FEVEREIRO DE 2015, OU EM DATA POSTERIOR, E QUE A ENTIDADE DECIDIU NÃO ADOPTAR ANTECIPADAMENTE:**(i) Normas:**

- **Melhorias às normas 2010 - 2012**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. Não se estima impacto da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
- **IAS 19** (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **IAS 1** (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IAS 16 e IAS 38** (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016)'. Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/amortizações de ativos com base no réditto obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IAS 16 e IAS 41** (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para a IAS 16 – Ativos tangíveis, com o conseqüente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IAS 27** (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

- **Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28**, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa *holding* intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de Investimento". Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IFRS 11** (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **Melhorias às normas 2012 - 2014**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo esteja exposto, ou tenha direitos, a retornos variáveis, em consequência do seu envolvimento nessas empresas, e tenha a capacidade de afetar esses retornos, através do poder sobre essas empresas (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na rubrica "Interesses não controlados". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, os minoritários absorvem esse excesso.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como Goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Para as concentrações de atividades empresariais ocorridas após 1 de janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de atividades, com algumas alterações significativas:

(i) os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção, de transação a transação, mensurar os “interesses não controlados” pela proporção do valor dos ativos líquidos da entidade adquirida ou ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

(ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos.

Igualmente foi aplicada desde 1 de janeiro de 2010 a IAS 27 revista, a qual exige que todas as transações com os interesses não controlados sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre a Entidade, não havendo lugar ao registo de goodwill ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido sobre a entidade, qualquer interesse remanescente sobre a entidade é remensurado ao justo valor, e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como goodwill e mantidas no valor da rubrica “Goodwill” (Nota 8). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados relativos a empresas associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo não detinha investimentos financeiros em empresas associadas.

c) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os gastos e os rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio “Outras reservas”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2015 e 2014, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

31/12/2015	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2015	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2015	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2014
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

31/12/2014	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2014	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2014	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2013
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração consolidada dos resultados como “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 7).

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” na demonstração consolidada dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Outros rendimentos operacionais” na demonstração consolidada dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor resultante das avaliações externas das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidade especializada independente (modelos do Método de mercado, Método do custo, Método do rendimento e Método do uso).

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são registadas como locações financeiras. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o ativo fixo tangível amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a), exceto se o prazo de locação for mais curto do que a vida útil estimada.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 35).

e) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Subsídios não reembolsáveis

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” sendo reconhecidos como ganho na demonstração consolidada dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

Subsídios reembolsáveis

O benefício de um financiamento governamental com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio governamental. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser medido como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a IAS 39 e os proveitos recebidos. O benefício é contabilizado em conformidade com a IAS 20. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os custos que o benefício do empréstimo visa compensar.

g) Imparidade de ativos

Ativos não correntes exceto *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos operacionais". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Goodwill

O valor do *Goodwill* não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do *Goodwill* são registadas na demonstração de resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 24).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos financeiros disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos financeiros derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se forem designados para efeitos de contabilidade de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo Toyota Caetano não detinha instrumentos financeiros inseridos nas categorias "ativos financeiros detidos para negociação" e "instrumentos registados ao justo valor através de resultados".

Investimentos detidos até ao vencimento

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como Ativos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo Toyota Caetano detinha Unidades de Participação do Címvél - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (Nota 9).

Justo Valor de Investimentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados).

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os "investimentos registados ao justo valor através de resultados". Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os "investimentos financeiros disponíveis para venda" e os "investimentos registados ao justo valor através de resultados" são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo.

Os “Investimentos detidos até à maturidade” são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração dos resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Investimentos financeiros disponíveis para venda’, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no ativo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

iii) Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iv) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

v) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “swaps” de taxa de juro e “forwards” cambiais e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em financiamentos obtidos e variações da taxa de câmbio em transações futuras em moeda estrangeira.

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor à data em que é tomada parte nas suas disposições contratuais, e mensurados subsequentemente ao seu justo valor. O método pelo qual se reconhecem as variações de justo valor depende da designação (ou não) desse derivado como instrumento de cobertura e, no caso de estar designado, da natureza do item coberto.

Para cada transação, e aquando da sua origem, o grupo prepara documentação que justifique a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, assim como o objetivo de gestão de risco e a estratégia para a transação de cobertura. O grupo documenta também, quer à data de negociação da cobertura, quer numa base contínua, a sua análise da eficácia com que o instrumento de cobertura compensa as variações do justo valor, ou dos fluxos de caixa dos instrumentos cobertos. De acordo com a IAS 39, o justo valor dos derivados do tipo opção é separado no seu valor intrínseco e no seu valor temporal, dado que apenas o valor intrínseco destes instrumentos pode ser designado como instrumento de cobertura. Assim, os testes de eficácia dos derivados do tipo opção incluem apenas o valor intrínseco destes instrumentos.

O justo valor dos derivados contratados para efeitos de cobertura é apresentado na Nota 25. Os movimentos na reserva de cobertura são apresentados na demonstração consolidada de alterações no capital próprio. A totalidade do justo valor de um derivado de cobertura é classificada como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade residual do instrumento coberto é maior do que 12 meses, e como um ativo ou passivo corrente quando esta é menor do que 12 meses. Derivados de negociação são classificados como ativos ou passivos correntes.

Os instrumentos derivados, em relação aos quais a empresa aplicou “hedge accounting”, são registados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, e posteriormente reavaliados ao justo valor, sendo as variações deste registadas em “Reservas de Justo Valor”, no caso de cobertura de fluxos de caixa e em Resultados do exercício no caso de cobertura de justo valor.

Os instrumentos derivados, em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, embora tenham sido contratados com objetivos de cobertura económica, são registados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efetuadas pelas entidades bancárias com quem o Grupo celebra os respetivos contratos, afetam diretamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Current Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros deduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 23). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos na rubrica de “Outras reservas”, não sendo recicláveis por resultado.

l) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

m) Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal: Toyota Caetano Portugal, Caetano Renting, Saltano e Caetano Auto.

Para a única empresa do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro (Caetano Auto Cabo Verde), a tributação é efetuada numa base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Especialização de exercícios e Rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber, sendo que:

- O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado;
- O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

o) Classificação na demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

p) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

q) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 28.

r) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não existiam ativos não correntes detidos para venda e que cumpram com os requisitos e condições acima referidos.

s) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao *goodwill*;
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

2.5 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde. Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto Cabo Verde), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus *cash flows*. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. O Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados (forwards cambiais), como forma de gestão do risco cambial.

A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.2 c), os ativos e passivos de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os gastos e ganhos dessas entidades são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”.

O montante de ativos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como se segue:

	ATIVOS		PASSIVOS	
	DEZ-15	DEZ-13	DEZ-14	DEZ-13
Escudo de Cabo Verde (CVE)	7.636.574	6.498.634	1.818.789	833.654
Libra Esterlina (GBP)	1.644	1.644	989	-
Yene Japonês (JPY)	-	-	266.553	777.900
Dólar Americano (USD)	-	-	-	(163)

A sensibilidade do Grupo a variações da taxa de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIACÃO	DEZ-15		DEZ-14	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Escudo de Cabo Verde (CVE)	5%	7.317	290.566	(3.203)	283.249
Libra Esterlina (GBP)	5%	33	-	82	-
Yene Japonês (JPY)	5%	(13.328)	-	(12.227)	-

ii) Risco de preço

O Grupo está exposto a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente das componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2015 e 2014, esteve exposto ao risco de variação de preço dos "Investimentos disponíveis para venda". Aquela rubrica é composta em 31 de dezembro de 2015 e 2014 unicamente por Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como "Investimentos disponíveis para venda", o efeito de alterações no respetivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.j) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos Investimentos financeiros disponíveis para venda pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIACÃO	DEZ-15		DEZ-14	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
FUNDO CIMÓVEL	10%	-	339.671	-	305.290
FUNDO CIMÓVEL	-10%	-	(339.671)	-	(305.290)

iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIACÃO	DEZ-15		DEZ-14	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Empréstimos - mútuo	1 p.p	60.256	-	78.947	-
Contas correntes caucionadas	1 p.p	100.000	-	100.000	-
Descobertos Bancários	1 p.p	211	-	204	-
Papel Comercial	1 p.p	217.000	-	134.000	-
Empréstimo de MLP	1 p.p	90.000	-	90.000	-
Loações Financeiras	1 p.p	170.404	-	95.953	-
Total		638.141	-	499.104	-
Empréstimos - mútuo	(1 p.p)	(60.256)	-	(78.947)	-
Contas correntes caucionadas	(1 p.p)	(100.000)	-	(100.000)	-
Descobertos Bancários	(1 p.p)	(211)	-	(204)	-
Papel Comercial	(1 p.p)	(217.000)	-	(134.000)	-
Empréstimo de MLP	(1 p.p)	(90.000)	-	(90.000)	-
Loações Financeiras	(1 p.p)	(170.404)	-	(95.953)	-
Total		(638.141)	-	(499.104)	-

A análise acima não entra em consideração com o efeito de instrumentos financeiros derivados de cobertura contratados pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro (Nota 25).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

(i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;

(ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e

(iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

No quadro seguinte pode verificar a maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

DEZ-15	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 2 ANOS	ENTRE 2 E 4 ANOS	MAIS DE 4 ANOS	TOTAL
Financiamentos obtidos	36.801.453	9.498.537	13.607.044	3.906.282	63.813.316
Fornecedores	36.237.691	-	-	-	36.237.691
Estado e outros entes públicos	9.663.087	-	-	-	9.663.087
Outras dívidas a terceiros	1.265.885	-	-	-	1.265.885
	83.968.116	9.498.537	13.607.044	3.906.282	110.979.979

DEZ-14	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 2 ANOS	ENTRE 2 E 4 ANOS	MAIS DE 4 ANOS	TOTAL
Financiamentos obtidos	27.768.843	8.915.998	11.313.774	2.907.460	50.906.075
Fornecedores	31.579.655	-	-	-	31.579.655
Estado e outros entes públicos	10.938.452	-	-	-	10.938.452
Outras dívidas a terceiros	1.740.504	-	-	-	1.740.504
	72.027.454	8.915.998	11.313.774	2.907.460	95.164.686

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 52.448.362 Euros e 38.375.076 Euros, respetivamente, divididos entre financiamentos correntes e não correntes (Nota 18) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 15) contratados junto de diversas instituições.

v) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes stakeholders da empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias.

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida + capital próprio)).

	DEZ-15	DEZ-14
Financiamento obtido	63.813.316	50.906.075
Caixa e Equivalentes de Caixa	(11.364.954)	(12.530.999)
Endividamento líquido	52.448.362	38.375.076
Capital Próprio	129.653.532	129.234.240
Rácio de alavancagem financeira	28,80%	22,90%

O gearing permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecidos pela gestão.

vi) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objetivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogéneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efetuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias “on first demand”, cujo montante, em 31 de dezembro de 2015 era de, aproximadamente, 7.550.00 Euros (8.169.965 Euros em 31 de dezembro de 2014), que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 encontram-se divulgados na Nota 24.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 24.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, são como se segue:

EMPRESAS	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA	
	DEZ-15	DEZ-14
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa-Mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (S.G.P.S.), S.A.	99,98%	99,98%
Caetano Auto CV, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	98,40%	98,40%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa).

Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não se verificou qualquer alteração da composição do perímetro de consolidação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 verificou-se uma alteração da composição do perímetro de consolidação, derivada da alienação da participação da Movicargo - Movimentação Industrial, Lda., com efeitos a 1 de janeiro de 2014.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

31/12/2015	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
------------	-----------------------------	--	------------	-------------------------	---------------------------	-----------------------------	-------

ATIVO BRUTO:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	-	259.977	81.485	1.985.411	24.202	-	2.351.075
Adições	1.394.907	-	-	18.568	-	60.760	1.474.235
Alienações e abates	-	-	-	-	(24.202)	-	(24.202)
Transferências	-	24.202	-	-	-	-	24.202
Saldo final em 31 e dezembro de 2015	1.394.907	284.179	81.485	2.003.979	-	60.760	3.825.310

AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	-	144.391	81.485	1.470.283	-	-	1.696.159
Amortização do exercício	464.969	18.852	-	184.804	-	-	668.625
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	464.969	163.243	81.485	1.655.087	-	-	2.364.784

Valor líquido	929.938	120.936	-	348.892	-	60.760	1.460.526
----------------------	----------------	----------------	----------	----------------	----------	---------------	------------------

31/12/2014	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
------------	--	------------	-------------------------	---------------------------	-----------------------------	-------

ATIVO BRUTO:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	140.816	81.485	1.868.423	-	12.374	2.103.098
Adições	146.663	-	93.107	-	14.811	254.581
Alienações, abates e transferências	(27.502)	-	23.881	24.202	(27.185)	(6.604)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	259.977	81.485	1.985.411	24.202	-	2.351.075

AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	117.328	81.485	1.320.210	-	-	1.519.023
Amortização do exercício	30.754	-	147.190	-	-	177.944
Alienações, abates e transferências	(3.691)	-	2.883	-	-	(808)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	144.391	81.485	1.470.283	-	-	1.696.159

Valor líquido	115.586	-	515.128	24.202	-	654.916
----------------------	----------------	----------	----------------	---------------	----------	----------------

Os aumentos registados no período devem-se a despesas com o desenvolvimento tecnológico, associado à produção na fábrica de Ovar do novo modelo Land Cruiser Série 70 (LC70), para exportação.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

31/12/2015	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRO ATIVO FIXO TANGÍVEL	ATIVO FIXO TANGÍVEL EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	16.746.095	93.363.990	58.647.320	45.865.853	7.649.868	4.266.949	69.000	226.609.075
Adições	96.728	1.815.306	2.394.136	27.335.653	219.013	52.073	328.459	32.241.368
Alienações e abates	-	(1.628.749)	(924.157)	(17.675.151)	-	(12.384)	-	(20.240.441)
Transferências	-	(11.996)	-	-	11.996	12.168	-	12.168
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	16.842.823	93.538.551	60.117.299	55.526.355	7.880.877	4.318.806	397.459	238.622.170
DEPRECIACIONES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	-	59.461.724	54.104.202	26.833.929	7.396.976	4.006.782	-	151.803.613
Depreciação do exercício	-	2.432.996	1.361.110	8.413.172	117.529	88.529	-	12.413.336
Alienações, abates	-	(1.613.717)	(854.395)	(6.703.547)	-	(12.384)	-	(9.184.043)
Transferências	-	-	(88)	-	125	-	-	37
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	-	60.281.003	54.610.829	28.543.554	7.514.630	4.082.927	-	155.032.943
Valor líquido	16.842.823	33.257.548	5.506.470	26.982.801	366.247	235.879	397.459	83.589.227
ATIVO BRUTO:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	16.867.925	91.144.133	57.516.232	43.398.838	7.546.027	4.167.209	2.379.299	223.019.663
Adições	-	1.961.238	897.590	25.939.546	105.555	99.740	69.000	29.072.669
Alienações e abates	-	(440.861)	(1.724)	(23.502.221)	(1.716)	-	-	(23.946.522)
Variações de perímetro	-	-	344	29.690	2	-	-	30.036
Transferências	(121.830)	699.480	234.878	-	-	-	(2.379.299)	(1.566.771)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	16.746.095	93.363.990	58.647.320	45.865.853	7.649.868	4.266.949	69.000	226.609.075
DEPRECIACIONES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	-	58.171.836	53.041.445	26.102.086	7.275.882	3.858.400	-	148.449.649
Depreciação do exercício	-	2.395.948	1.062.679	7.553.538	122.803	148.382	-	11.283.350
Alienações, abates	-	440.861	(266)	(6.851.385)	(1.711)	-	-	(6.412.501)
Variações de perímetro	-	-	344	29.690	2	-	-	30.036
Transferências	-	(1.546.921)	-	-	-	-	-	(1.546.921)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	-	59.461.724	54.104.202	26.833.929	7.396.976	4.006.782	-	151.803.613
Valor líquido	16.746.095	33.902.266	4.543.118	19.031.924	252.892	260.167	69.000	74.805.462

Os aumentos registados no período, em Edifícios e Equipamento Básico e Ferramentas, devem-se essencialmente ao investimento efetuado na Fábrica de Ovar, para a produção do modelo Land Cruiser Série 70 (LC70) para o mercado de África do Sul.

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo, bem como para aluguer operacional a clientes.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

	DEZ-15		
	VALOR BRUTO	A. ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis	23.286.089	5.335.258	17.950.831

	DEZ-14		
	VALOR BRUTO	A. ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis	13.839.809	2.629.702	11.201.107

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos de imóveis ascenderam a 3.303.270 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2015 (2.765.899 Euros em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, de acordo com avaliações reportadas a 31 de dezembro de 2015, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 54 milhões de Euros.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, pode ser detalhado como se segue:

LOCALIZAÇÃO	DEZ-15		TIPO	DEZ-14		TIPO DE AVALIAÇÃO
	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO		VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO	
Vila Nova de Gaia - Av. da República	87.064	1.192.400	interna	109.975	1.192.400	interna
Braga - Av. da Liberdade	604	1.355.000	interna	805	1.355.000	interna
Porto - Rua do Campo Alegre	952.996	2.877.000	interna	999.865	2.876.500	interna/externa
Viseu - Teivas	896.000	896.000	externa	2.362.971	2.232.970	externa
Óbidos - Casal do Lameiro	59.558	1.400.000	interna	60.404	1.400.000	interna
Castro Daire - Av. João Rodrigues Cabrilho	27.709	58.000	interna	28.206	58.000	interna
Caldas da Rainha - Rua Dr. Miguel Bombarda	17.531	85.000	interna	17.531	85.000	interna
Viseu - Quinta do Cano	1.758.024	2.461.740	interna/externa	1.773.883	1.609.000	interna/externa
Amadora - Rua Elias Garcia	187.935	149.000	interna	191.393	149.000	interna
Portalegre - Zona Industrial	194.099	173.000	interna	199.241	173.000	interna
Portimão - Cabeço do Mocho	424.781	410.000	interna	424.782	410.000	interna
Vila Real de Santo António - Rua de Angola	26.063	83.000	interna	27.497	83.000	interna
Rio Maior	107.000	107.000	interna	107.000	107.000	interna
S. João de Lourosa - Viseu	463.268	487.030	interna	45.190	487.030	externa
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios A e B)	3.454.289	11.448.000	interna	1.626.278	9.048.000	interna

LOCALIZAÇÃO	DEZ-15		TIPO	DEZ-14		TIPO DE AVALIAÇÃO
	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO		VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO	
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios G)	1.044.637	6.003.000	interna	1.146.993	6.003.000	interna
Carregado - Quinta da Boa Água / Quinta do Peixoto	5.135.484	21.518.000	interna	6.002.898	23.828.000	interna
Lisboa - Av. Infante Santo	1.199.980	1.247.000	interna	1.229.368	1.247.000	interna
Vila Nova de Gaia - Rua das Pereiras	273.052	788.000	interna	614.811	802.000	interna
Leiria - Azóia	355.125	797.000	interna	355.125	797.000	externa
Outros	-	-	-	21.105	-	-
	16.665.199	53.535.170		17.345.321	53.942.900	

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento, que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes (modelos do Método de mercado, Método do custo, Método do rendimento e Método do uso).

Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pela Empresa para os demais imóveis, à inexistência generalizada de grandes obras em 2015, à inexistência de sinistros relevantes em 2015, exceto no caso do imóvel do Carregado e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção das Administrações de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2015 exceto no caso do imóvel do Carregado acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2012, 2013 e 2014.

O movimento da rubrica "Propriedades de investimento" em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi como se segue:

31/12/2015			
VALOR BRUTO	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	9.985.217	36.926.900	46.912.117
Aumentos	-	2.070.055	2.070.055
Alienações e abates	(68.274)	(2.779.596)	(2.847.870)
Transferências	-	(83.924)	(83.924)
Saldo final	9.916.943	36.133.435	46.050.378
AMORTIZAÇÕES E PERDAS IMPARIDADE ACUMULADAS	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	29.566.796	29.566.796
Aumentos	-	580.664	580.664
Alienações e abates	-	(1.699.081)	(1.699.081)
Transferências	-	(62.014)	(62.014)
Perda por imparidade	-	998.814	998.814
Saldo final	-	29.385.179	29.385.179
Valor Líquido	9.916.943	6.748.256	16.665.199

31-12-2014			
VALOR BRUTO	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	9.879.302	34.996.495	44.875.797
Aumentos	-	673.680	673.680
Alienações e abates	(15.915)	(112.869)	(128.784)
Transferências	121.830	1.369.594	1.491.424
Saldo final	9.985.217	36.926.900	46.912.117
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	28.373.070	28.373.070
Aumentos	-	633.659	633.659
Alienações e abates	-	(64.398)	(64.398)
Transferências	-	624.465	624.465
Saldo final	-	29.566.796	29.566.796
Valor Líquido	9.985.217	7.360.104	17.345.321

Os movimentos ocorridos no período são relativos à aquisição de um edifício nas instalações de Vila Nova de Gaia e ao abate de uma propriedade localizada no Complexo Industrial do Carregado devido a um incêndio ocorrido em 2015. Também durante o período ocorreu a alienação do edifício industrial localizado em Pedroso, Vila Nova de Gaia.

A perda por imparidade reconhecida é relativa ao imóvel localizado em Viseu – Teivas.

A transferência ocorrida em 2014 deve-se à reclassificação de Ativo Fixo Tangível para Propriedades de Investimento do edifício no Campo Alegre.

8. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do *Goodwill* com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base *business plans* desenvolvidos pelos responsáveis das empresas e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Em 31 de dezembro de 2015, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

	DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS BT - SUL
<i>Goodwill</i>	611.997
Período Utilizado	Projeções de <i>cash flows</i> para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) ⁽¹⁾	0%
Taxa de desconto utilizada ⁽²⁾	9,22%

(1) Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no *business plan*.

(2) Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados.

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2015, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo *goodwill* (0,6 milhões de Euros), não excede o seu valor recuperável (18 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

9. INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos na rubrica “Investimentos disponíveis para venda” foi como se segue:

	DEZ-15	DEZ-14
Investimentos disponíveis para venda		
Justo valor em 1 de janeiro	3.119.634	3.341.376
Aumento/(diminuição) no justo valor	343.816	(221.742)
Saldo em 31 de dezembro	3.463.450	3.119.634

A 31 de dezembro de 2015, os “Investimentos disponíveis para venda” incluem o montante de 3.396.713 Euros (2014: 3.052.897 Euros) correspondentes a 580.476 Unidades de Participação do Cível - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (9,098%) estando as mesmas registadas ao valor da Unidade de Participação divulgada a 31 de dezembro de 2015 (o custo de aquisição das referidas ações ascendeu a 3.013.947 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 382.767 Euros. Os restantes “Investimentos disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 do registo dos “Investimentos disponíveis para venda” ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	DEZ-15	DEZ-14
Varição no justo valor	343.816	(221.742)
Efeito no capital próprio	343.816	(221.742)

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ-15	DEZ-14
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	10.080.953	3.938.945
Produtos e Trabalhos em Curso	1.137.959	1.058.306
Produtos Acabados e Intermédios	1.613.906	5.503.201
Mercadorias	70.642.162	61.390.733
	83.474.980	71.891.185
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 24)	(1.311.777)	(1.901.129)
	82.163.203	69.990.056

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi apurado como se segue:

	DEZ-15			DEZ-14		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	61.390.733	3.938.945	65.329.678	40.766.744	2.634.224	43.400.968
Compras Líquidas	238.586.581	36.988.213	275.574.794	216.428.307	26.437.026	242.865.333
Existências Finais	(70.642.162)	(10.080.953)	(80.723.115)	(61.390.733)	(3.938.945)	(65.329.678)
Total	229.335.152	30.846.205	260.181.357	195.804.318	25.132.305	220.936.623

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi apurada como se segue:

	PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS E PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	DEZ-15	DEZ-14
Existências finais	2.751.865	6.561.507
Regularização de existências	(16.274)	-
Existências iniciais	(6.561.507)	(1.229.071)
Total	(3.825.916)	5.332.436

11. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES		ATIVOS NÃO CORRENTES	
	DEZ-15	DEZ-14	DEZ-15	DEZ-14
Cientes, conta corrente	56.738.200	57.485.724	46.553	108.556
Cientes cobrança duvidosa	9.803.136	10.346.220	-	-
	66.541.336	67.831.944	46.553	108.556
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 24)	(9.710.649)	(10.338.615)	-	-
	56.830.687	57.493.329	46.553	108.556

As contas a receber de Clientes classificadas como ativos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 7 anos, e se encontram a vencer juros).

ANTIGUIDADE DE CONTAS A RECEBER

	2015				
	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	36.892.908	2.096.824	1.122.319	11.117.860	51.229.911
Funcionários	73	9.756	2.094	86.911	98.834
Concessionários Independentes	5.228.706	202.707	17.731	6.864	5.456.008
Total	42.121.687	2.309.287	1.142.144	11.211.635	56.784.753

	2014				
	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	27.939.694	1.984.371	869.256	20.467.150	51.260.471
Funcionários	108	-	-	170.679	170.787
Concessionários Independentes	5.643.983	247.642	132.215	139.182	6.163.022
Total	33.583.785	2.232.013	1.001.471	20.777.011	57.594.280

MATURIDADE DAS DÍVIDAS COM RECONHECIMENTO DE PERDA DE IMPARIDADE

	2015				
	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes Cob. Duvidosa	3.972	3.406	1.281	9.794.477	9.803.136
Total	3.972	3.406	1.281	9.794.477	9.803.136

	2014				
	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes Cob. Duvidosa	-	-	-	10.346.220	10.346.220
Total	-	-	-	10.346.220	10.346.220

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

12. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES		ATIVOS NÃO CORRENTES	
	DEZ-15	DEZ-14	DEZ-15	DEZ-14
Adiantamentos a fornecedores	813.122	1.058.748	-	-
Outros devedores	2.333.459	3.358.557	-	-
	3.146.581	4.417.305	-	-

A rubrica “Outras dívidas de terceiros” inclui o montante de, aproximadamente, 0,8 Milhões de Euros em 31 de dezembro de 2015 (1,4 Milhões em 31 de dezembro de 2014), que corresponde a adiantamentos efetuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da atividade de retalho automóvel os quais foram integralmente faturados em exercícios anteriores, sendo que o montante a receber se estima que venha a ser suportado por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2015, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A. (800.000 Euros em 31 de dezembro de 2014).

Finalmente, refira-se que a presente rubrica inclui igualmente um saldo a receber no valor de 683.000 Euros da parte relacionada Fundação Salvador Caetano (863.000 Euros em 31 de dezembro de 2014).

13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ-15	DEZ-14
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel	608.718	765.551
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	407.131	198.065
Recuperação encargos logística	335.530	48.249
Reclamações de Garantia	163.732	186.682
Fees a debitar	39.794	49.287
Cedência de Pessoal	30.807	33.979
Juros a receber	626	16.097
Comparticipação em Frotas e Campanhas	-	978.000
Outros	586.455	533.270
	2.172.793	2.809.180
Gastos a reconhecer		
Fundo de Pensões	201.710	-
Seguros	126.848	108.271
Rendas	121.827	113.472
Juros	50.144	10.923
Outros	401.259	173.636
	901.788	406.302
	3.074.581	3.215.482

14. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2015 e 2014, podem ser resumidos como se segue:

31-12-2015	DEZ-14	IMPACTO EM RESULTADOS (IC)	IMPACTO EM RESULTADOS (ID)	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	DEZ-15
Ativos por impostos diferidos:					
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	372.369	-	(84.929)	-	287.440
Prejuízos fiscais reportáveis	1.248.074	(39.252)	(706.200)	-	502.622
Responsabilidade por pensões	1.100.000	-	-	157.500	1.257.500
Anulação de ativos fixos tangíveis	410.521	-	(246.061)	-	164.460
Valorização de instrumentos derivados	48.447	-	(12.427)	-	36.020
	3.179.411	(39.252)	(1.049.617)	157.500	2.248.042
Passivos por impostos diferidos:					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(703.938)	-	44.829	-	(659.109)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(190.200)	-	24.428	-	(165.772)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(5.136)	-	5.136	-	-
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(898.732)	-	-	-	(898.732)
	(1.798.006)		74.393	-	(1.723.613)
Efeito líquido (Nota 26)			(975.224)		

31-12-2014	DEZ-13	OUTRAS VARIAÇÕES	IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	DEZ-15
Ativos por impostos diferidos:					
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	447.048	-	(74.679)	-	372.369
Prejuízos fiscais reportáveis	1.758.649	(135.767)	(374.808)	-	1.248.074
Responsabilidades por pensões	-	-	-	1.100.000	1.100.000
Anulação de ativos fixos tangíveis	615.369	-	(204.848)	-	410.521
Anulação de gastos a reconhecer	6.793	-	(6.793)	-	-
Valorização de instrumentos derivados	44.033	-	4.414	-	48.447
	2.871.892	(135.767)	(656.714)	1.100.000	3.179.411
Passivos por impostos diferidos:					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(902.133)	-	198.195	-	(703.938)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(233.602)	-	43.402	-	(190.200)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(44.077)	-	44.077	-	-
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(11.299)	-	6.163	-	(5.136)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(898.732)	-	-	-	(898.732)
	(2.089.843)		291.837	-	(1.798.006)
Efeito líquido (Nota 26)			(364.877)		

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (data das últimas declarações fiscais entregues), as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados ativos por impostos diferidos eram como se segue:

COM LIMITE DE DATA DE UTILIZAÇÃO:	DEZ-15		DEZ-14		DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS	
Gerados em 2011					
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	-	-	417.476	104.623	2015
Gerados em 2012					
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	2.339.916	491.382	5.391.483	1.132.211	2017
Gerados em 2013					
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	53.524	11.240	53.524	11.240	2018
	2.393.440	502.622	5.862.483	1.248.074	

A partir de 2012 (inclusive) a dedução de prejuízos fiscais reportados, apurados em exercícios anteriores ou em curso (i.e., compreende todos prejuízos reportados identificados nas alíneas i), ii) e iii) acima) está limitada a 75% do lucro tributável apurado em cada exercício e a partir de 2014 (inclusive) está limitada a 70% do lucro tributável apurado em cada exercício. Esta situação obriga à avaliação anual do montante de imposto diferido passível de ser recuperado nos prazos acima indicados.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

	TAXA DE IMPOSTO	
	DEZ-15	DEZ-14
País origem da filial:		
Portugal	22,5% - 21%	22,5% - 21%
Cabo Verde	25,5%	25,5%

As empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2012 a 2015 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

15. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	DEZ-15	DEZ-14
Numerário	118.992	99.349
Depósitos bancários	11.245.962	12.427.086
Equivalentes a Caixa	-	4.564
	11.364.954	12.530.999

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 31 de dezembro de 2015 no montante de, aproximadamente, 59,3 Milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

16. CAPITAL PRÓPRIO

CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A. 60,82%
- Toyota Motor Europe NV/SA 27,00%

DIVIDENDOS

O Conselho de Administração vai apresentar uma proposta no sentido de serem pagos dividendos no montante de 5.250.000 Euros. Esta proposta deve ser aprovada em Assembleia Geral.

RESERVA LEGAL

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

RESERVAS DE CONVERSÃO

As reservas de conversão refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

RESERVAS DE JUSTO VALOR

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos (Nota 9).

OUTRAS RESERVAS

Referem-se a reservas com natureza de reserva livre, logo distribuíveis de acordo com a legislação comercial em vigor.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

17. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi como se segue:

	DEZ-15	DEZ-14
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.630.768	1.646.250
Outros	(16.015)	(1.970)
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	32.542	(13.512)
	1.647.295	1.630.768

A decomposição do valor por empresa subsidiária consolidada integralmente nas Demonstrações Financeiras apresentadas é como se segue:

SUBSIDIÁRIA	% INC	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE INTERESSES NÃO CONTROLADOS
Saltano S.G.P.S.	0,02%	4.036	-
Caetano Auto CV	18,76%	1.102.372	31.750
Caetano Renting	0,02%	559	40
Caetano Auto	1,60%	540.328	752
		1.647.295	32.542

O resumo da informação financeira das empresas subsidiárias discriminadas acima encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

RUBRICA	CAETANO AUTO		CAETANO AUTO CV	
	2015	2014	2015	2014
Ativo Não Corrente	50.210.634	52.337.702	1.493.829	1.505.496
Ativo Corrente	47.146.673	52.811.859	6.142.745	4.993.138
Total Ativo	97.357.307	105.149.560	7.636.574	6.498.634
Passivo Não Corrente	6.049.428	4.844.831	-	-
Passivo Corrente	56.929.407	63.631.669	1.818.789	833.654
Capital Próprio	34.378.472	36.673.060	5.817.785	5.664.980
Vendas e Prestações de Serviços	186.583.747	165.213.802	8.785.688	7.722.977
Resultados Operacionais	648.275	270.776	214.307	(64.033)
Resultados Financeiros	(232.353)	(114.074)	(9.200)	(23)
Impostos	(316.697)	(154.091)	(52.302)	-
Resultado Líquido	99.226	2.612	152.804	(64.056)

RUBRICA	CAETANO RENTING		SALTANO	
	2015	2014	2015	2014
Ativo Não Corrente	10.555.665	8.715.820	20.739.683	21.842.211
Ativo Corrente	1.713.868	1.919.573	2.054.105	2.058.157
Total Ativo	12.269.533	10.635.393	22.793.788	23.900.368
Passivo Não Corrente	200.014	200.014	-	-
Passivo Corrente	9.241.907	7.700.779	3.581.438	3.583.249
Capital Próprio	2.827.612	2.734.601	19.212.351	20.317.120
Vendas e Prestações de Serviços	3.667.882	3.491.671	-	-
Resultados Operacionais	236.156	623.522	141.874	352.613
Resultados Financeiros	(191.642)	(287.084)	-	10
Impostos	48.498	19.837	596	(38.407)
Resultado Líquido	93.012	356.276	142.470	314.216

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a rubrica de Financiamentos Obtidos tem o seguinte detalhe:

	DEZ-15			DEZ-14		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos Bancários	33.542.105	13.210.526	46.752.631	25.242.105	15.052.632	40.294.737
Descobertos Bancários	20.276	-	20.276	746.337	-	746.337
Outros empréstimos	-	-	-	272.678	-	272.678
Locação Financeira	3.239.072	13.801.337	17.040.409	1.507.723	8.084.600	9.592.323
	36.801.453	27.011.863	63.813.316	27.768.843	23.137.232	50.906.075

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respetivas condições, é como se segue:

DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	2015			
	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
Não corrente				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	4.210.526	4.210.526	22-06-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	9.000.000	9.000.000	15-10-2014	5 anos
	13.210.526	13.210.526		
Corrente				
Contas correntes caucionadas	10.000.000	10.000.000		
Empréstimos - mútuo	1.842.105	1.842.105	22-06-2012	
Descobertos bancários	20.276	7.500.000		
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	5.000.000		
Papel comercial				
Toyota Caetano Portugal	9.200.000	9.200.000	27-11-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	5.000.000	5.000.000	26-11-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	2.500.000	2.500.000	18-08-2015	1 ano (*)
Toyota Caetano Portugal	5.000.000	5.000.000	07-07-2015	5 anos
	33.562.381	46.042.105		
	46.772.907	59.252.631		

(*) Renovável automaticamente no máximo 4 vezes.

DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	2014			
	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
Não corrente				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	6.052.632	6.052.632	22-06-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	9.000.000	9.000.000	15-10-2014	
	15.052.632	15.052.632		
Corrente				
Contas Correntes Caucionadas	10.000.000	10.000.000		
Empréstimos - mútuo	1.842.105	1.842.105	22-06-2012	
Descobertos bancários	746.337	7.500.000		
Subsídios reembolsáveis	272.678	272.678	30-01-2009	6 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	5.000.000		
Papel comercial				
Toyota Caetano Portugal	9.200.000	9.200.000	27-11-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	4.200.000	4.200.000	26-11-2012	5 anos
Caetano Auto	-	9.800.000	29-08-2007	7 anos
	26.261.120	47.814.783		
	41.313.752	62.867.415		

Detalhamos, em seguida, o valor relativo a financiamentos obtidos ou linhas de crédito contratadas para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (nota 37):

- Empréstimos - mútuo: 6.052.632
- Papel Comercial: 5.000.000

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 1,65% e 3,75%.

A rubrica Locação Financeira (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo como locatário relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

CONTRATO	BEM LOCADO	CURTO PRAZO	2017	MÉDIO/LONGO PRAZO			TOTAL	TOTAL
				2018	2019	> 2019		
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	95.718	96.438	97.164	97.895	217.679	509.176	604.894
	Juros	4.208	3.488	2.762	2.031	1.845	10.126	14.334
559769	Instalações comerciais							
	Capital	61.898	62.175	62.453	62.733	617.188	804.549	866.447
	Juros	3.746	3.469	2.911	2.911	12.838	22.129	25.875
626064	Instalações comerciais							
	Capital	155.127	160.644	166.358	172.274	897.706	1.396.982	1.552.109
	Juros	51.249	45.732	40.018	34.101	74.287	194.138	245.387
2032103	Instalações comerciais							
	Capital	17.962	18.881	19.847	20.832	112.627	172.187	190.149
	Juros	9.099	8.181	7.215	6.199	10.068	31.663	40.762
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	2.908.367	2.949.873	2.870.666	3.036.822	2.061.082	10.918.443	13.826.810
	Juros	601.882	455.617	309.055	169.829	44.652	979.153	1.581.035
	Total Capital	3.239.072	3.288.011	3.216.488	3.390.556	3.906.282	13.801.337	17.040.409
	Total Juros	670.184	516.487	361.961	215.071	143.690	1.237.209	1.907.393

MATURIDADE DA DÍVIDA

As maturidades dos financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

BEM LOCADO	2016	2017	2018	2019	> 2019	TOTAL
Empréstimos - mútuo	1.842.105	6.210.526	7.000.000	-	-	15.052.631
Conta corrente caucionada	10.000.000	-	-	-	-	10.000.000
Descobertos Bancários	20.276	-	-	-	-	20.276
Papel comercial	21.700.000	-	-	-	-	21.700.000
Loações Financeiras	3.239.072	3.288.011	3.216.488	3.390.556	3.906.282	17.040.409
Total financiamentos	36.801.453	9.498.537	10.216.488	3.390.556	3.906.282	63.813.316

19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades serão liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

20. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES	
	DEZ-15	DEZ-14
Acionistas	11.998	12.740
Adiantamentos de Clientes	1.040.429	1.094.051
Outros Credores	213.458	633.713
	1.265.885	1.740.504

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A decomposição da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos a 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como se segue:

	ATIVOS CORRENTES	
	DEZ-15	DEZ-14
Estado e outros Entes Públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1.148.070	997.206
Imposto sobre o Valor Acrescentado	105.973	-
	1.254.043	997.206

	PASSIVOS CORRENTES	
	DEZ-15	DEZ-14
Estado e outros Entes Públicos:		
Retenção de impostos sobre o Rendimento	384.748	354.852
Imposto sobre o Valor Acrescentado	6.455.178	7.476.294
Imposto automóvel	1.590.785	2.209.294
Direitos aduaneiros	272.437	71.802
Contribuições para a Segurança Social	687.222	621.468
Outros	272.717	204.742
	9.663.087	10.938.452

Apresenta-se em seguida a decomposição do imposto corrente do período (ver informação adicional na Nota 26):

	DEZ-15	DEZ-14
Insuficiência de estimativa de imposto	183.099	-
Restituição de impostos	-	(178)
Excesso de estimativa de imposto	-	(26.265)
Estimativa de imposto do ano	839.518	588.928
	1.022.617	562.485

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como se segue:

	DEZ-15	DEZ-14
Credores por acréscimos de gastos		
Encargos com férias e subsídios de férias	5.075.222	4.823.433
Campanhas publicitárias e promoção vendas	2.072.912	2.327.476
Encargos de rappel atribuíveis a entidades gestoras de frotas	1.556.149	1.467.198
Especialização de custos afetos a viaturas vendidas	961.699	1.794.121
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	526.486	481.714
Comissões a liquidar (inclui também rappel seguradoras)	446.254	334.601
Gastos de aprovisionamento	367.524	599.283
Antecipação de encargos com FSE's	318.778	429.715
Seguros a liquidar	317.508	277.140
Contribuição Autárquica/IMI	127.849	119.129
Royalties	108.164	115.434
Juros a liquidar	92.530	248.128
Outros	1.163.977	1.056.519
	13.135.052	14.073.891
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de Manutenção / Assistência	3.025.367	1.115.374
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	539.568	641.414
Subsidio ao investimento	509.507	517.655
Juros debitados a clientes	6.457	6.994
Outros	248.184	456.101
	4.329.083	2.737.538
Total	17.464.135	16.811.429

23. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, 23 de dezembro de 2002 e em 30 de março de 2009.

Em 31 de dezembro de 2015, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associadas do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em

vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os reformados e beneficiários de pensões diferidas à data de 1 de janeiro de 2008, bem como para todos os trabalhadores associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi rececionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 0%, 0% e 2,3%, respetivamente.

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2015 e 2014 pode ser resumido como se segue:

RESPONSABILIDADE 1/1/2014	29.059.458
Custos dos serviços correntes	127.685
Custos dos juros	1.256.319
(Ganhos) e perdas atuariais	5.413.539
Pagamentos de pensões	(2.282.481)
RESPONSABILIDADE 31/12/2014	33.574.520
RESPONSABILIDADE 1/1/2015	33.574.520
Custos dos serviços correntes	117.656
Custos dos juros	1.231.419
(Ganhos) e perdas atuariais	1.493.376
Pagamentos de pensões	(2.419.290)
RESPONSABILIDADE 31/12/2015	33.997.681

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2015 e de 2014, foi como se segue:

RUBRICA	PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDO	TOTAL
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2013	28.855.219	9.498.744	38.353.963
Contribuições	272.431	21.982	294.413
Retorno real dos ativos do plano	2.230.827	708.805	2.939.632
Pagamentos de Pensões	(2.282.481)	(11.397)	(2.293.878)
Transferências da quota-parte de outro associado	-	60.400	60.400
Transferências para a quota-parte de outro associado	-	(76.261)	(76.261)
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2014	29.075.997	10.202.273	39.278.270
Contribuições	495.476	947.003	1.442.479
Retorno real dos ativos do plano	1.071.278	385.086	1.456.364
Pagamentos de Pensões	(2.419.292)	(31.854)	(2.451.146)
Transferências da quota-parte de outro associado	73.634	42.141	115.774
Transferências para a quota-parte de outro associado	-	(48.261)	(48.261)
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2015	28.297.093	11.496.388	39.793.481

A 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2015	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2014
Ações	9,03%	2.555.228	7,91%	2.299.985
Obrigações	39,75%	11.248.095	44,48%	12.932.664
Imobiliário	37,42%	10.588.772	39,38%	11.451.494
Liquidez	10,69%	3.024.959	4,37%	1.269.759
Outros Ativos	3,11%	880.039	3,86%	1.122.096
Total	100%	28.297.093	100%	29.075.997

A 31 de dezembro de 2015, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, apresentam-se como se segue:

ATIVO	PESO CARTEIRA	VALOR
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	37,4%	10.588.772

De referir que a 31 de dezembro de 2015, o fundo de Pensões detinha cerca de 623.626 ações da Toyota Caetano Portugal, S.A. (623.626 ações em 31 de dezembro de 2014), cuja valorização na carteira do fundo ascendia a cerca de 767.069 Euros (567.500 Euros em 31 de dezembro de 2014).

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afeto pode ser resumido como se segue:

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Valor da responsabilidade	33.997.681	33.574.520	29.059.458	29.650.534	29.686.944	29.550.745	29.035.762
Valor do fundo	28.297.093	29.075.997	28.855.219	28.444.454	26.541.223	28.812.418	28.901.854

A responsabilidade líquida do Grupo Toyota Caetano Portugal acima evidenciada encontra-se acautelada através de uma provisão constituída no valor de cerca de 5,7 milhões de Euros, refletida em Balanço na rubrica Responsabilidades por Pensões.

24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

31-12-2015	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.781.995	-	-	998.814	2.780.809
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	10.338.615	96.216	(112.690)	(611.492)	9.710.649
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1.901.129	18.776	(608.128)	-	1.311.777
Provisões	311.551	111.771	-	(120.070)	303.252

31-12-2014	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.781.995	-	-	-	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	10.634.355	534.187	(59.048)	(770.879)	10.338.615
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1.336.902	568.637	(4.410)	-	1.901.129
Provisões	323.424	84.900	-	(96.773)	311.551

A variação ocorrida na rubrica de perdas por imparidade acumuladas em contas a receber refere-se essencialmente ao *write-off* de imparidades de clientes.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo existentes em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 respeitam a:

SWAP TAXA DE JURO

Trata-se de um instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro, associado a um contrato de mútuo (cash flow hedge), que contribui para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designado para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor do referido instrumento financeiro derivado em 31 de dezembro de 2015 era negativo em 94.532 Euros (em 31 de dezembro de 2014 era negativo em 149.762 Euros) e compreende à data de Balanço uma exposição total de 6,1 Milhões de Euros desde 22 de dezembro de 2015 pelo prazo remanescente de 1 ano e três meses.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 31 de dezembro de 2015 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração *cash flows* futuros e risco estimados (nível 2 de hierarquia de justo valor conforme parágrafo 27-A da IFRS 7 – inputs indiretamente observáveis no mercado).

É intenção da Toyota Caetano deter este instrumento até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelo referido instrumento.

Refira-se que as variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados detidos pelo Grupo encontram-se reconhecidas em gastos ou rendimentos financeiros (Nota 33).

Apresenta-se em seguida quadro-resumo de instrumentos financeiros derivados detidos a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

DERIVADO	JV 2015	JV 2014	TIPO	TAXA SWAP	TAXA A RECEBER
Swap taxa de juro BBVA	(94.532)	(149.762)	Negociação	1,10%	Euribor 3M
Total	(94.532)	(149.762)			

26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são detalhados como se segue:

	DEZ-15	DEZ-14
Imposto corrente (Nota 21)	1.022.617	562.485
Imposto diferido (Nota 14)	975.224	364.877
	1.997.841	927.362

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pode ser analisada como se segue:

	DEZ-15	DEZ-14
Resultados antes de impostos	8.164.630	4.887.613
Taxa nominal de imposto	22,50%	24,50%
Imposto teórico (Coleta + Derrama)	1.837.042	1.197.465
Mais-valias contabilísticas	(918.116)	(395.357)
Mais-valias fiscais	454.044	(68.489)
Reversões de perdas por imparidade	(80.622)	(59.293)
Ajustamentos do justo Valor	(72.201)	51.001
Derrama (ajustamentos fiscais)	(9.253)	(7.082)
Outros	71.703	(343.437)
Prejuízos utilizados	(745.452)	(374.808)
Imposto efetivo (Coleta + Derrama)	537.144	-
Tributação Autônoma	312.215	588.928
Excesso/Insuficiência estimativa de imposto	183.099	(26.265)
Restituição de impostos	-	(178)
Outros	(9.841)	-
Imposto efetivo corrente	1.022.617	562.485
Imposto diferido do período	975.224	364.877
Imposto efetivo	1.997.841	927.362

27. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

CARTEIRA DO FUNDO	DEZ-15	DEZ-14
Resultado		
Básico	6.134.247	3.973.763
Diluído	6.134.247	3.973.763
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,175	0,114

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

2015	NACIONAL										EXTERNO						ELIMINAÇÕES CONSOLIDADO				
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS					EQUIPAMENTO INDUSTRIAL					OUTROS			VEÍCULOS AUTOMÓVEIS				EQUIPAMENTO INDUSTRIAL			
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ALUGUER	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	INDÚSTRIA		COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER
Volume de negócios	13.152.446	365.120.593	15.153.439	4.487.790	18.048.357	2.052.875	12.414.975	-	25.231.427	14.333.837	88.176	8.623	21.740	-139.413.741	330.700.537						
RESULTADOS																					
Resultados operacionais	-2.667.875	8.348.062	52.562	168.035	846.898	1.658.136	1.298.805	-2.749	-783.698	569.903	19.624	6.665	12.570	742.844	10.269.782						
Resultados financeiros	-28.115	-1.765.298	-18.841	-136.188	-12.842	-5.997	-86.518	-31	-28.013	-22.920	-326	-16	-47	-	-2.105.152						
Resultados líquidos com Interesses Minoritários	-2.695.990	5.070.109	8.045	66.545	722.318	1.430.802	1.045.375	-2.227	-811.711	447.835	16.714	5.758	10.845	832.370	6.166.789						
OUTRAS INFORMAÇÕES																					
Ativos	41.412.716	256.130.958	7.893.730	8.778.154	11.558.941	2.435.881	28.852.150	23.909.481	-	8.026.355	-	-	-	-123.079.323	265.919.043						
Passivos	9.596.156	146.876.256	5.106.323	6.755.158	1.310.214	320.321	20.769.664	3.589.954	-	2.070.932	-	-	-	-60.129.466	136.265.511						
Dispendios de capital fixo (1)	5.225.897	1.999.643	91.150	4.128.138	24.541	42.730	10.833.593	152	-	141.940	-	-	-	183.552	22.671.336						
Depreciações (2)	1.352.891	3.654.815	187.501	2.881.517	55.401	41.403	4.570.724	313	-	158.365	-	-	-	179.031	13.081.961						
2014	NACIONAL										EXTERNO						ELIMINAÇÕES CONSOLIDADO				
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS					EQUIPAMENTO INDUSTRIAL					OUTROS			VEÍCULOS AUTOMÓVEIS			EQUIPAMENTO INDUSTRIAL				
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ALUGUER	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	
Volume de negócios	13.364.282	325.237.056	14.873.476	8.577.660	12.316.720	2.024.771	10.817.139	-	10.850.627	13.329.934	88.040	11.432	12.900	-129.946.977	281.557.060						
RESULTADOS																					
Resultados operacionais	-1.304.760	3.310.268	24.277	459.589	306.608	1.278.832	2.169.899	-4.684	-1.014.367	198.682	910	8.824	5.456	791.102	6.230.636						
Resultados financeiros	319	-222.280	-10.227	-211.113	2.139	-421	-895.701	10	-117	-5.260	-376	5	-1	-	-1.343.023						
Resultados líquidos com Interesses Minoritários	-1.304.442	2.854.755	234	263.127	272.914	1.130.037	1.141.708	-43.080	-1.014.484	162.362	472	7.805	4.821	484.022	3.960.251						
OUTRAS INFORMAÇÕES																					
Ativos	43.354.723	247.800.305	9.427.278	7.854.762	14.816.630	2.195.506	19.862.771	23.543.072	-	7.408.814	-	-	-	-127.794.187	248.469.674						
Passivos	7.894.006	138.911.531	6.139.322	5.835.125	4.440.385	659.257	10.459.289	3.583.249	-	1.426.390	-	-	-	-60.113.120	119.235.434						
Dispendios de capital fixo (1)	1.360.340	3.064.697	217.071	3.528.720	71.267	51.367	3.508.877	-	-	37.666	-	-	-	-72.423	11.767.582						
Depreciações (2)	1.271.572	3.406.308	210.913	2.755.334	66.618	48.015	3.404.442	-	-	176.207	-	-	-	121.884	11.461.293						

(1) Investimento: (Variação do Ativo Fixo Tangível e Intangível) + (Amortizações e Reintegrações do Exercício). (2) Do Exercício.

A linha “Volume de negócios” inclui as rubricas Vendas, Prestação de Serviços e o montante de cerca de 11.392.995 Euros (9.917.140 Euros em 2014) referente a Aluguer de Equipamento contabilizados na rubrica Outros rendimentos Operacionais (Nota 32).

A coluna “Eliminações” inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento “Veículos Automóveis”.

29. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foi como se segue:

MERCADO	DEZ-15		DEZ-14	
	VALOR	%	VALOR	%
Nacional	284.558.320	89,12%	251.841.951	92,71%
Bélgica	24.836.222	7,78%	10.087.444	3,71%
Palop's	9.387.941	2,94%	8.936.721	3,29%
Reino Unido	225.305	0,07%	248.166	0,09%
Espanha	39.503	0,01%	51.199	0,02%
Alemanha	8.961	0,00%	2.918	0,00%
Outros Mercados	251.290	0,08%	471.521	0,17%
	319.307.542	100,00%	271.639.920	100,00%

30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta-se da seguinte forma:

	DEZ-15	DEZ-14
Subcontratos	1.888.171	1.756.744
Serviços especializados	15.069.044	14.941.310
Trabalhos especializados	5.188.763	4.581.772
Publicidade e propaganda	7.008.404	7.286.647
Vigilância e segurança	403.910	421.811
Honorários	791.266	804.153
Comissões	195.711	455.617
Conservação e reparação	1.480.990	1.391.310
Materiais	748.861	665.011
Energia e fluidos	3.008.991	2.946.786
Deslocações, estadas e transportes	2.588.379	2.196.529
Deslocações e estadas	1.392.822	1.255.308
Transportes de pessoal	100.174	91.787
Transportes de mercadorias	1.095.383	849.434
Serviços diversos	13.113.301	10.940.914
Rendas e alugueres	2.651.292	2.220.974
Comunicação	648.714	739.427
Seguros	1.247.558	1.095.682
Royalties	339.332	299.027
Contencioso e notariado	36.908	26.895
Limpeza, higiene e conforto	699.576	572.228
Outros serviços	7.489.921	5.986.681
	36.416.747	33.447.294

31. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	DEZ-15	DEZ-14
Remunerações dos órgãos sociais	550.505	550.505
Remunerações do pessoal	26.402.788	24.866.774
Pensões	1.017.801	491.833
Indemnizações	325.200	229.264
Encargos sobre remunerações	6.422.571	5.972.644
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	345.064	346.424
Outros gastos com o pessoal	3.609.363	3.381.037
	38.673.292	35.838.481

Durante os exercícios findos em dezembro de 2015 e 2014, o número médio de pessoal foi o seguinte:

PESSOAL	DEZ-15	DEZ-14
Empregados	1.069	1.042
Assalariados	498	450
	1.567	1.492

32. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outros rendimentos operacionais" tem a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	DEZ-15	DEZ-14
Recuperação de encargos com garantias e outras despesas operacionais	12.404.517	10.314.914
Aluguer de equipamento	11.386.995	9.911.140
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	3.736.109	2.355.039
Rendas cobradas	3.303.270	2.765.899
Trabalhos para a própria empresa	3.229.257	2.387.764
Subsídios à exploração	2.424.126	2.111.253
Indemnizações de sinistros	2.338.020	-
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	2.081.026	2.022.259
Serviços prestados	2.074.004	1.810.834
Recuperação de despesas	1.552.759	1.285.562
Mais-valias na alienação de propriedades de investimento	1.470.075	-
Mais-valias na alienação de ativo fixo tangível	194.820	344.648
Correções relativas a exercícios anteriores	33.699	249.227
Mais-valias na alienação de imobilizado financeiro	-	11.084
	46.228.677	35.569.623

Detalhando os principais valores acima mencionados, temos a referir que:

- a rubrica Recuperação de encargos inclui essencialmente redébitos à Toyota Motor Europe relativos a garantias e redébitos a concessionários associados a despesas operacionais;
- a rubrica “Serviços Prestados” se refere essencialmente a débitos de fees administrativos a empresas fora do perímetro Toyota Caetano;
- a rubrica “Recuperação de despesas” inclui, entre outros, rendimentos relacionados com serviços sociais (débito de despesas com cantina e formação a empresas fora do perímetro Toyota Caetano).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros gastos operacionais” tem a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	DEZ-15	DEZ-14
Impostos	974.081	1.231.263
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	942.212	8.244
Perdas em Inventários	24.217	15.471
Descontos pronto pagamento concedidos	10.096	11.561
Perdas nos restantes investimentos financeiros	6.755	11.047
Dívidas incobráveis	3.551	372.989
Outros	1.039.643	1.219.151
Multas e penalidades	215.355	94.339
Correções relativas a exercícios anteriores	124.316	75.710
Quotizações	23.987	14.931
Donativos	3.548	2.393
Outros não especificados	672.437	1.031.778
	3.000.555	2.869.726

33. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS	DEZ-15	DEZ-14
Juros Suportados	1.750.929	1.235.618
Outros gastos e perdas financeiros	442.710	291.908
	2.193.639	1.527.526

RENDIMENTOS E GANHOS	DEZ-15	DEZ-14
Juros Obtidos	33.257	184.503
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	55.230	-
	88.487	184.503

A rubrica de outros ganhos e rendimentos financeiros inclui, em 31 de dezembro de 2015, variações de justo valor de derivados no valor de 55.230 Euros.

34. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do grupo a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

DESCRIÇÃO	NOTA	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS	
		DEZ-15	DEZ-14	DEZ-15	DEZ-14
Instrumentos Financeiros Derivados	25	-	-	94.532	149.762
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	9	3.463.450	3.119.634	-	-
Clientes	11	56.877.240	57.601.885	-	-
Outras Dívidas de Terceiros - corrente	12	3.146.581	4.417.305	-	-
Empréstimos Bancários	18	-	-	46.752.631	40.294.737
Locações financeiras	18	-	-	17.040.409	9.592.323
Descobertos Bancários	18	-	-	20.276	746.337
Outros Empréstimos	18	-	-	-	272.678
Dívidas a Terceiros	20	-	-	1.265.885	1.740.504
Estado e Outros Entes Públicos	21	1.254.043	997.206	9.663.087	10.938.452
Fornecedores	19	-	-	36.237.691	31.579.655
Caixa e Equivalentes a caixa	15	11.364.954	12.530.999	-	-
		76.106.268	78.667.029	111.074.511	95.314.448

INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR

DESCRIÇÃO	NOTA	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS	
		DEZ-15	DEZ-14	DEZ-15	DEZ-14
Instrumentos Financeiros Derivados	25	-	-	(94.532)	(149.762)
Investimentos Disponíveis para Venda	9	3.463.450	3.119.634	-	-
		3.463.450	3.119.634	(94.532)	(149.762)

CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO

DESCRIÇÃO	ATIVO FINANCEIRO DISPONÍVEL PARA VENDA		INSTRUMENTOS DERIVADOS		NÍVEL
	AO JUSTO VALOR	AO CUSTO	COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA	NEGOCIAÇÃO	
Fundo Cimóvel	3.396.713	-	-	-	1)
Diversos	-	66.737	-	-	3)
Swap taxa juro	-	-	-	(94.532)	2)

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 27-A da IFRS 7, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- nível 1 - preços cotados - ativos financeiros disponíveis para venda: 3.396.713 Euros (3.052.897 Euros em 2014);
- nível 2 - inputs diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços) - derivado de negociação (swap): - 94.532 Euros (-149.762 Euros em 2014);
- nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

IMPACTO NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA E NO CAPITAL PRÓPRIO

DESCRIÇÃO	IMPACTO EM CAP. PRÓPRIO		IMPACTO EM RESULTADOS	
	DEZ-15	DEZ-14	DEZ-15	DEZ-14
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	55.230	(30.240)
Investimentos Disponíveis para Venda	343.816	(221.742)	-	-
	343.816	(221.742)	55.230	(30.240)

35. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Durante o período de 2015, os pagamentos mínimos relativos a locações operacionais ascenderam a cerca de 6,4 milhões de Euros (2014: 7,9 milhões de Euros). Do referido montante, 2,2 milhões referem-se a pagamentos com maturidade de um ano, 4,2 milhões respeitam a pagamentos a ocorrer no período entre dois a cinco anos e 62 milhares de Euros referem-se a pagamentos de maturidade superior a cinco anos.

PAGAMENTOS MÍNIMOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL	DEZ-15	DEZ-14
Não mais de um ano	2.204.088	2.102.409
Mais de um ano e não mais de cinco	4.172.432	4.657.637
Mais de cinco	62.214	1.177.016
	6.438.734	7.937.062

36. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

EMPRESA RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	ARECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Amorim Brito & Sardenha, Lda.	77	-	-	-	-	-	-	-	-	2.268
Atlântica - Companhia Portuguesa de Pesca, S.A.	5.111	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auto Partner Imobiliária, S.A.	-	15.094	-	-	-	-	-	258.252	-	-
Cabo Verde Rent-a-Car, Lda.	22.437	-	-	-	-	-	104.058	146.956	-	-
Caetano Active (Sul), Lda.	1.232	5.730	2.485	35.642	-	-	6.267	16.983	-	444
Caetano Aeronautic, S.A.	267.024	-	64.960	-	-	-	32.368	-	-	237.080
Caetano Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	426.740	130.915	3.307.421	416.282	4.070	22.672	3.535	298.529	267.489	623.719
Caetano City e Active (Norte), S.A.	3.543	4.632	25.861	54.285	-	-	8.240	(15.045)	(76)	22.160
Caetano Drive, Sport e Urban, S.A.	65.976	49.153	(703)	96.528	609.830	725.155	101.737	360.186	(228)	250.519
Caetano Equipamentos, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	315
Caetano Fórmula, S.A.	93.988	324.877	32.711	811.587	-	45.304	53.874	(27.684)	-	140.668
Caetano Fórmula East África, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177
Caetano Fórmula Moçambique S.A.	300	-	-	-	-	-	-	-	-	1.131
Caetano Fórmula Senegal, S.A.U.	2.068	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caetano Fórmula West África, S.A.	55	-	-	-	-	-	-	-	-	2.255
Caetano Motors, S.A.	40.342	337	(15.572)	10.398	-	-	6.526	48.285	(152)	166.275
Caetano Move África, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17

EMPRESA RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
Caetano One CV, Lda.	204.152	-	116.018	-	-	-	27.832	-	-	25.194
Caetano Parts, Lda.	82.310	1.026.379	1.558.292	6.053.858	-	9.250	4.114	14.584	-	212.125
Caetano Power, S.A.	16.096	2.724	[14.585]	126.510	928.429	1.064.033	16.915	[12.560]	[127]	173.236
Caetano Retail (S.G.P.S.), S.A.	21.253	893	[186]	-	-	-	333	5.442	-	69.121
Caetano Star, S.A.	69.132	36.388	39.284	134.329	-	-	16.506	54.731	[60]	8.907
Caetano Technik, Lda.	37.608	321	[17.425]	10.850	17.732	12.179	[1.542]	[4.990]	[76]	167.613
Caetano UK Limited	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	7.717.330	22.704	66.174	65.065	2.001.951	-	4.337	185.175	1.500	3.444.820
Caetsu Publicidade, S.A.	71.619	376.733	79.591	2.640	-	-	30.165	2.800.441	310	238
Carplus - Comércio de Automóveis, S.A.	6.277	855	65.602	-	15.610	14.926	144.342	[3.888]	[152]	218.177
Central Solar de Castanhos, S.A.	102	-	-	-	-	-	-	-	-	102
Choice Car, S.A.	461	-	-	954	-	-	395	-	-	6.266
Ciberquia, S.A.	9.954	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cociga - Construções Civas de Gaia, S.A.	4.730	135.073	425	-	1.523.130	-	-	88.676	-	4.427
Drive Angola, S.A.	300	-	-	-	-	-	-	-	-	300
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	106.728	104.632	854.573	310.318	-	-	203.470	1.131.392	31.181	26.825
Fundação Salvador Caetano	682.722	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Globalwatt, (S.G.P.S.), S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51
Grupo Salvador Caetano, (S.G.P.S.), S.A.	39.608	-	-	-	-	-	-	-	-	102
Guérin - Rent-a-Car (Dois), Lda.	101.345	36.773	11.085	171.961	-	-	415.527	59.755	-	75.031
Ibericar Auto Nipon, S.A.	16.300	-	-	24.897	-	-	-	-	-	-
Lavorauto - Administração e Consultoria de Empresas, S.A.	-	-	-	-	-	-	30.597	-	-	-
Lidera Soluciones, S.L.	-	600	-	-	-	-	-	116.141	-	-
Lusilectra - Veículos e Equipamentos, S.A.	183.602	166.203	185.079	31.794	774.818	5.000	70.377	391.711	12.104	76.958
MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	-	3.263	1.005	-	-	-	660	650.135	13.008	185.188
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	116.363	75.041	485	2.488.609	751	-	5.056	48.103	1.974.877	21.428
Platinum V.H. - Importação de Automóveis, S.A.	9.181	-	16	-	-	-	1.328	-	1.604	23.218
POAL - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	17.806	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	202.983	15.517	2.922	71.794	6.199	-	38.488	239	57.496	59.514
PV Loiral- Produção de Energia, Lda.	102	-	-	-	-	-	-	-	-	102
Rarcon - Arquitetura e Consultadoria, S.A.	-	18.344	-	-	87.580	-	-	137.772	6.500	166
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	137.842	869.261	943	584	114.801	-	124.521	3.960.112	26.218	397.749
Robert Hudson, LTD	34.857	-	33.302	-	-	-	-	-	-	6.492
Salvador Caetano Auto África, (S.G.P.S.), S.A.	811.954	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Salvador Caetano Equipamentos, S.A.	-	-	238	-	-	-	-	-	-	6
Searas Morenas, Lda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
Simoga - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	1.036	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sol Green Watt, S.L.	-	-	-	-	-	-	557	-	-	-
Spramo - Publicidade & Imagem, S.A.	-	681	-	-	-	-	-	-	-	-
Tovicar - Sociedade Comercial de Automóveis, S.A.	5.258	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turispava - Sociedade Turística Paivense, S.A.	315	-	-	-	-	-	-	-	-	769
VAS África (S.G.P.S.), S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	563
Vas Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	63.473	-	5.167	-	-	-	92.663	24.019	-	163.073
	11.701.692	3.423.123	6.405.168	10.918.885	6.084.901	1.898.519	1.543.246	10.733.452	2.391.416	6.815.132

37. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO:

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	DEZ-15	DEZ-14
Por Créditos Abertos	110.504	110.504
Por Fianças Prestadas	7.000.000	7.511.119
	7.110.504	7.621.623

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, relativos a “Fianças Prestadas”, o montante de 4 milhões de Euros refere-se à caução prestada à A.T.A. (Autoridade Tributária e Aduaneira).

Na sequência de financiamentos contratados em 2012, no valor de 29,9 milhões de Euros, dos quais encontram-se, a esta data, por amortizar cerca de 11,1 milhões de Euros (ver detalhe Nota 18), o Grupo concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contração dos referidos financiamentos, em cerca de 37,8 milhões de Euros.

LIQUIDAÇÕES DE IMPOSTOS:

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2011 a 2015 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos.

CAETANO – AUTO, S.A.

A Empresa regista no seu Ativo, na rubrica de Setor Público Estatal, o valor de juros e encargos pagos à Administração Fiscal, no montante de 24.909 Euros, com os quais não concorda por os entender indevidos e, por isso, procedeu à necessária impugnação judicial, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.

Em consequência do mesmo, a Caetano Auto rececionou já o duto acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que julgou a impugnação judicial totalmente procedente pelo qual, à data, se aguarda somente o necessário depósito bancário.

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

RECLAMAÇÃO DE INDEMNIZAÇÃO POR CESSAÇÃO DE CONTRATO DE AGÊNCIA

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para a empresa, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do Agente.

Em janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável à Toyota Caetano Portugal, tendo, no entanto, o referido Agente apresentado recurso em setembro de 2011, aguardando-se nova decisão. Durante o exercício de 2012 foram apresentadas alegações e contra-alegações de recurso para o supremo Tribunal de Justiça.

Em 2014, a empresa notificada do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça tendo a pagar uma indemnização por danos indiretos e não patrimoniais. A esta indemnização serão deduzidos os valores a receber e respetivos juros relativos a um processo instaurado pela empresa contra o agente.

É convicção da Administração de que não resultarão responsabilidades para as empresas decorrentes do desfecho deste processo.

IMPUGNAÇÃO JUDICIAL DE DESPEDIMENTO COLETIVO

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que o processo de despedimento coletivo ocorrido em 2012 se encontra sustentado em motivos de mercado, estruturais e tecnológicos, razão pela qual não se espera que advenham quaisquer responsabilidades para o Grupo decorrentes do desfecho deste processo.

VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. O Grupo e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É, no entanto, nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2015.

38. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	DEZ-15	DEZ-14
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	550.505	550.505

39. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foi como segue:

	DEZ-15	DEZ-14
Honorários Totais referentes revisão legal de contas	59.670	59.525
	59.670	59.525

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2015 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 1 de abril de 2016.

O Contabilista Certificado

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Nobuaki Fujii

Matthew Peter Harrison

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

05

PARECERES



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2015 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.
2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos, durante o exercício, ao acompanhamento dos negócios sociais, sua evolução e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis e adequadas, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação, por amostragem, dos respetivos registos.
3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
4. Analisamos a Certificação Legal das Contas individuais e a Certificação Legal das Contas consolidadas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com as quais concordamos.

Assim sendo,

5. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.
6. E, nos termos do n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. declara que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 245.º- A do Código dos Valores Mobiliários.
7. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:
 - a) Aprove o relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015;
 - b) Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório do Conselho de Administração.

Vila Nova de Gaia, 4 de abril de 2016

José Domingos da Silva Fernandes - Presidente

Alberto Luís Lema Mandim

Maria Lívia Fernandes Alves

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Vila Nova de Gaia, 4 de abril de 2016

José Domingos da Silva Fernandes - Presidente

Alberto Luís Lema Mandim

Maria Livia Fernandes Alves

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 246.624.989 euros e um total de capital próprio de 129.294.173 euros, incluindo um resultado líquido de 6.474.875 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Toyota Caetano Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

1 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados

- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 20161485

representada por:

José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 265.919.043 euros e um total de capital próprio de 129.653.532 euros, o qual inclui interesses não controlados de 1.647.295 euros e um resultado líquido de 6.134.247 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

1 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados

- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 20161485

representada por:

José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Remunerações da sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. vem declarar o seguinte:

a) Cumprimento da Política de Remunerações definida para o Exercício de 2015:

Analisados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que não ocorreu qualquer alteração remuneratória dos elementos dos órgãos sociais durante o exercício de 2015, tendo assim sido cumprida a proposta desta Comissão aprovada na Assembleia Geral de 30 de abril de 2015.

b) Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2016:

Face à conjuntura económica atual e atendendo às previsões de atividade e resultados para o exercício de 2016, fornecidas pela Administração da Sociedade, é entendimento desta Comissão que devem ser mantidos os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais até ao terminus do mandato que agora se inicia e caso estes mantenham funções executivas.

Contudo, esta Comissão admite a possibilidade de rever a política agora definida, como medida estratégica de adaptação à evolução da conjuntura económica e dos seus impactos no setor automóvel.

Para os elementos não executivos é parecer desta Comissão que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo, aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Sociedade, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em 2015, ao não ter sido atribuída esta componente de remuneração, foi cumprida a proposta desta Comissão de não ultrapassar os 2% dos resultados distribuíveis.

Assim sendo e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, vem esta Comissão de Remunerações propor a manutenção do critério estipulado para 2016, ou seja, que a remuneração variável dos membros Executivos do Conselho de Administração não exceda os 2% dos resultados distribuíveis apurados no exercício de 2015.

A decisão de atribuição de Remuneração Variável em função dos resultados obtidos tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo, portanto, um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e, simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo artigo, garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, cumpre-nos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização, sendo proposta desta Comissão a manutenção deste critério.

A prática da empresa nos timings de pagamentos anuais deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo portanto de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009.

A Comissão de Remunerações

Alberto Luís Lema Mandim

Maria Conceição Monteiro da Silva

Francelim Costa da Silva Graça

06

GOVERNO
SOCIETÁRIO



RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I – ESTRUTURA DO CAPITAL

1. Estrutura do Capital.

Em 31 de dezembro de 2015 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada, sendo que todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações.

A Sociedade não adota quaisquer restrições à transmissibilidade das ações ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias.

Não aplicável.

4. Acordos significativos com cláusulas de mudança de controlo.

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 6 da Parte I.

5. Renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista.

Não aplicável.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Esta sociedade tem conhecimento de um acordo parassocial instituído paralelamente ao contrato de distribuição com a Toyota Motor Europe NV/SA, o qual garante à empresa-mãe Toyota Motor Corporation que a empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A. (Holding familiar de Salvador Caetano) manterá uma detenção mínima do capital social desta sociedade de cerca de 60%, enquanto o contrato de distribuidor nacional Toyota vigorar. Tal acordo tem a natureza de mero “compromisso de honra” pois do mesmo não constam cláusulas penalizantes em caso de incumprimento.

II – PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Titulares de participações qualificadas, percentagem de capital e de votos imputável, fonte e causas de imputação

Participações qualificadas no capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A:

ACIONISTA	Nº DE AÇÕES	% CAPITAL SOCIAL COM DIREITO DE VOTO
Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A.	21.288.281	60,824%
Toyota Motor Europe NV/SA diretamente	9.450.000	27,000%
Salvador Fernandes Caetano (Herdeiros de) diretamente	1.399.255	3,998%

8. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não detêm ações nem obrigações da Empresa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Nº AÇÕES	Nº OBRIGAÇÕES
José Reis da Silva Ramos	0	0
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	0	0
Salvador Acácio Martins Caetano	0	0
Miguel Pedro Caetano Ramos	0	0
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	0	0
Matthew Peter Harrison	0	0
Nobuaki Fujii	0	0
Yoich Sato	0	0
CONSELHO FISCAL	Nº AÇÕES	Nº OBRIGAÇÕES
José Domingos da Silva Fernandes	0	0
Alberto Luís Lema Mandim	0	0
Maria Lúvia Fernandes Alves	0	0
Takao Gonno	0	0

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital.

Dentro das competências do Conselho de Administração descrita no ponto 21 da Parte I não se encontra prevista de forma explícita nenhuma concessão de poder específico no que respeita a deliberações de aumento do capital.

10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Durante o exercício de 2015 não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I – ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é composta por todos os acionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

A sociedade coloca à disposição dos membros da mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos e apoio adequados às suas necessidades, através do departamento legal da sociedade. Este colabora ativamente na preparação das Assembleias Gerais, garantindo a publicação das respetivas convocatórias, receção e controlo de todas as comunicações de acionistas e intermediários financeiros, trabalhando em estreita colaboração e garantindo, igualmente, toda a logística das assembleias-gerais.

11. Identificação, cargo e mandato (início e fim) dos membros da mesa da assembleia geral.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por 4 membros conforme a seguir indicado:

José Lourenço Abreu Teixeira – Presidente

Manuel Fernando Monteiro da Silva – Vice-Presidente

Maria Olívia Almeida Madureira – Secretário

Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta – Secretário

A atual mesa da Assembleia Geral, foi eleita em 30 abril 2015 por um período de 4 anos e cessa o seu mandato em 31 dezembro 2018.

A informação infra abrange os pontos 12 a 14 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, artigo 4º n.º 6, a cada grupo de cem ações corresponde um voto.

Os acionistas que pretendam estar presentes devem ter as suas ações averbadas em seu nome no Livro de Registo de Ações da Sociedade ou fazer prova do respetivo depósito em intermediário financeiro, através de fax ou correio eletrónico, até cinco dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral.

Não se encontram consideradas nos Estatutos da empresa regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

Têm direito de estar presentes na Assembleia Geral, e aí discutir e votar, os acionistas que sejam titulares legítimos de ações com direito a, pelo menos, um voto. Porém, os acionistas que não possuam número mínimo de cem ações podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Nos termos dos Estatutos da empresa não se encontra contemplado o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não existem regras estatutárias definidas para o exercício do direito de voto exceto no que respeita ao quórum mínimo de 75% necessário à aprovação das seguintes deliberações:

- a) Alteração do contrato da Sociedade;
- b) Incorporação de fundos de reservas no capital social, nomeada e especificamente reservas de reavaliação;
- c) Transmissão, locação ou cessão de exploração de toda ou de uma parte importante da atividade da sociedade, e sucessão ou aceitação da atividade de uma terceira entidade;
- d) Redução ou aumento de capital;
- e) Divisão de lucros e fixação de percentagem de dividendos, bem como a eventual distribuição de fundos de Reservas Livres;
- f) Emissão de obrigações;
- g) Eleição ou destituição de todos ou de alguns dos membros dos órgãos sociais;
- h) Eleição ou destituição dos membros da Comissão de Remunerações;
- i) Fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, bem como a nomeação de liquidatários;
- j) Aquisição, alienação, transmissão, locação e cessão de bens do ativo fixo tangível com valor de transação superior a dois milhões e quinhentos mil euros.

Se, para deliberar sobre os assuntos referidos no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

Os Senhores Acionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

- a) Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa a qual incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das ações e, ainda, sobrescrito fechado contendo a declaração de voto;
- b) A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o ato;
- c) Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia-Geral, sendo adicionados aos aí exercidos.
- d) Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:
 - a indicação da Assembleia-Geral e do ponto ou pontos da respetiva ordem de trabalhos a que respeita;
 - a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta a declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.
 - a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o acionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.
- e) Entende-se que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.

A Toyota Caetano Portugal disponibiliza na página da internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt) um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Conforme descrição a declaração de voto tem de ser rececionada pela empresa até cinco dias antes da realização da Assembleia Geral.

Cumpramos informar que de acordo com os atuais Estatutos da Sociedade não se encontra prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

II – ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

COMPOSIÇÃO

15. Identificação do modelo de governo adotado.

A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas. Da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração conclui-se que a adoção deste modelo permite a existência de um órgão de fiscalização com poderes de fiscalização efetivos e reforçados, composto integralmente por membros sujeitos a um regime de incompatibilidades e a requisitos de independência.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do conselho de administração.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, pelo período de quatro anos, renovável, a quem compete praticar todos os atos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objeto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, acionistas e trabalhadores. A Assembleia Geral poderá igualmente eleger dois administradores suplentes.

De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. a designação e substituição dos membros do órgão de administração seguem as seguintes regras:

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;
- d) Por eleição de novo administrador.

A designação de administradores não executivos está de acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. seguindo as seguintes regras:

Substituição de membro cessante

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;

Novo membro

- d) Por proposta e correspondente eleição em Assembleia Geral.

A nomeação de novos administradores não executivos é efetuada por eleição em Assembleia Geral.

17. Composição, consoante aplicável, do conselho de administração.

Conselho de Administração eleito em 2015 por um período de 4 anos, cessando o seu mandato em 2018, é composto, de acordo com os estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A., por 7 membros e um membro suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

TITULAR	FUNÇÃO		INDEPENDÊNCIA	DATA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO
José Reis da Silva Ramos	Presidente	Executivo	Não	29/01/10
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	30/03/89
Salvador Acácio Martins Caetano	Vogal	Executivo	Não	30/03/89
Miguel Pedro Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	23/04/10
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	Vogal	Executivo	Não	23/04/10
Matthew Peter Harrison	Vogal	Não Executivo	Não	27/08/15
Nobuaki Fujii	Vogal	Não Executivo	Não	01/04/16
Yoicho Sato	Vogal suplente	Não Executivo	Não	24/04/14

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do conselho de administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.

No ponto 17 da Parte I, encontram-se discriminados os administradores executivos e não executivos, bem como aqueles que são considerados independentes.

Os membros executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. não podem ser considerados independentes, na medida em que todos eles fazem parte do Conselho de Administração da empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A., empresa detentora de cerca de 61% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A., e que sobre ela exerce uma influência dominante.

Os membros não executivos não exercem qualquer outra função em sociedades residentes não existindo qualquer incompatibilidade no exercício das suas funções, não podendo, no entanto, também ser considerados independentes em virtude de representarem a Toyota Motor Europe, empresa detentora de 27% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A..

A avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração realizada pelo órgão de administração tem por base o art.º 414º nº5 do Código das Sociedades Comerciais.

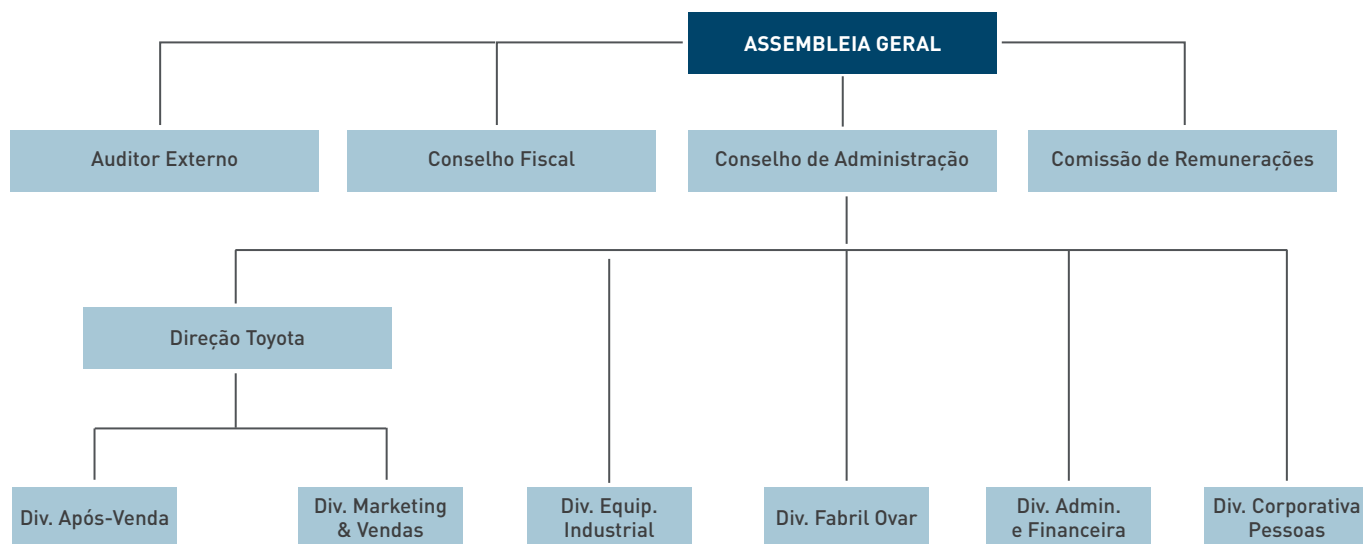
19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do conselho de administração.

Encontra-se divulgado em anexo (Anexo I) as qualificações profissionais dos membros executivos do Conselho de Administração.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do conselho de administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Atualmente nenhum membro do Conselho de Administração detém ações da Empresa. Todavia, refira-se que o processo de partilha de património do Sr. Salvador Fernandes Caetano encontra-se ainda em curso.

21. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.



FUNCIONAMENTO

Conselho de Administração

O Conselho de Administração delega competências num diretor responsável por cada uma das divisões identificadas no organograma acima, nomeadamente de gestão corrente e com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da atividade desenvolvida. Refira-se que é elaborado um orçamento anual o qual é, no decurso do exercício, sujeito a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da empresa.

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, assim como praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social e, em especial:

- Sem necessidade de deliberação dos acionistas, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal, quer no estrangeiro;
- Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral, adquirir bens imóveis e, com o parecer prévio do Conselho Fiscal, aliená-los;
- Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extratos de faturas e outros quaisquer títulos de crédito;
- Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações;
- Constituir mandatários da Sociedade;
- Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei;
- Assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

Os membros executivos do Conselho de Administração disponibilizam a todos os Órgãos Sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridas, nomeadamente convocatórias e atas das reuniões do Conselho, em tempo útil e de forma adequada ao requerido.

Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

No âmbito da sua função de fiscalização o Conselho Fiscal supervisiona o processo de auditoria interna tendo acesso a todos os relatórios preparados os quais incluem, entre outras, matérias relacionadas com prestação de contas.

É também da sua competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento.

22. Regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do conselho de administração.

A Empresa está a desenvolver esforços no sentido da criação e divulgação na página da Internet da Empresa dos regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do conselho de administração.

O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros.

Durante o ano de 2015 o Conselho de Administração reuniu seis vezes, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho de Administração, tendo estado presente todos os seus membros.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Assembleia Geral delegou na Comissão de Remunerações a definição das políticas remuneratórias a aplicar bem assim como a avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração e informar a Assembleia Geral sobre as políticas propostas e o seu cumprimento.

A política de remunerações dos Órgãos de Administração é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está diretamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.

No entanto, todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como "Gratificação de Balanço" ou bónus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

Em relação às políticas a serem seguidas relativamente à remuneração variável do órgão de Administração, esta têm dependido exclusivamente dos resultados anuais líquidos obtidos pela empresa, seguindo de alguma forma a política de distribuição de dividendos e de gratificação a colaboradores que tem sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas e que, em termos históricos e considerando o agregado total do Conselho de Administração, tem correspondido a cerca de 3% dos Resultados líquidos anuais, admitindo-se contudo alguma flexibilidade no intervalo de atribuição, o qual poderá descer aos 1,5% no seu limite inferior e nunca exceder os 4% no seu limite superior.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do conselho de administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os membros executivos do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de administração nas seguintes empresas:

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º José Reis da Silva Ramos Presidente do Conselho de Administração TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Saltano – Invest. e Gestão, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanobus – Fabricação. de Carroçarias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lusilectra – Veículos e Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Indústria (S.G.P.S.), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Atlântica – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, Lda.	Gerente
	Movicargo - Serviços Aduaneiros, Lda.	Gerente
Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal do Conselho de Administração TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Atlântica – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Poal - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Cociga – Construções Civas de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Covim - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Vice-Presidente do Cons. Adm.
	Saltano – Invest. e Gestão, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano Vogal do Conselho de Administração TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano-Baviera – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano-Auto, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Tovicar – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Retail, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Star, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Turispaiva – Soc. Turística Paivense, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lavorauto - Administração Imb. E Cons. de Empresas, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Saltano – Invest. E Gestão, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting,S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga – Com. Int. E participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Cociga – Construções Civas de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Amorim Brito & Sardinha, Lda.	Gerente
Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Engº Miguel Pedro Caetano Ramos Vogal do Conselho de Administração TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Salvador Caetano Capital (S.G.P.S.), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Globalwatt, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Vas África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	VAS, Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Fórmula East África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Fórmula West África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Move África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Sol Green Watt, s.l.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanolyrsa, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Ibericar, Sociedad Iberica del Automóvil, S.A.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Lidera Soluciones, S.L.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Retail, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Auto, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Barcelona Premium, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	MAPFRE Seguros Gerais, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Guerin - Rent-a-Car (Dois) LDA.	Gerente
	Robert Hudson, Limitada	Gerente
Ibericar Centro Auto, S.L.	Gerente	
Simba Caetano Fórmula, Limited	Gerente	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Dr. Rui Manuel Machado de Noronha Mendes Vogal do Conselho de Administração TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Equipamentos, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Equipamentos, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Simba Caetano Fórmula, Ltd	Gerente

Cumpra informar que os administradores executivos apenas exercem funções em órgãos de administração de empresas subsidiárias e participadas, direta ou indiretamente pelo que a sua disponibilidade é total.

Os membros não executivos não têm quaisquer funções de administração noutras empresas, desenvolvendo a sua atividade profissional na Toyota Motor Europe.

COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A informação prevista nos pontos 27 a 29 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade.

Considerando a composição do órgão de administração, o modelo de governo e a estrutura acionista da empresa, o Conselho de Administração não entende adequada às suas especificidades a criação de comissões especializadas.

III – FISCALIZAÇÃO

COMPOSIÇÃO

30. Identificação do órgão de fiscalização.

O órgão de fiscalização adotado de acordo com o modelo latino de governação da sociedade foi o Conselho Fiscal.

31. Composição, consoante aplicável, do conselho fiscal.

O Conselho Fiscal é composto por dois membros efetivos e dois suplentes.

O atual Conselho Fiscal foi eleito em 2015 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 2018, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

TITULAR	FUNÇÃO	INDEPENDÊNCIA	Nº AÇÕES	DATA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO
José Domingos da Silva Fernandes	Presidente	Sim	0	2011-04-28
Alberto Luís Lema Mandim	Vogal	Sim	0	2012-04-27
Maria Lívia Fernandes Alves	Suplente	Sim	0	2012-04-27
Takao Gonno	Suplente	Sim	0	2013-04-24

32. Identificação dos membros do conselho fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC.

O Presidente do Conselho Fiscal e Vogais cumprem com as regras de incompatibilidade e independência previstas no nº1 do art.º 414-A e nº 5 do art.º 414, respetivamente, do Código das Sociedades Comerciais sendo que adicionalmente o Conselho Fiscal procede a respetiva autoavaliação.

33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do conselho fiscal.

Os membros do Conselho de Fiscal possuem competências adequadas ao exercício das respetivas funções e o Presidente está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal (Anexo I).

FUNCIONAMENTO

34. Regulamento de funcionamento do conselho fiscal.

Os regulamentos de funcionamento dos órgãos de fiscalização não se encontram divulgados no sítio na Internet da sociedade.

Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas

Nos termos dos artigos 420.º, número 1, alíneas c), d), e) e f) e 446.º, número 3 do Código das Sociedades Comerciais, ao Revisor Oficial de Contas compete verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, e ainda a exatidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto também o Revisor Oficial de Contas passou a dever atestar se o relatório de governo da Sociedade divulgado anualmente inclui os elementos exigidos nos termos legais, designadamente, no que respeita às participações qualificadas no capital social da Sociedade, à identificação dos acionistas titulares de direitos especiais e descrição de tais direitos, a eventuais restrições em matéria de direito de voto, às regras aplicáveis à nomeação e substituição de administradores e à alteração dos Estatutos da Sociedade, aos poderes e deliberações do órgão de administração, e aos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do conselho fiscal.

O Conselho Fiscal reuniu duas vezes durante o ano 2015, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho Fiscal, tendo estado presente todos os seus membros.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do conselho fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daquele órgão.

Os membros do Conselho de Fiscal vêm desempenhando nos últimos cinco anos outras funções nas seguintes empresas:

José Domingos da Silva Fernandes

Presidente do Conselho Fiscal nas sociedades

Caetano – Baviera – Comércio de automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)

Revisor Oficial de Contas nas sociedades

Multiponto, S.A.

Summertime – Sociedade Imobiliária, S.A.

Convemaia – Sociedade Imobiliária, S.A.

BDS, S.G.P.S., S.A.

Poliedro, S.G.P.S., S.A.

ONIRAM – Sociedade Construtora de Máquinas Industriais, Lda.

Alberto Luís Lema Mandim

Vogal do Conselho Fiscal nas sociedades

Caetano Auto S.A.

Fundação Salvador Caetano

Maria Livia Fernandes Alves

Membro do Conselho Fiscal na sociedade

Caetano Auto S.A.

Takao Gonno: não exerce qualquer cargo noutras Sociedades

COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES**37. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.**

É competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento, sendo o primeiro destinatário do Relatório do Auditor externo e o interlocutor da Empresa na relação com o último.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal é responsável por propor o prestador de serviços de auditoria externa, a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da Empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. Por fim, o Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor Externo propondo à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

38. Outras funções do órgão de fiscalização.

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 21 da Parte I.

IV – REVISOR OFICIAL DE CONTAS**39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.**

Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Pereira Alves em representação da empresa PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, inscrita sob o nº 9077 na CMVM.

40. Número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O atual Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade desde 2010.

41. Outros serviços prestados pelo revisor oficial de contas à sociedade.

Os outros serviços prestados pelo revisor oficial compreendem a verificação de documentação de suporte do projeto de investimento enquadrado no Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento do Programa Operacional do QREN.

O Conselho de Administração na solicitação dos projetos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002, possam por em causa a sua independência.

V – AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

A Empresa PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda é o auditor externo da sociedade e o sócio Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Pereira Alves em representação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, registo na CMVM nº 9077.

43. Número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo exerce funções consecutivamente junto da Sociedade desde 2010.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não se encontra definida internamente qualquer política de rotação obrigatória do Auditor Externo, para além da legalmente aplicável às entidades de interesse público, sendo o período de rotação obrigatória do sócio revisor oficial de contas que representa o Auditor Externo no cumprimento dessas funções o decorrente da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (7 anos).

45. Órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

O Conselho Fiscal procede anualmente a uma avaliação do trabalho do Auditor Externo, garantindo que o disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), relativamente à rotação do sócio responsável pela execução do trabalho é cumprido.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Os trabalhos, que não revisão de contas, prestados pelo auditor externo à Empresa foram essencialmente serviços de garantia de fiabilidade.

O Conselho de Administração na solicitação dos projetos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

47. Montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante a cada tipo de serviços.

As remunerações pagas aos nossos auditores e a outras pessoas coletivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo ascendem a 60.670 Euros, distribuídas da seguinte forma:

PELA SOCIEDADE	€	%
Valor dos serviços de revisão de contas	29.500	48%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	1.000	2%
POR ENTIDADES QUE INTEGREM O GRUPO		
Valor dos serviços de revisão de contas	30.170	50%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I – ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

A alteração de estatutos da sociedade só é possível mediante aprovação em Assembleia Geral por maioria de 75% do capital social.

Se, para deliberar sobre o assunto referido no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

II – COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

A comunicação de irregularidades deverá ser feita através de entrega de documento escrito ou por e-mail interno dirigido ao representante das relações com o mercado (Ponto 57 Parte I). Este por sua vez despoletará todas as medidas de análise e verificação de factos comunicados, mantendo, se requerido, a confidencialidade da informação inicial e reportando em primeiro lugar as conclusões obtidas ao Conselho de Administração, o qual por sua vez ponderará a comunicação ao mercado, dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos, caso seja entendida a necessidade da sua divulgação.

Essas comunicações são arquivadas durante um período mínimo de cinco anos e, se solicitadas, encontram-se à disposição dos Auditores.

III – CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

A Empresa produz informação financeira com regularidade, sendo que toda a informação de gestão produzida, tanto para uso interno como para divulgação a outras entidades, é preparada com base em sistemas informáticos.

O Conselho de Administração da Empresa delega competências nos diretores responsáveis por cada uma das divisões da empresa com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da informação financeira desenvolvida sujeita a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da empresa.

Organograma contido no ponto 21 da parte I.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos além das referidas em III.50.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

No desenvolvimento das suas atividades, a Toyota Caetano está sujeita, em cada uma das suas áreas de negócio ou das suas participadas, a uma multiplicidade de riscos, que se identificaram com o objetivo de os mitigar e controlar.

Créditos sobre clientes

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional isto é, o risco de um cliente pagar mais tarde ou não pagar os bens adquiridos essencialmente por falta de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em Cabo Verde, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

Créditos sobre clientes

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Toyota Caetano tem:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc).

Risco de Taxa de Juro

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação. A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano compreende os seguintes aspetos:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos;
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor/minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al.m).

Refira-se adicionalmente que a gestão dos riscos anteriormente enunciados contempla:

- análises de sensibilidade (mensuração de impactos potenciais em função da probabilidade de ocorrência de cada risco);
- alinhamento estratégico da sociedade em função dos riscos efetivamente incorridos;
- mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
- mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema de alerta de risco.

IV – APOIO AO INVESTIDOR**56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.**

Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

57. Representante para as relações com o mercado.

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes
Telefone: 227867203
E-mail: rmendes@toyotacaetano.pt

58. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

O representante para as relações com o mercado recebe chamadas diariamente, com várias questões, incluindo esclarecimentos sobre os dividendos, assembleias gerais e outros, geralmente respondidas de imediato, quando a informação é pública.

V – SÍTIO DE INTERNET**59. Endereço**

A página da Internet da Empresa, www.toyotacaetano.pt, encontra-se disponível em português e inglês, de acordo com a recomendação VI.1 da CMVM.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação relativa a “Estatutos”.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do gabinete de apoio ao investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação sobre a composição dos Órgãos Sociais.

Também na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores” existe um separador relativo a “Apoio ao Investidor”, onde se encontra publicada informação sobre a identidade do representante para as relações com o mercado, com os investidores, bem como os contactos.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Relatórios e Contas”, onde se encontra divulgado os documentos de prestação de contas que permanecem acessíveis durante cinco anos.

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Calendários e Eventos” onde se encontra disponível o calendário de eventos societários.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde encontramos a divulgação da convocatória, propostas de deliberação e ata da assembleia geral.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Na página da Internet da Empresa, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde encontramos um acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 7 anos antecedentes.

D. REMUNERAÇÕES

I – COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

II – COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Remunerações é composta pelos seguintes membros:

- Alberto Luís Lema Mandim
- Francelim Costa da Silva Graça
- Maria Conceição Monteiro Silva

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

A experiência profissional dos membros da Comissão de Remunerações permite-lhes exercer as suas responsabilidades de forma eficaz, salvaguardando o interesse da Empresa. Refira-se a este propósito a antiguidade dos membros da Comissão no exercício das suas funções.

A Comissão de Remunerações não contratou para apoiar no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade.

III – ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

A política de remunerações dos diretores responsáveis por cada uma das divisões identificadas no organigrama funcional da Empresa apresentado neste relatório está estruturada num equilíbrio entre o nível de responsabilidade, na parte fixa, e o desempenho em relação aos objetivos traçados quer ao nível do acompanhamento orçamental, quer pelo resultado de projetos pré-acordados, na parte variável.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

Conforme declaração da Comissão de Remunerações anexa (Anexo II), existem mecanismos instituídos na Empresa que permitem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da sociedade.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está diretamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Não houve diferimento do pagamento da componente variável.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações.

Não há atribuição de remuneração variável em ações e tendo em conta o modelo de remunerações os membros do órgão de administração da empresa não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, destinados a mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração.

Não existe qualquer acordo celebrado pelos membros dos órgãos de administração para a atribuição de remuneração variável em ações.

Não existe qualquer acordo celebrado pelos membros dos órgãos de administração que tenha por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que for fixada pela sociedade.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções.

Não há atribuição de remuneração variável em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como “Gratificação de Balanço” ou bónus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (em conjunto com outras associadas) constituiu um fundo de pensões por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988. Este Fundo de Pensões constituído previa, inicialmente, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Face à conjuntura económica, a 1 de janeiro de 2008 procedeu-se a alterações nas condições do Fundo de Pensões Salvador Caetano as quais passaram resumidamente pelas seguintes alterações:

- manutenção de um regime de Benefício Definido (20% do salário pensionável da Segurança Social à data de reforma (65 anos) para os atuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os atuais trabalhadores dos associados do Grupo Salvador Caetano e que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço;

- um Plano de Contribuição Definida para o restante universo de trabalhadores.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam do Fundo Pensões Salvador Caetano desde que cumprindo todos os requisitos exigidos para qualquer outro colaborador de uma das empresas do universo constante do Fundo de Pensões.

Atualmente, o Fundo de Pensões abrange os membros do Conselho de Administração que se encontrem nas condições acima referidas.

IV – DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

A informação infra abrange os pontos 77 a 81 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2015, no exercício das suas funções na Empresa e em Empresas do Grupo foram como segue:

REMUNERAÇÕES	PARTE FIXA		PARTE VARIÁVEL		TOTAL
	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	
Conselho de Administração					
José Reis da Silva Ramos	152.618	0	0	0	152.618
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	112.175	285.712	0	0	397.887
Salvador Acácio Martins Caetano	0	0	0	0	0
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	82.390	0	0	0	82.390
Miguel Pedro Caetano Ramos	0	0	0	0	0
Matthew Peter Harrison	0	0	0	0	0
Nobuaki Fujii	0	0	0	0	0
Yoich Sato	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal					
José Domingos da Silva Fernandes	4.900	0	0	0	4.900
Alberto Luís Lema Mandim	3.500	0	0	0	3.500
Maria Lívia Fernandes Alves	0	0	0	0	0
Takao Gonno	0	0	0	0	0
Total	355.583	285.712	0	0	641.295

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não ocorreu cessação de funções de nenhum administrador executivo pelo que não houve lugar a qualquer pagamento ou é devido qualquer pagamento de indemnizações.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

A remuneração do Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral é constituída por um montante fixo, correspondente à presença efetiva nas reuniões ocorridas durante 2015. Em 2015, o Presidente e o Vice-Presidente da Assembleia Geral não auferiram quaisquer remunerações.

V – ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

A informação prevista nos pontos 83 e 84 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade.

Não existem acordos para o pagamento de qualquer compensação, além da legalmente devida, se a cessação ou destituição for devida a desadequado desempenho do administrador bem como que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI – PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES

A informação prevista nos pontos 85 a 87 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade, uma vez que a Sociedade não adotou quaisquer planos de atribuição de ações nem quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

E. TRANSAÇÕES COM PARTE RELACIONADAS**I – MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO****89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).**

Durante o exercício de 2015 não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Dado que todas as transações realizadas, entre sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, foram realizadas nas condições normais de mercado não houve transações sujeitas a controlo

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do código VM.

O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências, de acordo com os pontos anteriores, não procedeu a avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

II – ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS**92. Local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas.**

Os negócios com partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 36 às demonstrações financeiras consolidadas do Relatório e Contas 2015.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

O Relatório foi elaborado no cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 4/2013 de 18 de julho.

O Relatório encontra-se disponível no sítio da Empresa em www.toyotacaetano.pt, bem como no domínio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em www.cmvm.pt.

2. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Sim	Ponto 12
I.2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Não	Ponto 12
I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Sim	Ponto 12
I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não	Ponto 12
I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	Ponto 12
II.1. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO		
II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	Ponto 21
II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	Ponto 21
II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Não aplicável	

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
<p>II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:</p> <p>a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;</p> <p>b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.</p>	Não aplicável	
<p>II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.</p>	Sim	Ponto 50
<p>II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.</p>	Não	Ponto 17
<p>II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float.</p> <p>A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive,</p> <p>e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>	Não	Ponto 18
<p>II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	Sim	Ponto 21
<p>II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.</p>	Sim	Ponto 21
<p>II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.</p>	Não	Ponto 18
<p>II.2. FISCALIZAÇÃO</p>		
<p>II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.</p>	Sim	Ponto 32
<p>II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.</p>	Sim	Ponto 21

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	Ponto 45
II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Sim	Ponto 21
II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Sim	Ponto 21
II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES		
II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Não	Ponto 68
II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	Ponto 68
II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente: a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Não	Ponto 69
II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.	Não aplicável	
II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.	Sim	Ponto 76
III. REMUNERAÇÕES		
III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Sim	Ponto 70
III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Sim	Ponto 77
III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Não	Ponto 69
III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Não	Ponto 72
III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Não aplicável	Ponto 73

RECOMENDAÇÃO DA CMVM	CUMPRIMENTO	RELATÓRIO
III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	
III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	
III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Não	
IV. AUDITORIA		
IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Sim	Ponto 34
IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Sim	Ponto 47
IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	Ponto 44
V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	Ponto 89
V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Não	Ponto 89
VI. INFORMAÇÃO		
VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Sim	Ponto 59 a 65
VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Sim	Ponto 56

Relativamente às recomendações que não são cumpridas cumpre-nos informar o seguinte:

I.2. Embora não estando fixado um quórum constitutivo superior ao previsto na lei, encontram-se definidas nos Estatutos da Empresa um conjunto de deliberações, conforme o transcrito nos pontos 12 a 14 do Relatório, as quais obrigam a um quórum mínimo de 75% do capital social da Empresa, superior ao previsto na lei.

I.4. Como referido nos pontos 12 a 14 a cada grupo de cem ações corresponde um voto, não estando contemplado nos estatutos da Empresa o dever de sujeitar de cinco em cinco anos à alteração da norma estatutária em Assembleia Geral.

II.1.4. O Conselho de Administração não viu necessidade de criação comissões específicas para avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global e refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

II.1.6. O Conselho de Administração é constituído por um total de sete membros e um membro suplente, dos quais três são não executivos (ver ponto 17 do Relatório para mais detalhe relativo à composição do Conselho), representando, o número de não executivos, 29% do total dos administradores.

II.1.7. Os membros não executivos do Conselho de Administração (2 num total de 7 membros), nomeados pela Toyota Motor Europe, não podem ser considerados independentes.

II.1.10. O presidente do conselho de administração exerce funções executivas e como referido no ponto 18 nenhum membro não executivo é independente.

II.3.1. Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente não podem ser considerados independentes dada a antiguidade no exercício das suas funções.

II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização efetuada pela Comissão de Remunerações tal como descrita no ponto 69 não contempla deliberações sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

III.3. Não estão fixados limites máximos para as componentes fixa e variável da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

III.4. Conforme descrito no Ponto 72 a remuneração variável não depende de uma política de médio e longo prazo de maximização dos resultados da Empresa.

III.8. A sociedade não dispõe dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.

V.2. O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências não procedeu à avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, uma vez que considera que os mesmos foram realizados em condições normais de mercado.

ANEXO I

CURRICULUM VITAE

Nome: **José Reis da Silva Ramos**

Data e local de nascimento: 15 de agosto de 1946, em Vila Nova de Gaia.

Estado civil: Casado

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciado em Engenharia Metalúrgica

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Maria Angelina Martins Caetano Ramos**

Data e local de nascimento: 18 de agosto de 1949, em Vila Nova de Gaia.

Estado civil: Casada

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciada em Economia

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Salvador Acácio Martins Caetano**

Data e local de nascimento: 30 de janeiro de 1955, em Vila Nova de Gaia.

Estado civil: Casado

Residência: Rua Moreira Lobo, 80, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciado em Engenharia

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Miguel Pedro Caetano Ramos**

Data e local de nascimento: 26 de setembro de 1971, em Vila Nova de Gaia.

Estado civil: Casado

Residência: C Carnicero Edif. Puerto Chico, 5 P04 B, Torremolinos – Málaga - Espanha

Habilitações: Licenciado em Engenharia Mecânica

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **Rui Manuel Machado Noronha Mendes**

Data e local de nascimento: 8 de agosto de 1954, em Leça da Palmeira - Matosinhos.

Estado civil: Casado

Residência: Rua Dr. Manuel Rodrigues de Sousa, 64 – 6º Esq. - Matosinhos

Habilitações: Licenciado em Economia

Atividade profissional: Administrador de Sociedades

Nome: **José Domingos Silva Fernandes**

Data e local de nascimento: 28 de março de 1951, em Cedofeita - Porto.

Estado civil: Casado

Domicílio Profissional: Rua Cunha Júnior, 41 – B, 1º Sala 4 4250-186 Porto

Habilitações:

- 1970 Curso de Contabilista, do Ex-Instituto Comercial do Porto
- 1975 Licenciatura em Economia – Universidade do Porto

Experiência Profissional:

- 1975 – 1993 Técnico da Inspeção Geral de Finanças
 - 1987 – 2011 Docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
- Desde 1982 Inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo exercido essas funções em diversas entidades.
- 2001 – 2005 Presidente do Conselho disciplinar da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
- Exerceu as funções de Presidente do Conselho Fiscal LPFP – Liga Portuguesa de Futebol Profissional

Atualmente

- 1) exerce as funções de Presidente do Conselho Fiscal, noutras Entidades:
CAETANO – BAVIERA – Comércio de Automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)
- 2) exerce as funções de Revisor Oficial de Contas, nas seguintes entidades
MULTIPONTO, S.A.
SUMMERTIME – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.
CONVEMAIA – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.
BDS, S.G.P.S., S.A.
POLIEDRO, S.G.P.S., S.A.
ONIRAM – SOCIEDADE CONSTRUTORA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Nome: **Maria Lívia Fernandes Alves**

Data e local de nascimento: 31 de janeiro de 1945, em Nine – Vila Nova de Famalicão.

Estado civil: Divorciada

Residência: Rua Amorim Girão, 161, 1º Dtº, 4460-209 Senhora da Hora

Habilitações: Curso Geral de Comércio

Nome: **Alberto Luís Lema Mandim**

Data e local de nascimento: 5 de julho de 1939 em Ermesinde-Valongo

Estado civil: Casado

Residência: Rua da Boavista N° 53, 4445-349 Ermesinde

Habilitações:

- 1964 Curso de Contabilista, do Ex-Instituto Comercial do Porto
- 1966 Técnico Oficial de Contas; Membro nº 3927 da OTOC
- 1968 Programação em Fortran (EDP)
- 1981 Programação em RPG (IBM)
- 1990 Análise de Sistemas Informação (IBM)
- 2008 Avaliação de Empresas (CTOC)

Experiência Profissional:

- 1961 – 1964 Empregado Bancário Banco Espírito Santo
- 1964 – 1966 Responsável pela Contabilidade e Pessoal MOTO MECA RL
- 1966 – 1979 Dir. Administ. e Financeiro SOC. CONSTRUÇÕES SOARES DA COSTA, S.A.
- 1979 – 1999 Diretor da Divisão Administrativa e Adjunto da Administração

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

- 2000 – 2005 Adjunto da Administração e Administrador

RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.

- 2005 – 2007 Administrador INFORAUTO - CONSULTORIA E INFORMÁTICA DE GESTÃO, S.A.
- 2003 – 2012 Vice-Presidente Conselho de Administração SALVADOR CAETANO CAPITAL S.G.P.S.,S.A.
- 2005 – 2011 Vogal Conselho de Administração CAETSU PUBLICIDADE S.A.
- 2006 Vogal do Conselho Fiscal CAETANO AUTO, S.A.
- 2010 Vogal do Conselho Fiscal FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO

ANEXO II

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Remunerações da sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. vem declarar o seguinte:

a) Cumprimento da Política de Remunerações definida para o Exercício de 2014:

Analisados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que não ocorreu qualquer alteração remuneratória dos elementos dos órgãos sociais durante o exercício de 2014, tendo assim sido cumprida a proposta desta Comissão aprovada na Assembleia Geral de 24 de abril de 2014.

b) Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2015:

Face à conjuntura económica atual e atendendo às previsões de atividade e resultados para o exercício de 2015, fornecidas pela Administração da Sociedade, é entendimento desta Comissão que devem ser mantidos os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais até ao terminus do mandato que agora se inicia e caso estes mantenham funções executivas.

Contudo, esta Comissão admite a possibilidade de rever a política agora definida, como medida estratégica de adaptação à evolução da conjuntura económica e dos seus impactos no setor automóvel.

Para os elementos não executivos é parecer desta Comissão que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo, aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Sociedade, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em 2014, ao não ter sido atribuída esta componente de remuneração, foi cumprida a proposta desta Comissão de não ultrapassar os 2% dos resultados distribuíveis.

Assim sendo e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, vem esta Comissão de Remunerações propor a manutenção do critério estipulado para 2015, ou seja, que a remuneração variável dos membros Executivos do Conselho de Administração não exceda os 2% dos resultados distribuíveis apurados no exercício de 2014.

A decisão de atribuição de Remuneração Variável em função dos resultados obtidos tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo, portanto, um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e, simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo artigo, garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, cumpre-nos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização, sendo proposta desta Comissão a manutenção deste critério.

A prática da empresa nos timings de pagamentos anuais deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo portanto de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009.

A Comissão de Remunerações

Alberto Luís Lema Mandim

Maria Conceição Monteiro da Silva

Francelim Costa da Silva Graça

